

A Defesa Nacional



Neste número :

- **A Cavalaria Hipomóvel Brasileira na época atual** — General Almério de Castro Neves
- **O pensamento revolucionário brasileiro** — Coronel Carlos de Meira Mattos
- **As Forças Armadas da República Federal Alemã** — Tenente-Coronel Osny Vasconcellos
- **Vamos Reorganizar o Serviço de Material Bélico ?** — Tenente-Coronel Tógo Lobato
- **Fundamentos de História Militar aplicada** — Major José Múrillo Beurem Ramalho
- **Expansionismo Meridional Luso-Brasileiro (conclusão)** — Coronel Moacyr Ribeiro Coelho

A DEFESA NACIONAL

FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

Ano L	Rio de Janeiro, GB — Jan/Fev de 1965	Número 599
----------	--------------------------------------	---------------

As idéias e opiniões dos artigos assinados são de inteira responsabilidade dos seus autores.

A publicação dos mesmos não significa nenhuma solidariedade por parte da Revista.

É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos originais publicados em nossas páginas, desde que citada a fonte.

Aceita-se intercâmbio.

PREÇOS

Assinatura anual:

Brasil Cr\$ 600,00
(Desconto em fôlha autorizado, mensal: Cr\$ 50,00).
Exterior ... Cr\$ 2.000,00
(Registro e via aérea comportam, acréscimos).

Número avulso:

Mês Cr\$ 80,00
Atrasado ... Cr\$ 100,00

ENDERECO

Ministério da Guerra
(Ala R. Visc. da Gávea,
3º and.)

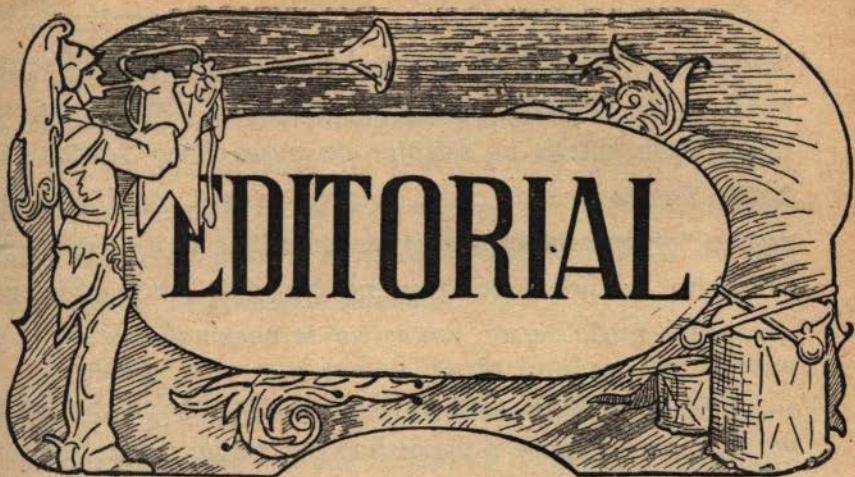
Caixa Postal: 17 (do MG)
Tel. 43-0563

Rio de Janeiro, GB
Brasil

SUMÁRIO

Pág.

Editorial	3
A Cavalaria Hipomóvel Brasileira na época atual — General Almério de Castro Neves	7
O pensamento revolucionário brasileiro — Cel Carlos de Meira Mattos	11
As Fôrças Armadas da República Federal Alemã — Ten-Cel Osny Vasconcellos	21
Guerra e Técnica — Gen Grosgeorge (Trad. do Ten-Cel Paulo Gaúcho Leal de Oliveira Mesquita)	27
Vamos Reorganizar o Serviço de Material Bélico? — Ten-Cel Tógo Lobo	35
Fundamentos de História Militar aplicada — Maj José Murillo Beurem Ramalho	41
O novo Exército Soviético — Ten-Cel Paurichkevitch (Trad. do Maj Rubens Mario Jobim)	47
Televisão Educativa — Gen Ref Taunay Drumond Coelho Reis	63
Auxiliares dentais e cadeiras múltiplas como fator de aumento de eficiência no Serviço Odontológico — Cap Dr. Luiz Carlos Hipólito da Silva	69
A importância militar dos novos Estados Africanos — Ten-Cel Hélio Felgas	73
Expansionismo Meridional Luso-Brasileiro (conclusão) — Cel Moacyr Ribeiro Coelho	99



Ah, a Amazônia! O Inferno Verde! Manto verdejante que se espraia ao Norte do País! Floresta encantada! Berço das amazonas! Cantada em prosa e em verso, motivo de lirismo, de exaltação nacional em momentos festivos, continua, por incrível que pareça — essa desconhecida, filha pobre da Federação! No sofrimento de seus filhos, sem lágrimas para chorar, nem sorriso para encantar, há um que de revolta — o drama dos que clamam no deserto, dos que só se reencontram na dor, dos que, no dicionário do cotidiano, as palavras esperança e felicidade têm sentido vago, inexpressivo.

Desde jovem vemo-la em nossos mapas, na maioria das vezes em verde e amarelo, como que a retratar grandeza, riqueza, poder; vemo-la também grande em extensão, riscada de rios e mais rios, a confinar com outros povos com quem, no passado, disputamos o continente americano. Nossos mestres engrandeceram-na sempre e nossos olhos arregalados de criança, na candura da inocência, beberam os conhecimentos que nos fizeram ser a nação mais avançada do mundo.

mentos por êles proporcionados, com a avidez dos que buscam penetrar no misterioso, no desconhecido à procura da verdade. E ao entoar as estrofes de nosso Hino Pátrio, não houve aquéle que deixasse de nela pensar, identificando-a com o "gigante pela própria natureza"; e o orgulho de ser brasileiro sempre encontrou, na pujança daquela extensa área, uma razão de ser, um esteio de nacionalidade.

Mas o jovem de hoje é diferente, porque tem de ser diferente, pois a época é impositiva e a mediocridade sossobra ante os imperativos do progresso. Indiferente ao lirismo, ao que é prosaico, ao que leva o pensamento do homem ao secundário, ao supérfluo, tem o pensamento em vivência com o universo e admite como real e acessível o que outrora era sonho, fantasia. Não aceita, portanto, as justificativas do atraso, nem incorpora como suas as opiniões cassandras do porquê do subdesenvolvimento. Não se embala com a rotina e reage contra aquilo que não tem um sentido dinâmico. Respeita o homem de saber, se sente que seu conhecimento sofre os influxos da contemporaneidade e tem aplicação voltada para o presente.

Assim, o quadro de empobrecimento da Amazônia, de miséria mesmo, encontra na mocidade de hoje repulsa total e, por que não dizê-lo, de tôda a Nação brasileira. Constitui mais um anexo do subdesenvolvimento do País, traduzindo, infelizmente, para o jovem de hoje a incompetência de nossos antepassados dirigentes, mercê de esforços isolados de alguns, no sentido do equacionamento de uns poucos de seus problemas. Torna-se inconcebível admitir-se sua quase desintegração da comunidade brasileira, pela falta de aprovei-

tamento de seu potencial, em recursos de toda natureza, quando representa área sabidamente vital para a segurança do País. As justificativas da precariedade de recursos nacionais e da complexidade dos problemas a serem nela abordados, já não encontram mais ressonância em parte alguma e têm o bolor de coisas do passado.

É preciso, portanto, a mobilização total da Nação para que os que ora vegetam naquela área venham a sentir-se irmãos de seus irmãos, e não marginais dentro de sua própria pátria; e participar, de modo efetivo, dos benefícios da riqueza de nosso País.

Planejamentos, planos, programas, diretrizes, discursos, exaltações patrióticas os há e em grande quantidade. O que falta então? Coragem, trabalho, fé na missão, para concretizar-se, em ação, um pouco do muito que se planejou, sabendo-se de antemão que, se não fôr encetado trabalho hercúleo naquela área para saldar as dívidas que o Brasil tem com as gerações que se foram e que muito de sangue, de sofrimento e de abnegação deram em seu benefício, seremos nós os execrados no futuro por nossos filhos e netos, sob a pêcha de incompetência e falta de patriotismo.

Parece que em uníssono o Brasil inteiro clama, ao badalar das horas, por uma reformulação da mentalidade que vem presidindo as ações levadas a efeito na área da Amazônia. Temos, pois que superar os obstáculos que se nos antepõe e sacrificar, se preciso fôr, no pelourinho nacional, todo aquêle que se tornar omisso ao problema.

Nesse momento histórico por que atravessa o Brasil, nossas Fôrças Armadas não podem quedar-se indiferentes ao

tamento de seu potencial, em recursos de toda natureza, quando representa área sabidamente vital para a segurança do País. As justificativas da precariedade de recursos nacionais e da complexidade dos problemas a serem nela abordados, já não encontram mais ressonância em parte alguma e têm o bolor de coisas do passado.

É preciso, portanto, a mobilização total da Nação para que os que ora vegetam naquela área venham a sentir-se irmãos de seus irmãos, e não marginais dentro de sua própria pátria; e participar, de modo efetivo, dos benefícios da riqueza de nosso País.

Planejamentos, planos, programas, diretrizes, discursos, exaltações patrióticas os há e em grande quantidade. O que falta então? Coragem, trabalho, fé na missão, para concretizar-se, em ação, um pouco do muito que se planejou, sabendo-se de antemão que, se não fôr encetado trabalho hercúleo naquela área para saldar as dívidas que o Brasil tem com as gerações que se foram e que muito de sangue, de sofrimento e de abnegação deram em seu benefício, seremos nós os execrados no futuro por nossos filhos e netos, sob a pêcha de incompetência e falta de patriotismo.

Parece que em uníssono o Brasil inteiro clama, ao badalar das horas, por uma reformulação da mentalidade que vem presidindo as ações levadas a efeito na área da Amazônia. Temos, pois que superar os obstáculos que se nos antepõe e sacrificar, se preciso fôr, no pelourinho nacional, todo aquêle que se tornar omisso ao problema.

Nesse momento histórico por que atravessa o Brasil, nossas Fôrças Armadas não podem quedar-se indiferentes ao

problema da Amazônia, porquanto sua contribuição tem sido imprescindível no processo do desenvolvimento nacional e decisiva mesmo em muitas áreas do País, onde a civilização se faz presente pela existência de força militar. Sem alarde, há vários anos e com autenticidade democrática, vêm praticando ação cívica em todos os quadrantes nacionais, em modesta cooperação com o poder público. Estão, assim, mais do que credenciadas para tomarem a seu cargo essa nova missão de soerguimento da Amazônic e quebrarem o "tabu" já criado em torno de sua inexpugnabilidade.

A Defesa Nacional ao vislumbrar, na atual perspectiva que se des cortina no horizonte do Brasil, coragem e honestidade de propósitos, se arroga o direito de clamar por novos rumos a serem dados aos problemas da Amazônia, na certeza de que seu brado encontrará guarida no espírito da elite que ora dirige o País.



A CAVALARIA HIPOMÓVEL BRASILEIRA NA ÉPOCA ATUAL

Gen ALMÉRIO DE CASTRO NEVES

Estamos em plena era dos satélites artificiais, bombas atômicas e engenhos teleguiados.

As operações militares, utilizando as descobertas científicas, tendem a aproximar-se cada vez mais da "guerra de apertar botões", ou seja, da guerra de material, em que os homens da retaguarda, de seus gabinetes, poderão disparar projéteis de extraordinário poder mortífero, com absoluta precisão, sobre os alvos escolhidos.

As operações do tipo clássico desaparecerão.

Nas ações ofensivas, a ruptura da posição inimiga se fará com engenhos atômicos, cabendo ao escalão de ataque passar pela brecha obtida e aproveitar o êxito.

Nas ações defensivas, dada a impossibilidade de impedir a ruptura da posição, a organização e conduta da defesa deverão ser feitas em forma nuclear, em uma grande área e com os núcleos dispostos de forma a que o atacante, passando pela brecha aberta pela destruição de alguns, seja canalizado para uma região pré-escolhida, onde sobre ele possa ser lançado um engenho atômico.

Em uma guerra dessa natureza, que papel caberá à cavalaria hipomóvel?

Devemos nós brasileiros cogitar ainda de uma cavalaria hipomóvel?

Não será colocar-nos à margem dos progressos da ciência?

Essas perguntas podem ser respondidas com outras perguntas.

Devemos nós brasileiros nos contentar em possuir um exército organizado quase que exclusivamente à base de material importado, inclusive os combustíveis e lubrificantes?

Será isso suficiente para a nossa segurança?

Um exército organizado nessas condições ficará inteiramente à mercê das conveniências do país ou países fornecedores, e também das possibilidades de importação, por mais amigos que esses países sejam.

Já temos a experiência da última guerra em que, não obstante estarem os nossos aliados com o domínio do mar e os nossos inimigos serem países da Europa Central e Mediterrânea, a ação de submarinos nas nossas costas, dificultando a importação, principalmente de combus-

tíveis e lubrificantes, paralisou quase que totalmente as nossas viaturas motorizadas, obrigando-nos a recorrer ao transporte animal, que já estávamos começando a desprezar.

Essa experiência nos aconselha a manter pelo menos uma parte do nosso Exército equipada com meios de produção nacional e capaz de operar sem depender de importações.

E além das nossas possibilidades, devemos considerar também a natureza dos teatros de operações onde poderemos ser chamados a operar.

Não devemos nos deixar entusiasmar pelo êxito fácil obtido por exércitos mecanizados pertencentes a países de possibilidades inteiramente diferentes das nossas, operando em teatros de operações também inteiramente diferentes dos nossos e sobre os quais temos informações fáceis, desprezando operações que se realizaram em teatros mais semelhantes aos nossos.

É interessante relembrar o preço que pagaram os alemães pelo seu desprezo às condições particulares dos teatros de operações da frente oriental.

No comêço e no fim do inverno, a neve e a lama transformam terrenos normalmente permeáveis, em obstáculos intransponíveis para viaturas pesadas.

Aproveitando a oportunidade, divisões russas a cavalo atuavam nos flancos e retaguardas das posições alemãs, particularmente nas linhas de suprimento, tornando a sua vida impossível, obrigando-os a retiradas difíceis e transformando essas retiradas em catástrofes.

O nosso território apresenta durante a época das chuvas um fenômeno semelhante.

Arroios normalmente vadeáveis transformam-se em rios caudalosos.

Campos permeáveis transformam-se em charcos intransponíveis a qualquer tipo de viatura.

"É a oportunidade para a atuação da cavalaria hipomóvel".

Passando por terrenos tornados intransponíveis aos blindados pelas chuvas, elementos a cavalo poderão atuar nos flancos e retaguarda do inimigo, particularmente nas linhas de suprimento, de forma a desgastá-lo e enfraquecer a sua capacidade de ação, permitindo a outras forças enfrentá-lo em condições mais favoráveis.

Essa cavalaria, é evidente, não poderá ter a pretensão de "decidir" a luta.

As características dos teatros de operações em que podemos ser chamados a operar, particularmente a sua precária rede de estradas, o elemento humano que o habita e sua fraca densidade demográfica, e as pequenas possibilidades de apoio da retaguarda, industriais e econô-

micas, levarão as operações militares a processar-se ao longo dos eixos principais e nas regiões mais humanizadas, onde será concentrado o máximo de meios disponíveis para decidir a sorte da batalha.

Ao longo desses eixos principais e nessas regiões mais importantes é que será buscada a decisão da luta, com os meios mais modernos que tivermos.

Entre êsses eixos e nas regiões secundárias, sem estradas nem recursos próprios, e onde só serão possíveis operações com fracos efetivos em largas frentes, operará a cavalaria hipomóvel.

Caberá a essa cavalaria o ataque aos flancos, retaguardas e linhas de suprimento do inimigo, cooperando com o ataque principal.

Caberá a ela a manutenção das frentes secundárias, com fracos efetivos em largas frentes, economizando os meios que, na frente principal, realizarão o esforço que decidirá a sorte da batalha.

Essa é a missão da cavalaria hipomóvel.

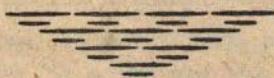
Algum dia, o progresso vertiginoso da nossa pátria nos levará a cumprir, com viaturas mecanizadas, as tradicionais missões que Osório e Andrade Neves cumpriram a cavalo.

Porém, isso sómente será possível quando mudar o panorama brasileiro pela transformação do meio físico pelo homem, isto é, quando os nossos motores, acionados pelo nosso petróleo, deslocarem-se por verdadeiras estradas para qualquer ponto do país. Sómente então é que poderemos pensar em suprimir o cavalo.

Por enquanto, não é possível.

É perigosa uma mecanização precipitada e artificial.

Ainda é cedo para nos despedirmos do nosso velho amigo e companheiro de lutas, o cavalo.



Você não acha que a biblioteca da sua universidade lucraria com uma assinatura de A DEFESA NACIONAL? Dê essa idéia ao responsável por aquela dependência.

NOSSO APÉLO

VOÇÊ, que tem idéias sobre muitos problemas do Exército e do Brasil, ponha-os no papel e remeta-no-los. Use a sua tribuna para difundi-los.

VOÇÊ, que estuda para a ECEME e organizou seu ponto, mande-nos para que seja publicado, servindo, assim, a todos.

VOÇÊ, S 3 de unidade, que montou e executou um exercício no terreno, envie-no-lo para ser publicado, servindo, assim, a todos.

VOÇÊ, oficial instrutor das inúmeras Escolas e Cursos do Exército, que redigiu um novo ponto de instrução, que leu um artigo interessante em revista estrangeira, que montou uma demonstração, que fez algo novo, interessante, digno de ser difundido e apresentado a todo o Exército, tome a iniciativa de nos mandar uma cópia para inserirmos na revista.

VOÇÕES, sargentos, da tropa, das escolas, monitores, alunos, enviem suas colaborações.

Serão bem-vindos.

A REDAÇÃO

O PENSAMENTO REVOLUCIONÁRIO BRASILEIRO

Cel CARLOS DE MEIRA MATTOS
Oficial de Estado-Maior

Convém, antes de mais nada, fixar o momento em que a Revolução brasileira se concretizou em idéias-fôrças. A fixação desse momento facilitará, sobremaneira, a interpretação do fenômeno e, além disso, permitirá a compreensão mais lúcida da sua problemática de desenvolvimento.

A Revolução brasileira sómente se concretizou numa dinâmica de direção política, após o movimento de 31 de março. Antes disso, era o somatório de aspirações e preocupações diversas, tendo por denominador comum dois sentimentos anti — o anticomunismo e o antijanguismo —, sentimentos êsses fundidos no espírito de alguns revolucionários e distintos no de outros.

Argüirão alguns, entre os revolucionários, que éramos todos democratas e queríamos a restauração do nosso regime constitucional submetido, sub-repticiamente, às artimanhas daqueles que usavam do poder para negá-lo e subvertê-lo. Se bem que seja isto verdade, o fato de sermos democratas, apenas, não nos fornecia o instrumental para imprimir um rumo político à Revolução. É a democracia uma ideologia de teto e não um instrumento político de ação. Comparando, diremos que a democracia, assim como o marxismo-leninismo e o nacional-socialismo, aquecam as mentes, mas são insuficientes para mover, desembaraçadamente, as pernas e os braços de seus adeptos. O fato de sermos todos democratas, portanto, não nos dava a fôrça motora indispensável à realização de uma obra política revolucionária.

Precisávamos, além da inspiração ideológica, de uma dinâmica de ação política. Esta última não a tínhamos nós, ao irromper-se o movimento de 31 de março. A nossa eclosão revolucionária encontrou a sua dinâmica de ação nesses anti — anticomunismo e antijanguismo — que serviram para a derrubada, mas não serviriam para a construção.

Assim é que, nos primeiros dias de abril, deparamo-nos com um problema sério e urgente, como fosse o de aparelhar com um instrumento de ação política a Revolução ou, melhor diríamos, o de dar uma doutrina política ao movimento de 31 de março, que, conhecendo, nitidamente, a sua ideologia, titubeava quanto à sua dinâmica.

Tratou-se, para o chefe da Revolução colocado no Poder, e para os revolucionários, de traduzir num corpo de doutrina as aspirações mais sérias e os anseios mais legítimos do povo brasileiro. Tratou-se, tam-

bém, de conjugar essas aspirações e anseios com as realidades da geografia brasileira (para não cair no êrro de querer fazer roupa pequena para menino grande, ou mesmo roupa maior do que o menino).

Durante o cataclismo do fascismo e do nazismo, Bergson traduziu a sua inquietação, diante dêsse impacto de âmbito universal que sacudia as democracias, dizendo que "era preciso pensar de novo".

Aplicar a fórmula bergsoniana do *pensar de novo*, esforçando-se por confrontar a doutrina democrática com a sua própria ideologia e com a experiência histórica recente, foi o que fizeram as grandes nações do Ocidente, nestes últimos 20 anos. Os governos dos Estados Unidos, Inglaterra, Alemanha Ocidental e França, uns antes que outros, tiveram a sensação de que deveriam reajustar a sua dinâmica de ação política, a fim de atenderem a dois imperativos inelutáveis da hora universal.

— Tônica social forte, que traduza a aspiração mais veemente e irresistível da humanidade neste século.

— Fortalecimento do princípio de autoridade.

O *pensar de novo* de Bergson traduz, assim, o anseio das democracias de encontrarem o caminho da sua evolução política consentânea ao século, sem abdicarem das conquistas admiráveis da civilização ocidental, representadas pelo culto à liberdade e à justiça. Esse culto à justiça, no movimento renovador encetado pelas grandes democracias, recebeu uma extensão bastante ampla na preocupação permanente com a *justiça social*, que empresta, hoje, a marca de autenticidade às empresas políticas do mundo.

Procura assim a Revolução brasileira, na sua fidelidade à ideologia democrática, montar uma doutrina de ação política moderna, renovadora, transformadora, revolucionária. Esse sentido revolucionário ficou muito bem expresso pelo Presidente Castello Branco, quando discursou no Itamarati, por ocasião da formatura da turma de 1964 do Instituto Rio Branco:

"Pretendi dar-vos a última aula de vosso estágio no Instituto Rio Branco. Não o fiz como professor de Teoria Diplomática, mas como responsável pela formulação das bases da doutrina adotada para a nossa política externa. Desejo que anoteis ser esta doutrina fundamentada nos objetivos nacionais, e que estes se inspiram na *procura do bem-estar da nação brasileira*. E, mais, que, entre elas, tem dominância o *nossa desenvolvimento econômico*."

Essa conceituação lapidar de nossa doutrina revolucionária transplanta-se também, fielmente, à nossa política interna, onde os objetivos nacionais são procurados num quadro em que predominam, igualmente, o *bem-estar social* e o *desenvolvimento econômico*.

O levantamento dos objetivos nacionais, trabalho de pesquisa incansável que vem realizando a Escola Superior de Guerra, desde sua ins-

talação, reajustando-o, cada ano, com a colaboração dos civis e militares ali matriculados, ofereceu uma contribuição inestimável à formulação de nossa política revolucionária.

Os objetivos nacionais são a expressão legítima dos interesses e aspirações do povo brasileiro. Seu levantamento exige a apreciação cuidadosa e honesta de fatores vários, de natureza política, econômica, psicosocial, geográfica e militar.

Estabelecidos os objetivos nacionais, assumem êles o papel de metas supremas, a serem alcançadas e mantidas, através da formulação e da execução de uma política nacional e da aplicação do poder nacional.

Sofrem êsses objetivos-metas, no processo histórico, o impacto permanente das pressões internas e externas, que visam a neutralizá-los (são os "desafios" de que tanto fala Toynbee). Caberá ao Estado, através de uma política adequada, exercer o poder nacional, impondo a fidelidade e a manutenção de seus rumos.

Arnold Toynbee, no seu magistral *Study of History*, diz que "entre as civilizações viventes, desde o começo da história da humanidade, sobreviveram aquelas que souberam responder aos desafios recebidos." Os desafios seriam as pressões do meio físico, das suas próprias contradições internas, dos grupos externos; a resposta seria a perseverança nos objetivos nacionais.

Entre os nossos objetivos nacionais ocupam lugar de destaque, sem dúvida, — integridade territorial, unidade nacional, soberania, projeção internacional, paz social e democracia representativa. Cada um dêles soma aspirações — força presente na alma de cada brasileiro. No conjunto se entrosam e se harmonizam num sentimento de força coletiva. *Todos convergem, entretanto, para um denominador comum de bem-estar, fim supremo de todos êles, expressão universal do ideal de segurança e de prosperidade do sér humano e da coletividade.*

Entretanto, sabem muito bem os revolucionários que nenhuma obra do Governo poderá ser levada a bom termo sem que conte com a força de uma autoridade digna, respeitada, enérgica e esclarecida. A Revolução encontrou na figura do Presidente Castello Branco a plenitude dessas características. Possui tôdas as condições de estadista indispensáveis para colocar "a Revolução no seu trilho", iniciando a consolidação dos ideais revolucionários.

Ninguém melhor do que o próprio Presidente, principal formulador da doutrina revolucionária, poderá nos proporcionar as luzes para penetrar no âmago do pensamento revolucionário brasileiro.

Assim, passaremos em revista o pensamento revolucionário expresso pelo Presidente Castello Branco, nas várias oportunidades em que teve de se dirigir à Nação.

POLÍTICA GERAL

"Aliás, sómente assim estaria fiel àquele novo estilo de Governo, inaugurado no Brasil, e no qual, no lado da seriedade de propósitos, da elevação dos objetivos e da integridade das ações, também esteja a firmeza nos atos e nas decisões necessárias à preservação do movimento de 31 de março. Um Governo no qual a justiça imposta a poderosos e humildes com igual isenção, seja uma âncora do cidadão, um Governo onde todos, sem distinção, se sintam garantidos nos direitos e prerrogativas. Um Governo, enfim, que se imponha como segurança para que todos possam viver, trabalhar e prosperar num ambiente de confiança." (Discurso de Recife, 5 de junho de 1964).

POLÍTICA REFORMISTA

"A idéia da reforma, através da História do País, representa o ariete com que se tem abatido a muralha dos privilégios. E isso não pode acontecer sem reações dos que se julgam protegidos ou abrigados por êsses muros defensores. Há pois que enfrentar resistências, e até compreendê-las. Mas, nem por isso ceder diante delas.

Por que não reformar a Constituição em muitos dos dispositivos que o tempo já mostrou inadequados aos fins almejados? Por que protelar a Reforma Agrária? Não haverá velho clamor em favor de uma nova lei eleitoral e da reestruturação dos partidos? Não devemos reformar as empresas, democratizando-as?

Urge compreendermos que a Revolução não estará realizada e consolidada no tempo, apenas por haver efetuado alguns expurgos, minorado a inflação e realizado eleições livres. Na realidade, sómente as reformas poderão dar à Revolução a projeção e a continuidade desejada para o futuro do País. Hoje, como ontem, elas são a bandeira do futuro. Não é apenas o presente que nos deve interessar, e sim o amanhã que desejamos construir para o bem-estar das gerações que nos irão suceder.

É por isso, é por estar imbuída desse espírito de reforma e progresso, que a Revolução continuará a crescer. Ela é impessoal, e não conhece interesses que não sejam os do povo." (Discurso de Salvador, 7 de agosto de 1964).

POLÍCIA SOCIAL

"Outrossim, reafirmo a minha fé em que a democracia constitui a estrada real, ampla, lógica e experimentada para os operários, e todos o são, na medida dos seus pendores e aptidões, alcançarem justa e elevada remuneração, salário que lhes proporcione uma vida digna, numa sociedade livre das crises de desemprego e dos violentos contrastes da fortuna. Uma sociedade na qual cada um tenha a liberdade de produzir mais e de ganhar tanto quanto fôr capaz, desde que não viole a lei, não explore os trabalhadores e consumidores, nem estorve o desenvolvimento

do País. As nações que assim procederam, preservando a democracia, oferecem ao mundo o quadro do maior padrão de vida dos seus concidadãos, em cujo seio se restringem, cada vez mais, os privilégios e níveis sociais. Todos prosperaram. Todos têm o seu quinhão de bens produzidos em alta escala e ninguém perdeu a liberdade. Mas, se em contraste com êsses países, que acreditaram na liberdade, colocarmos aquêles nos quais se acenou aos mais humildes, com a extinção das classes, não encontraremos nem a prosperidade, que não atingiram, nem a liberdade, que perderam totalmente, ao mesmo tempo em que vemos emergir nêles uma rica e privilegiada classe burocrática. Bem vêdes, pois, que a contínua e legítima ascensão dos trabalhadores não será levada a bom termo, senão pela estrada da democracia que não ameaça, não corrompe, não engana. Através dela, num clima desapaixonado e propício ao livre e amplo debate, e que encontrareis, como é desejo e objetivo da Revolução, as conquistas e reivindicações que se efetivarão mediante reformas bem formuladas, convenientemente planejadas e democraticamente incorporadas à vida brasileira." (Discurso realizado em 1/5/64 em São Paulo).

POLÍTICA SINDICAL

"Quanto aos sindicatos, restaurados no seu normal funcionamento e reunindo número cada vez maior de associados, serão os legítimos representantes do pensamento e das reivindicações de seus componentes. Isso significa que, a fim de assegurar ao trabalhador, sem distinção de qualquer ordem, crescente participação na vida sindical, não será o Ministro do Trabalho o empresário de cúpulas prepotentes e corruptas. Do mesmo modo que não usará os sindicatos para implantação de um usurpador poder pessoal ou para subversão da ordem, fonte imediata de clamorosa redução do rendimento do trabalho nacional. Assim, livres da corrupção e do arbítrio governamental, voltarão os sindicatos à sua função normal de autênticos mandatários dos trabalhadores." (Discurso realizado em 1/5/64 em São Paulo).

"O Governo tem três grandes setores no seu programa: contenção da inflação, retomada do desenvolvimento e as reformas." (Entrevista em Recife em 5/6/64).

POLÍTICA AGRARIA

"Cumpre, pois, ao Governo encontrar os meios pelos quais sejam as atividades do campo colocadas no lugar que lhes compete na economia e na prosperidade do País. Nenhuma nação conseguiu, até hoje, saída viva econômica, se não contar com a insubstituível retaguarda da agricultura. Nem outro é o motivo por que países como a Rússia, os Estados Unidos ou a França, aplicam imensos recursos com o objetivo de amparar e minorar os seus agricultores. Daí a necessidade de encontrar meios de revitalizar a agricultura, menos com o objetivo de atender aos reclamos de grandes parcelas da nossa população do que como caminho

seguro para dar vigor a estabilidade a tôda a economia nacional. Acredita, aliás, o Governo, que, mediante a adoção de algumas medidas que considera essenciais, será possível alcançarmos novos horizontes para a agricultura brasileira. Dentre elas, devemos mencionar, em primeiro lugar, a aplicação generalizada de técnicas modernas destinadas a aumentar, consideravelmente, a produtividade, e que, dado o alto grau alcançado pela ciência, representa verdadeira multiplicação dos pães. Nesse particular há que considerar, em primeiro lugar, a intensiva mecanização da agricultura, cujo primeiro passo é o incentivo à indústria nacional de tratores e máquinas agrícolas, que deverão ser financiados e revendidos aos fazendeiros. E isso ao mesmo tempo em que a concentração de patrulhas mecanizadas em zonas de produção de gêneros alimentícios permitirá sensível crescimento no afluxo dos mesmos aos grandes centros consumidores. (Discurso de Curitiba, em 4/9/64).

POLÍTICA ECONÔMICA

"Não há dúvida de que caminhamos, rapidamente, para a democratização das empresas, fenômeno por alguns denominado de neocapitalismo ou capitalismo democrático. E, em que pesejam as transformações por que deverá passar, quando transplantado para o nosso meio, não é temerário adiantar que conservará traços fundamentais.

Dentre êstes, poderemos assinalar a larga difusão da empresa entre os acionistas, uma ativa concorrência entre as empresas, nos preços, na qualidade, no serviço e no aperfeiçoamento técnico, fixação de salários e condições de trabalho, mediante contratos coletivos entre empregados e sindicatos, a ação do Governo na organização e controle das organizações, através de medidas que suplementem as empresas privadas, sem contudo as substituir. Tudo, enfim, a implicar num sistema de crescentes relações entre o Governo e o setor privado, não com o objetivo de o esmagar ou enfraquecer, mas de o fortalecer, dentro de bases mais condizentes com uma verdadeira democracia. Será esse, certamente, um meio de possibilitar a convivência do controle social do Estado com a liberdade individual, que consideramos bem ou dádiva inalienável.

Cabe assim à iniciativa privada e ao Governo unirem-se em esforço comum, altamente benéfico à coletividade e da parte das empresas, além dos deveres sociais que lhes assiste, buscando tornar cada vez mais efetiva a justiça social e o bem-estar do povo, sempre exaltar compreensão do rigor com que devem contribuir para as rendas públicas, o imposto não deve ser para elas um espantalho nem motivo para atritos com a Fazenda Pública. Mas, do mesmo modo que deseja cobrar, o Governo pretende, principalmente, ajudar a quantos queiram e estejam em condições de desenvolver a empresa privada, com a qual espera partilhar a responsabilidade de alguns investimentos essenciais. É uma política que tem os seus fundamentos em vários motivos. E, dentre êles, devemos mencionar e logo a limitação dos recursos públicos em relação à demanda de capitais e à descentralização de tarefas no processo de desenvolvimento." (Discurso de Fortaleza, de 23 de junho de 1964).

"Sómente criando riqueza poderemos melhor dividi-la com todos os brasileiros. Disso o Governo está certo. E daí o amparo e o estímulo que deseja proporcionar ao capital indispensável ao nosso desenvolvimento. Até porque — e seria dispensável dizê-lo — ninguém melhor do que os próprios homens de emprésa, pela experiência e pelos conhecimentos que têm do problema, sabem quanto é necessário impregnar o capital e os seus detentores de um arraigado sentimento de transformação compatível com os dias atuais, e sem o que não logrará salvar-se nem servir à coletividade.

Sómente assim chegaremos àquele ponto de equilíbrio e conciliação — um dos ideais da Revolução — e que consiste em não desamparar o trabalhador, nem desestimar os capitais destinados a criar novos núcleos de riqueza nacional." (Discurso de Pôrto Alegre, em 22 de maio de 1964).

POLÍTICA EXTERNA

"No caso brasileiro, a política externa não pode esquecer que fizemos uma opção básica, que se traduz numa fidelidade cultural e política ao sistema democrático ocidental. Dentro desse condicionamento geral, a nossa independência se manifestará na aferição de cada problema específico, estritamente em termos de interesse nacional, com margem de aproximação comercial, técnica e financeira com os países socialistas, desde que estes não procurem invalidar nossa opção básica.

Não devemos pautar nossa atitude nem por maquiavelismo matuto nem por uma política de extorsão. Reciprocamente, não devemos dar adesão prévia às atitudes de qualquer das grandes potências — nem mesmo às potências guardiãs do mundo ocidental, pois que na política externa destas é necessário distinguir os interesses básicos de preservação do sistema ocidental dos interesses específicos de uma grande potência.

Em resumo, a política exterior é independente, no sentido de que independente deve ser, por fora, a política de um país soberano. Política exterior independente, no mundo que se caracteriza, cada vez mais, pela interdependência dos problemas e dos interesses, significa que o Brasil deve ter o seu próprio pensamento e sua própria ação. Esse pensamento e essa ação não serão subordinados a nenhum interesse estranho ao Brasil. O interesse do Brasil coincide, em muitos casos, em círculos concêntricos, com o interesse da América Latina, do Continente americano e da comunidade ocidental. Sendo independentes, não teremos medo de ser solidários e, dentro da independência e da solidariedade, a política exterior será ativa, atual, e adaptada às condições de nosso tempo e aos problemas de nosso dia. Será a política externa da revolução." (Discurso no Itamarati, de 1 de julho de 1964).

"Somos pan-americanistas, ocidentalistas e mundiais, tudo pelo nosso desenvolvimento e pela paz mundial." (Entrevista de 30/10/64).

"Sómente criando riqueza poderemos melhor dividi-la com todos os brasileiros. Disso o Governo está certo. E daí o amparo e o estímulo que deseja proporcionar ao capital indispensável ao nosso desenvolvimento. Até porque — e seria dispensável dizê-lo — ninguém melhor do que os próprios homens de empresa, pela experiência e pelos conhecimentos que têm do problema, sabem quanto é necessário impregnar o capital e os seus detentores de um arraigado sentimento de transformação compatível com os dias atuais, e sem o que não logrará salvar-se nem servir à coletividade.

Sómente assim chegaremos àquele ponto de equilíbrio e conciliação — um dos ideais da Revolução — e que consiste em não desamparar o trabalhador, nem desestimar os capitais destinados a criar novos núcleos de riqueza nacional." (Discurso de Pôrto Alegre, em 22 de maio de 1964).

POLÍTICA EXTERNA

"No caso brasileiro, a política externa não pode esquecer que fizemos uma opção básica, que se traduz numa fidelidade cultural e política ao sistema democrático ocidental. Dentro desse condicionamento geral, a nossa independência se manifestará na aferição de cada problema específico, estritamente em termos de interesse nacional, com margem de aproximação comercial, técnica e financeira com os países socialistas, desde que estes não procurem invalidar nossa opção básica.

Não devemos pautar nossa atitude nem por maquiavelismo matuto nem por uma política de extorsão. Reciprocamente, não devemos dar adesão prévia às atitudes de qualquer das grandes potências — nem mesmo às potências guardiãs do mundo ocidental, pois que na política externa destas é necessário distinguir os interesses básicos de preservação do sistema ocidental dos interesses específicos de uma grande potência.

Em resumo, a política exterior é independente, no sentido de que independente deve ser, por fora, a política de um país soberano. Política exterior independente, no mundo que se caracteriza, cada vez mais, pela interdependência dos problemas e dos interesses, significa que o Brasil deve ter o seu próprio pensamento e sua própria ação. Esse pensamento e essa ação não serão subordinados a nenhum interesse estranho ao Brasil. O interesse do Brasil coincide, em muitos casos, em círculos concêntricos, com o interesse da América Latina, do Continente americano e da comunidade ocidental. Sendo independentes, não teremos medo de ser solidários e, dentro da independência e da solidariedade, a política exterior será ativa, atual, e adaptada às condições de nosso tempo e aos problemas de nosso dia. Será a política externa da revolução." (Discurso no Itamarati, de 1 de julho de 1964).

"Somos pan-americanistas, ocidentalistas e mundiais, tudo pelo nosso desenvolvimento e pela paz mundial." (Entrevista de 30/10/64).

POLÍTICA EDUCACIONAL

"Por certo a independência crescente dos diversos problemas de ordem educativa torna cada vez mais imperioso o planejamento conjunto da educação. Cumpre, pois, que os seus múltiplos e complexos aspectos sejam hierarquizados pela sua relevância, desde o imperioso dever da universalização do ensino primário obrigatório e gratuito até a inadiável preparação do pessoal qualificado para atender o surto de desenvolvimento do País. Nenhum problema mais grave do que o desse ensino, pois o Brasil não pode continuar a apresentar-se entre as nações com mais de 30 milhões de analfabetos. Relegar ao analfabetismo metade das novas gerações equivale a perdermos metade de precioso elemento com que poderemos contar para o progresso econômico, cultural e social. Governos anteriores já assumiram compromissos internacionais, no sentido de proporcionar escolas a toda a nossa população em idade escolar. Agora, vamos criar condições para que tal objetivo seja alcançado. É o que prometemos, hoje, solenemente, perante a Nação, que não mais suporta ser enganada na observância dos direitos mais sagrados do povo."

"No ensino médio, tão deficiente quanto o primário, pensa o Governo proporcionar bem maiores oportunidades educacionais. Dever-se-á, inclusive, suprimir as discriminações sobre o ensino de tipo acadêmico e os ramos que preparam para as várias atividades tecnológicas indispensáveis no desenvolvimento do País. Aliás, entre as metas educacionais do Governo, está a revisão da estrutura universitária a começar pelo estatuto do magistério." (Discurso no Ceará, em 23 de junho de 1964).

POLÍTICA MILITAR

"A Revolução brasileira incluiu, necessariamente, o fortalecimento da profissão militar, básica nas Forças Armadas. A renovação de sua estrutura é hoje, indeclinavelmente, tarefa de chefes, para modernizar, sobretudo, a organização dos meios, os métodos de administração e os processos de seleção de chefia. Coesão e eficiência são, por outro lado, decorrência direta de instrução sempre modernizada. É indicado, vez por outra, que jovens oficiais se sentem frustrados com alguns acontecimentos políticos da Revolução. É admissível, possivelmente. Mas também é compreensível que a frustração de muitos tenha outra origem, a de condições profissionais não atualizadas. Só o dinamismo na tropa, nos estados-maiores e nos comandos, domina o espírito militar da oficialidade e é básico para a Revolução empreender as mudanças já admitidas pelos altos Comandos". (Discurso no Estado-Maior do Exército, em 25/8/1964).

CONCLUSÕES

Tem a Revolução brasileira uma missão inarredável a cumprir — a de transformar este País grande numa grande Nação. É missão para nossa geração. Não poderá ser postergada, porque a avalanche da ex-

plosão populacional dos últimos 35 anos dêste século nos coloca diante de uma opção incontornável — ou seremos, no ano 2000, 200 milhões de brasileiros prósperos e felizes, a exemplo dos Estados Unidos de hoje, ou seremos 200 milhões de desajustados e famintos, como acontece na atualidade com algumas das superpovoadas nações asiáticas.

Possuímos as condições essenciais à transformação do País numa potência mundial. A análise dos três fatores de potencialidade de Kjellen — espaço geográfico, liberdade de movimentos e coesão interna — nos é bastante favorável.

Nosso espaço geográfico, o 4º em extensão territorial compacta, no mundo — somos precedidos apenas pela Rússia, China e Canadá —, bem articulado com um grande oceano, oferece condições de riqueza e de habitabilidade capaz de suportar numerosa e próspera população.

Liberdade de movimentos temo-la ampla. Não nos impedem ou limitam a articulação, nem condições de isolamento, nem barreiras físicas insuperáveis, nem vastas áreas desérticas. Nosso território, bem arejado, favorece os contatos e intercâmbios.

Quanto à coesão, não temos o direito de duvidar, por um só minuto, da existência em nosso País de uma admirável unidade espiritual — o gaúcho, acreano, paulista, baiano, maranhense, mato-grossense, todos vibram uníssonos, diante de nossa bandeira, do nosso hino, da nossa música popular, das mesmas histórias de Caramuru e João Ramalho, da mesma lenda do Saci-Pererê.

Não estaremos, portanto, pecando por excesso de otimismo, se afirmamos que as perspectivas de grandeza e de potencialidade que se abrem para o nosso País são das mais animadoras.

O empenho da Revolução brasileira é transformar essas perspectivas em realidades. É colocar o Brasil no trilho da grandeza.

O pensamento revolucionário, em perfeita sintonia com as mais modernas correntes de idéias do mundo moderno, lança a sua doutrina de Governo, sintetizada na seriedade, honestidade e competência da administração pública, e na dinâmica de ação política que tem como vetores principais o bem-estar social e o desenvolvimento econômico.

Com êstes propósitos e, com a mais inquebrantável fé nos destinos do Brasil, a Revolução empenha-se na sua obra.

Diz Toynbee, em tom de advertência, depois de analisar as causas do sucesso e do fracasso das populações: — “Após uma etapa de crescimento, algumas sociedades humanas entraram em colapso pela perda do poder criador das minorias dirigentes que, à míngua de vitalidade, perderam a força mágica de influir sobre as massas criadoras e de atraí-las.”

Pretende o pensamento revolucionário ser a seiva vitalizante das minorias dirigentes que há de conduzir a Nação brasileira aos mais altos destinos de grandeza e de prosperidade.

INTERESSA A TODOS OS MILITARES,
PARTICULARMENTE AOS OFICIAIS
DE ESTADO-MAIOR

“INFORMAÇÕES MILITARES”

Gen Idalio Sardenberg

A VENDA NA REDAÇÃO
DESTA REVISTA.

PREÇO: CR\$ 150,00

AS FÔRÇAS ARMADAS DA REPÚBLICA FEDERAL ALEMÃ

(BUNDESWEHR)

Ten-Cel Art OSNY VASCONCELLOS
Oficial de Estado-Maior

1 — SÍNTESSE HISTÓRICA .

Em janeiro de 1871, durante o cerco de Paris pelas tropas prussianas e seus aliados alemães, foi proclamado, na Sala dos Espelhos do Palácio de Versalhes, o Império Alemão. A guerra Franco-Prussiana proporcionou a Bismarck, chanceler do Reino da Prússia, a cartada decisiva para conseguir a unificação da Alemanha sob a hegemonia da Prússia, cujo Rei, Guilherme I, foi proclamado Imperador da Alemanha. Os demais soberanos alemães entretanto continuaram em suas funções mantendo ampla autonomia com exceção dos assuntos de política externa. O exército alemão, também ficou paralelamente, organizado em, exército prussiano, exército bávaro, saxão, württemburguês, etc., sob o comando de seus respectivos soberanos. A coesão destes elementos era entretanto assegurada pelo Grande Estado-Maior, resultado da ampliação do antigo Estado-Maior prussiano de SCHARNHORST e aperfeiçoado por GNEISENAU, CLAUSEWITZ, von BOYLEN, ROON e principalmente MOLTKE. Obviamente, nesse Grande Estado-Maior, havia representantes dos demais exércitos dos diferentes reinos, principados e gran-duados que formavam o Império Alemão (DEUTSCHES REICH). Esta máquina militar foi empenhada na 1^a guerra mundial e perdurou até novembro de 1918 quando da derrota da Alemanha e seus aliados de então.

Entretanto oportuno lembrar que Guilherme II, que sucedeu a seu avô Guilherme I após curto reinado de seu pai Frderico III prematuramente falecido, lançou-se a construção de uma poderosa marinha. Esta armada previa o apoio à política colonialista e também à conquista dos mercados consumidores ultramarinos pela florescente indústria alemã em franca concorrência à inglesa e francesa então dominantes no cenário mundial. Era evidente também que, possuindo a Alemanha o mais poderoso exército do mundo na época, quisesse também emparelhar-se à Inglaterra no campo naval. Assim a insignificante armada prussiana foi se ampliando surgindo rapidamente uma poderosa marinha alemã que, em 1914, chegava a ombrear-se com a Marinha in-

glêsa, a tradicionalmente mais poderosa do mundo. A organização militar alemã de então compreendia um exército e uma marinha independentes e subordinados diretamente ao Kaiser (imperador). A incipiente Aviação da época pertencia respectivamente ao Exército e à Marinha estando seu emprêgo previsto em estreita cooperação com as duas armas.

Com a derrota de 1918 os alemães destronaram o imperador e todos os Reis e príncipes e adotaram a forma republicana unificada instituindo a chamada República de WEIMAR, assim chamada porque nesta cidade se reuniu o congresso que elaborou a constituição republicana. Estranhamente esta república conservou para a nação o nome Império Alemão (DEUTSCHES REICH) passando em consequência a identificar-se por 2º REICH para diferenciar-se da forma anterior.

Sob a república de Weimar as fôrças armadas alemães, restrin-gidas pelo Tratado de Versailhes a possuirem — o exército — apenas um efetivo de 100.000 homens estando proscritos blindados e aviação e — a marinha — navios de pequeno porte (não superiores a 10.000 toneladas), foram unificadas sob a denominação de REICHSWEHR. Esta denominação significa literalmente REICH — Império e WEHR significando fôrça armada, donde REICHS WEHR significa: Fôrças Armadas do Império.

Com a subida do partido nazista ao poder em janeiro de 1933 e consequente modificação da constituição republicana, a nação alemã passou a denominar-se 3º REICH, para diferenciá-la das anteriores e que, segundo Hitler, deveria durar mil anos.

Tendo denunciado o Tratado de Versailhes, Hitler lançou-se febrilmente ao rearmamento.

Além de ampliar o exército, dotando-o abundantemente de blindados (panzer) êstes, grupados pela primeira vez em divisões, organizou também uma moderna fôrça aérea (LUFTWAFFE = arma aérea). A marinha também foi ampliada iniciando-se a construção de navios de grande porte (encouraçados) e principalmente submarinos, antes também proibidos. Para unificar as fôrças armadas de acordo com o feitio de seu governo a naturalmente tê-las "na mão", criou a WEHRMACHT, que literalmente significa: MACHT — poder e WEHR — fôrça armada. Embora não tenha um exato sentido em português a expressão WEHRMACHT pode ser traduzida por "poder armado". Foi com êste instrumento que Hitler lançou-se sobre a Polônia em setembro de 1939 dando início à 2ª guerra mundial que resultou na derrota total de 1945, fazendo com que o 3º REICH de duração prevista para 1000 anos tivesse a efêmera vida de 12 anos.

É interessante mostrar como a política influiu sobre a WEHRMACHT e sua organização, pelas anedotas satíricas que surgiram na época, uma das quais dizia que a WEHRMACHT era composta de: um exército prussiano, uma marinha imperial e uma aeronáutica nacional-socialista. Esta apreciação referia-se lógicamente a origem das 3 Fôrças. O Exército com base no prussianismo, a marinha criada inicialmente pelo Kaiser

e a LUFTWAFFE organizada já no nazismo e pelo famoso ex-piloto de caça da 1^a guerra — HERRMANN GOERING e agora um dos chefes do partido no poder. É significativo também o fato de que a artilharia antiaérea da WERHMACHT era da alçada da LUFTWAFFE o que revela a intenção de torná-la em condições de prescindir do exército em caso de conflito interno. Ela também organizou divisões blindadas e de infantaria que foram engajadas no final da 2^a guerra paralelamente às do exército e sob o protesto dêste que as queria como recompletação de suas já esgotadas grandes unidades.

Em 1945 os vencedores decidiram proscrever definitivamente o militarismo alemão. Na reunião de YALTA ficou decidido pelos então "três grandes" que, não deveria no mundo futuro, subsistir nenhuma organização militar alemã independente da forma política que tomaria o que restasse da Alemanha. O próprio "Grande estado-maior" foi indiciado como réu no julgamento que depois se realizou em NÜRENBERG. Entretanto os acontecimentos posteriores certamente imprevistos modificaram o curso da história.

Politicamente, decidiram os aliados, após um período de ocupação, durante a qual o povo alemão seria reeducado e redemocratizado, a reconstruir a Alemanha como nação. Entretanto a divisão entre os vencedores cedo levou-os a divergências mais tarde transformadas na fumigerada guerra fria. Nas chamadas zonas de ocupação estabelecidas pelos aliados verificou-se logo a impossibilidade de prescindir da colaboração do elemento civil na administração.

Assim as autoridades militares ocupantes começaram a chamar civis alemães para cooperarem na administração. Naturalmente êstes eram selecionados entre as pessoas de confiança das forças ocupantes. Foram os ingleses em Hanover que instalaram a primeira administração civil. Parece não ser estranho a êsse fato a ligação da família real inglesa com esta cidade da Baixa-Saxônia de onde descendem um dos seus mais importantes ramos.

Os americanos na Baviera também instalaram uma administração civil alemã, o mesmo fazendo os franceses no Alto-Reno.

Os russos, por sua vez, vinham organizando a "zona" para o comunismo, para isso trazendo consigo inúmeros antigos comunistas alemães que, escapados do nazismo desde 1933 eram acolhidos e treinados na Rússia visando a "volta". Os atuais dirigentes de PANKOW (subúrbio de Berlim Oriental sede do governo comunista) como WALTER ULBRICHT, WILHELM PIECK, o general HOFFMANN, o inspetor-geral (comandante) do Exército Nacional do Povo (NATIONAL VOLKSARMEE) são oriundos dêste grupo. Além disto os russos vinham realizando intenso trabalho junto aos prisioneiros de guerra alemães conseguindo mesmo grande êxito com os remanescentes do 6º Exército de Stalingrado, entre os quais surgiu a organização "Soldados alemães livres" cujo primeiro chefe foi o General SEIDLITZ, comandante de Corpo do antigo 6º Ex. Posteriormente, depois que teve conhecimento do atentado, na Alemanha,

de 20 de julho de 1944 contra Hitler, assumiu a direção o próprio Marechal PAULUS ex-combatente daquele infeliz exército.

Por intermédio dessa organização e assessorada pelos comunistas alemães refugiados na Rússia realizou-se intenso trabalho junto aos prisioneiros de guerra mas que não obteve resultados apreciáveis pois a maioria preferiu, mais tarde, ser repatriada para a Alemanha ocidental, mesmo sendo originária da "Zona de ocupação Soviética".

Mas, os russos organizaram a sua administração civil e foram os primeiros a organizar uma força militar alemã sob a forma de "Polícia do Povo" (VOLKS POLIZEI). Em consequência as autoridades militares ocidentais permitiram que seus governos civis regionais se federalizassem, surgindo assim a República Federal Alemã em contraposição à República Democrática Alemã na zona russa.

Como nesta época já eram notórias as divergências entre os aliados ocidentais e orientais a divisão entre as duas Alemanhas foi se acentuando cada vez mais.

Em 1948 instalou-se oficialmente a República Federal Alemã (BUNDESREPUBLIK DEUTSCHLAND). Sua constituição proscrevia a existência de forças armadas, embora paradoxalmente reconhecesse o direito de defender-se contra agressão externa. Entretanto os demais países democráticos da Europa bem como os EUA estavam nesta época já empenhados na criação de um órgão comum de defesa contra o comunismo.

A guerra da Coreia em 1951 veio acelerar a remilitarização alemã. É desta época também o pronunciamento de W. CHURCHILL de que "na defesa do ocidente deveriam participar os alemães". Partiria portanto do mais tradicional e encarniçado inimigo dos alemães a primeira e insuspeita sugestão de rearmá-los. Logo a seguir manifestou-se de forma idêntica o General BILLOTE, comandante das forças francesas na Alemanha que disse "não ser possível a defesa da faixa entre os rios ELBA e RENO sem a cooperação efetiva dos alemães". Era natural que essa idéia provocasse fortes reações nos países europeus, vítimas do nazismo, tendo o parlamento francês reagido violentamente. Mas a maior reação partiu da própria Alemanha cujo povo, unanimemente, condenava qualquer idéia de remilitarizar a Alemanha. A mentalidade do povo e governo da República Federal Alemã era a de que a defesa do ocidente era imprescindível mas a idéia que predominava entre êles era "sem nós".

Entretanto, com o correr do tempo e o açoitamento cada vez maior da "guerra fria" agravada principalmente com a constante "crise de Berlim" foram amaciando as resistências. A OTAN (NATO-NORTH ATLANTIC TREATY ORGANISATION) englobava desde 1949 a todos os países europeus ocidentais, com exceção da SUÉCIA, SUÍÇA, ÁUSTRIA e ESPANHA, esta última rejeitada por seus antecedentes políticos.

Havia agora unanimidade na idéia de que a Alemanha Ocidental se integrasse na OTAN. A grande reação entretanto partiu do próprio par-

lamento alemão particularmente na oposição "Social-democrata (SPD)" ao chanceler ADENAUER eleito pela maioria Democrata-cristão (CDU-CSU) e apoiada pela FDP (Partido alemão livre).

O próprio povo alemão era infenso à criação de um exército, mas o trabalho do "velho" ADENAUER finalmente foi coroado de êxito pois dizia él "não é possível uma nação afirmar sua soberania sem a existência de fôrças armadas". Assim em 1956 organizou-se o 1º núcleo das novas fôrças armadas que tomou de acordo com as tradições alemães o nome de BUNDES WEHR que literalmente significa Fôrças Armadas Federais, de BUND — Federação formando o adjetivo BUNDES — Federal e WEHR — Fôrças Armadas.

Não foi entretanto fácil vencer a ojeriza que a tragédia da última guerra produziu no povo alemão a tudo que lembrasse uniforme. A título de curiosidade transcrevemos abaixo o resultado da pesquisa feita por um órgão de consulta à opinião pública que formulando a pergunta: "É favorável ou não à extinção da BUNDES WEHR", recebeu em anos sucessivos as seguintes respostas afirmativas, em percentagens:

1956, 43%; 1958, 33%; 1960, 31%; 1961, 24%.

É interessante notar que o decréscimo das respostas afirmativas é paralelo ao recrudescimento do antagonismo Leste-oeste, mas é consequência também, e principalmente, da organização democrática da BUNDESWEHR e de seu comportamento ante o povo alemão.

Convém também assinalar que, enquanto as demais nações signatárias do Tratado do Atlântico Norte, tem parte de suas Fôrças Armadas a disposição da Organização, a BUNDESWEHR, por origem, é inteiramente da OTAN, não tendo portanto caráter de Fôrças Armadas nacionais como os demais países.

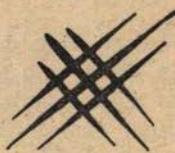
É interessante notar que o decréscimo das respostas afirmativas é parfaitamente integrada na nação alemã cujo povo já a aceita e orgulha-se mesmo dela. Entre os fatores determinantes desta mudança de posição está sem dúvida a sua estrutura democrática em que são evitadas demonstrações de militarismos como desfiles nas ruas e outras ostensivas participações na vida pública. Mas o que é principal, o povo alemão ocidental vivendo hoje em dia num nível de vida de alto padrão econômico, sofre e se traumatiza com a situação de seus compatriotas no "outro lado", isto é, dos 17 milhões sob o jugo comunista cercados em sua liberdade pelo famoso "muro de Berlim" prolongado nas regiões rurais por cercas de arame farpado com os intervalos minados, etc. As diárias tentativas de fuga emocionam a população causando explosões de alegria quando conseguem êxito e visual consternação e mesmo traumatismo quando a tragédia assinala o fracasso.

Finalmente o outro grande problema atual do alemão é a reunificação. Segundo o conceito do alemão ocidental a Alemanha está dividida em três partes, sendo a 3ª parte, no caso, as províncias anexadas à Rússia (metade da Prússia Oriental inclusive a antiga capital KOENIGS-

BERG, hoje KALININGRAD) e o restante à Polônia que teve ainda sua soberania estendida às províncias de POMERANIA e SILESIA. É a chamada fronteira ODER-NIESSE cedida à Polônia como compensação territorial pela adoção da linha CURSON como fronteira russo-polonesa. Todos êsses fatos contribuíram para a ceitação da BUNDESWEHR pelos alemães, a qual, como integrante da OTAN é vista como um baluarte contra a expansão do comunismo na Europa.

Finalmente cabe-nos a tarefa de dar uma explicação ao fenômeno chamado "militarismo germânico". Ele é antes de mais nada consequência de um "determinismo geográfico".

A disposição geográfica dos países europeus explica nitidamente. De todos os "grandes" povos europeus o único que, além de localizado no centro da Europa, não possui "fronteiras" naturais é o alemão. Enquanto espanhóis, italianos e escandinavos habitam penínsulas; a Inglaterra uma ilha; a França com 3 costas marítimas e mais os Pirineos a defendê-la; a Rússia com o mar Ártico ao Norte e os mares Negro e Cáspio ao Sul, e a Leste a imensidão siberiana, a Alemanha, em posição central e sem nenhum obstáculo a separá-la de seus vizinhos, percorreu um caminho histórico sob "pressão". Romanos do Sul, WIKINGS do Norte, franceses do Oeste e Eslavos do Leste tornaram-se seus constantes adversários até quase nossos dias. É portanto explicável a evolução "guerreira" da nação alemã, redundando no militarismo germânico de tão triste memória.



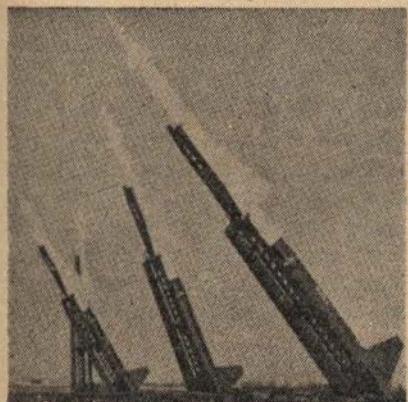
A DEFESA NACIONAL é a sua Revista
de estudos e debates profissionais. É a sua
tribuna. MANDE-NOS SUAS COLABORA-
ÇÕES!

GUERRA E TÉCNICA

— Gen GROSGEORGE (Revue Militaire d'Information, março de 1964)
— Tradução do Ten-Cel Inf PAULO GAUCHO LEAL DE OLIVEIRA
MESQUITA — Oficial de Estado-Maior

INTRODUÇÃO

O material sempre contribuiu para o êxito dos exércitos. Os outros fatores principais deste êxito podem também depender do armamento. Com a qualidade deste, interfere, com efeito, a quantidade utilizável em proporção com os efetivos e o valor daqueles que os empregam, função da instrução da tropa e dos quadros.



Além disso, a qualidade de seu emprêgo (estratégia e tática) não poderia ser separada da vontade de servir dele (fôrças morais). Não pode haver real contradição entre o armamento e as fôrças morais; para vencer, precisa-se de ambas. As discussões a este respeito são, entretanto, recentes; elas foram subestimadas pelos danos da guerra de aperta-botões, impressionados pela importância enorme do fator material. Os progressos científicos e técnicos conduziram a uma verdadeira revolução no armamento, a ponto de

se hesitar ainda, quinze anos após o surgimento da bomba atômica, sob a forma que tomará o combate nuclear. Mas, para os contemporâneos da adoção das armas de tipo rápido, ou mesmo remontando ao tempo da pólvora para o canhão ou da besta, houve mais que uma revolução.

O que caracteriza verdadeiramente nosso tempo, após a guerra de 1914/18, e sobretudo após a última guerra, é a aceleração do ritmo do progresso científico e técnico.

Apenas uma arma entra em serviço e já se pode prever sua substituição por outra melhor.

Antigamente, o governo que preparava uma guerra, ou o chefe chamado a conduzi-la, conhecia perfeitamente dois elementos fundamentais: seu próprio armamento e o de seu inimigo.

O armamento era uma constante, hoje é um elemento variável, suplementar, que se acrescenta a todos aquêles que intervêm na arte da guerra.

Pois um novo gênero de manobra, que poderia ser chamado manobra técnica, está se sobrepondo às manobras estratégicas e táticas. Por outro lado, o aparecimento, agora freqüente, de armas novas nos nossos exércitos e nos do inimigo apresenta problemas difíceis, mais técnicos do que estratégicos e táticos.

A MANOBRA TÉCNICA

O objetivo final da manobra técnica é pôr à disposição dos exércitos o melhor armamento no momento desejado. Este objetivo pode ser preciso, levando-se em consideração os dois fatores seguintes: o inimigo e o tempo disponível.

Se o inimigo é conhecido, trata-se de conhecer seu armamento atual, precisar as possibilidades de sua evolução e de preparar para a época desejada um material melhor que aquêle que ele poderá apresentar na mesma data. Se o inimigo futuro não fôr conhecido ou, o que dá no mesmo, se ele pode ser múltiplo, caso de um país na defensiva, querendo se proteger contra qualquer ataque venha de onde vier, a qualidade do armamento, em qualquer época, não deve ser limitada a não ser pelas possibilidades técnicas e pelos meios existentes para êsse fim.

Em tempo de guerra, a duração da manobra deve ser evidentemente reduzida ao mínimo. A inferioridade em armamento deve desaparecer o mais rapidamente possível, sob pena de derrota. Em tempo de paz, pelo contrário, um país de política agressiva, que prepara uma guerra a ser desencadeada em uma determinada área, dispõe de um espaço de tempo determinado. Um país na defensiva, ao contrário, podendo ser atacado a qualquer momento, encontra-se como em plena guerra.

OS MEIOS

Após ter sido prevista a missão, o inimigo, o tempo disponível, é preciso considerar, como em toda procura da idéia de manobra tática, os meios necessários à disposição da manobra técnica.

Eles são importantes e variados. Com efeito, é necessário (e é a causa da aceleração do progresso científico e técnico) para obter sem cessar armamentos novos, apelar-se às técnicas complicadas e aos princípios científicos complexos. Por outro lado, a procura da simplificação na utilização de materiais que variam sem cessar, complica ainda mais o problema. Dóis, duas consequências que explicam as dificuldades da manobra técnica.

A demora para obtenção dos materiais é considerável. Há duas maneiras diferentes de medir êsse prazo, que levam ambas ao mesmo resultado: os americanos contam 10 anos em média entre o momento em que a idéia de um material germina na cabeça de um pesquisador e aquêle em que o mesmo torna-se operacional nas unidades. Eles se esforçam, por todos os meios, quase sem êxito, para reduzir êsse tempo.

Os franceses contam em média dois a três anos para o estudo de um material, um a dois anos para os ensaios e experiências de tóda natureza, um ano a um ano e meio para a fabricação em série, ou seja, cinco anos, em média, entre o início do estudo e a chegada nas unidades.

Então, para se dispor de um material em uma determinada data, é preciso iniciar o estudo cinco anos antes. E para chegar-se ao término dos estudos no tempo desejado, é preciso prever antes todo um plano de pesquisas técnicas, e depois, remontando no tempo, um plano de pesquisas científicas, tódas orientadas para as necessidades das forças armadas.

Esses eutdos, êsses ensaios e essas pesquisas subentendem a existência e o emprêgo de meios numerosos, em pessoal (sábios, pesquisadores técnicos, engenheiros, técnicos de tóda espécie, oficiais especializados) e em material (laboratórios, laboratórios de estudos, meios de ensaios, e meios industriais), com o fornecimento de energia e matérias-primas adequadas.

Estes meios estão, entretanto, todos condicionados às possibilidades financeiras. É preciso notar que as noções de tempo e de meios postos à disposição são essencialmente diferentes na paz e na guerra. Em tempo de paz, as delongas são em geral incompreensíveis, menos nos países de economia socialista ou nas ditaduras. Quanto aos meios, estão estritamente limitados pelo teto do orçamento militar.

Em tempo de guerra ou de crise grave, pelo contrário, as necessidades da defesa nacional são prioritárias em todos os escalões: as delongas podem então ser consideravelmente reduzidas. Por outro lado, os meios inicialmente previstos poderão ser aumentados, não sendo satisfeito grande número de necessidades civis.

ESTABELECER UM COMPROMISSO

Qualquer que seja a comparação dos objetivos buscados e dos meios que se dispõe, ela conduz a um compromisso geral que é idéia de manobra técnica. O estabelecimento dêste compromisso é muito complexo. Para esclarecê-lo, citamos dois exemplos:

— **Renúncia à modernização numa categoria de materiais.** Pode-se aceitar, por exemplo, esperar obter o domínio aéreo sobre o campo de batalha com os meios aéreos e renunciar à modernização da DCA. Pode-se, entretanto, ir mais longe ainda neste caminho e suprimir a totalidade das unidades de defesa antiaérea, o que redundaria em economias de pessoal e material, de infraestrutura e de instrução.

— **Uma parada na modernização de categorias de material.** O progresso numa técnica determinada redonda para o material correspondente na adoção de um ritmo de modernização caracterizado pelo prazo ideal de renovação. Ao expirar êsse prazo, as qualidades do novo material são tais que superam os inconvenientes devidos à introdução de um material nôvo: instrução, emprêgo, dificuldades logísticas.

Por exemplo, para a eletrônica, é considerado em todos os países que 5 anos é o prazo ideal para a renovação do material, levando-se em conta os progressos técnicos na matéria.

Uma primeira economia pode ser feita aumentando-se este prazo de renovação, alterando-o, por exemplo, de 5 para 8 anos.

Uma segunda economia consistiria em construir, cada 8 anos, sómente uma parte do conjunto dos materiais necessários ao equipamento das fôrças. O Exército ficaria então dotado simultaneamente de vários tipos de materiais de valor desigual. A questão será retomada mais adiante, ao ser estudado o valor dos materiais ultrapassados.

Tudo que foi dito mostra que o compromisso geral não pode ser decidido senão pelos altos escalões, conscientes, graças aos numerosos trabalhos de síntese, do valor do conjunto dos materiais para a conduta da guerra.

O valor de um armamento econômico é muito discutível e, efetivamente, muito discutido. É preciso que o chefe encarregado de fixar o compromisso tenha uma visão clara do problema em seu todo, e uma férrea vontade. Como exemplos de manobras com êxito podem ser citados: Alemanha, 1939; Rússia, 1942.

SEGURANÇA DA MANOBRA

Um ponto, particularmente importante da manobra técnica, merece atenção. Trata-se da segurança. A manobra técnica deve ser feita em segurança. Com efeito, a supresa técnica pode buscar grandes vantagens. A súbita aparição em massa de um material de novas características redundante para o inimigo, não sómente em inferioridade no plano material, mas também em surpresa em todos os sentidos do termo, que atua no seu moral e pode dar lugar a muito mais importantes consequências, que a simples vantagem técnica considerada não obteria.

O aparecimento do gás, em 1915, das minas magnéticas, em 1939, da bomba atômica, em 1945, constituem exemplos recentes. Esta importância considerável diminui se a surpresa for parcial, se o material em causa for utilizado de maneira progressiva e em pequena quantidade, ou se a sua colocação, no lugar desejado, foi revelada. Foi, particularmente, o caso do emprego das V-1 e V-2 pelo Terceiro Reich, em 1944-45. Mas de qualquer modo, a vantagem das novas características é difícil de ser compensada e pode entretanto ser mantida pelo adversário, graças a um esforço normal de modernização.

A segurança da manobra impõe sigilo. Para tentar obter a surpresa, é preciso então manter o sigilo técnico. A idéia é comumente aceita, hoje, em todos os estudos de materiais; mas a complexidade nova destes estudos abrange três espécies de dificuldades:

— Os sábios estão sempre notoriamente aflitos por materializar suas pesquisas e seus sucessos, e são, portanto, pouco inclinados ao si-

gilo. É difícil impedi-los de publicar artigos nas revistas, de fazer comunicação às academias.

— os industriais, tendo aperfeiçoado seus métodos, querem, naturalmente, garantir-se contra a concorrência, nacional ou estrangeira, e desejam tirar patente. Apesar das normas de sigilo, pelo menos provisórias, estas patentes são fontes de indiscrições.

— A necessidade de estudos em comum, no quadro de uma aliança, ou no caso de material nacional muito caro para um só usuário, resulta numa cadeia de visitas, reuniões, demonstrações com os aliados, e às vezes com países neutros, donde podem nascer indiscrições várias. Ao inverso da manutenção do sigilo para surpreender o inimigo, a procura de indícios junto ao adversário é indispensável para evitar a surpresa. É preciso estender a noção clássica de informação à informação científica e técnica. É muito difícil fazer analisar um material complexo por agentes não especializados; é preciso pedir-lhes resposta a questionários técnicos muito precisos.

Por outro lado, a abundância da literatura não restrita e não classificada no domínio cinematográfico e técnico oferece possibilidade de revelação das diversas direções da manobra técnica inimiga. Mas a reunião desta literatura, sua tradução, sua leitura para separar o joio do trigo e sua catalogação para as necessidades dos especialistas constitui trabalho hercúleo, que só um grande país, ou um grupo de países, pode empreender com possibilidades de sucesso.

AS REAÇÕES DIANTE DE UM MATERIAL NÔVO, NAS FÔRÇAS AMIGAS

Os problemas que se apresentam nas fôrças amigas são conhecidos desde que o material novo está em estudo. Sua solução pode, então, ser longamente estudada. É preciso determiná-la muito tempo antes da colocação em serviço do material nas unidades.

A primeira pergunta que é preciso responder a respeito do material novo, é a seguinte: Quem o utilizará? Arma existente, ou a criar. O critério mais antigo utilizado para resolver este problema é o da missão. Considerando a missão prevista para o material novo, ele é distribuído à tropa encarregada dessa missão.

Isto não se faz sem dificuldades, porquanto a missão pode ser complexa. Ela pode abranger várias armas ou fôrças armadas e esta pluralidade será a origem de querelas pessoais e de "efervescências". "Para quem o belo brinquedo?" — diz-se a respeito dos mísseis disputados entre as três fôrças armadas.

Em geral, o armamento novo, se é importante, caracteriza-se por uma técnica muito evoluída. Um outro critério consiste em se procurar onde se acha a maioria dos técnicos desta especialidade. Este deveria ser o critério determinante hoje em dia. Se o número de técnicos necessários é insuficiente em uma arma ou fôrça armada, seria necessário

procurar criar uma nova arma ou força armada, reunindo todos os técnicos dêste novo ramo. O surgimento da aviação e dos carros de combate, no decorrer da guerra de 1914-1918, e o das comunicações, durante a guerra de 1939-1945, são exemplos disso.

Ao problema da distribuição sucede o do emprêgo do novo material, no quadro dos armamentos existentes. É preciso lembrar, nesta ocasião, que não haveria nenhum progresso no armamento se, ao avanço técnico, não correspondesse uma evolução no emprêgo, não só do novo material, mas também de todos os outros suscetíveis de serem utilizados com élle.

Que as necessidades de emprêgo tenham ou não precedido a melhoria dos materiais, é uma falsa antinomia, como a do armamento e das forças morais. O emprêgo do binômio carros-aviação em 1940 ilustra esta afirmativa.

É ao refletir-se sobre o emprêgo dos novos materiais que surge, adicionalmente, o problema dos materiais ultrapassados. Podem êstes ainda servir ao lado dos novos materiais?

Convém distinguir os materiais antigos cujas performances são simplesmente menores (por exemplo: alcance ou cadência reduzida para os canhões, alcance ou faixas de freqüência reduzidas para os aparelhos de comunicações, tempo gasto para utilização dos materiais de transposição), daqueles que não podem mais ser utilizados sob pena de destruição e de que resulta a perda de suas guarnições (carro, avião). O aparecimento, no lado inimigo, de "material misturado" com características melhoradas, elimina do campo de batalha, sob pena de morte, todos os outros materiais da mesma natureza que não têm estas características: o carro com casamata "Grant" em 1943, o Messerschmidt 262, em 1945 (que teria podido, em poucos meses retirar do céu os caças aliados) são ilustrações recentes dêste fenômeno.

O problema não é, entretanto, sempre tão evidente, a não ser nesta luta entre materiais da mesma espécie. O espírito conservador, que mantém mais tempo do que o devido os materiais ultrapassados em lugar dos materiais modernos da mesma natureza, é ainda mais forte quando se trata de um material de espécie diferente que torna sem valor um material antigo. As cargas de cavalaria, em 1914, e os balões de observações, em 1939, foram mantidos além do que se esperava.

DO LADO INIMIGO

Como foi assinalado acima, o aparecimento de um material novo no lado inimigo, na paz, é sobretudo em tempo de guerra, exige uma rápida parada; esta parada pode ser:

— Uma parada técnica, assomando naturalmente ao espírito; ela consiste em incluir, o mais depressa possível, em nosso arsenal, sejam os materiais compatíveis com as novidades do inimigo, sejam os materiais "anti", necessários para fazer frente à sua utilização. Seguida das dificuldades devidas aos prazos para obtenção dos novos armamentos,

apesar das prioridades em tempo de guerra, a parada técnica não pode validamente ter lugar, a menos que se disponha já dos materiais para o estudo. Apesar disso, os prazos necessários à análise das características técnicas do material inimigo, a adequação das características de nosso próprio material, levando-se em conta estas informações e a construção do material são tais que o material novo inimigo poderá livremente exercer seu efeito durante um prazo de pelo menos alguns meses. Como o inimigo pode utilizar esse prazo para aperfeiçoar igualmente o seu próprio material, conservará ele, indefinidamente, sua vantagem inicial.

O avanço anglo-saxônio em radares, espolétas de aproximação guerra eletrônica, durante toda a guerra 1939-1945, pode ser apresentado como ilustração das vantagens técnicas mantidas, apesar das paradas técnicas.

A realização do material "anti" pode ser mais fácil, particularmente se se trata de utilizar, para novas missões, um material já existente. Podem ser citados, a título de exemplo, a máscara contra gases, os meios anticarro, em particular a artilharia de campanha empregada nessa missão anticarro.

— **Uma parada tática.** Uma modificação do emprêgo dos meios existentes pode servir como um paliativo durante um certo tempo, enquanto se aguarda os resultados da pesquisa técnica, enquanto se verificam as dificuldades devidas à aparição do material novo inimigo. Isto será apenas um expediente provisório, pois o inimigo pode, por sua vez, modificar sua própria tática, em consequência de nossas reações. Mas, neste caso, novas paradas podem ser imaginadas, permitindo ganhar ainda um pouco de tempo. A passagem dos alemães aos bombardeios noturnos da Inglaterra, em 1940, para escapar aos radares, a luta dos carros "Sherman" contra os "Panther", em 1944, os ataques sofridos pelos caça-bombardeio Messerchmidt 262 em seus aeródromos, em 1945, — São exemplos de paradas táticas contra um material moderno sem seu equivalente técnico.

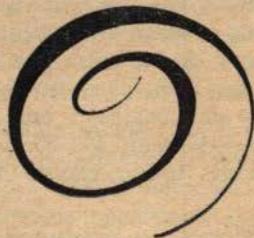
— **Uma parada estratégica.** A destruição sistemática dos meios de estudo, de ensaios, de produção, de transporte do novo material, pode resultar na suspensão dos efeitos da surpresa técnica, ou pelo menos impedir que ela lance todo o seu peso: a luta contra as V-1 e V-2, em 1945, é o mais perfeito exemplo, pois que influiu sobre as grandes decisões militares do fim da segunda guerra mundial.

O exemplo da reação alemã contra a introdução dos carros pelas tropas franco-britânicas, em 1917, ilustra a utilização, coroada de êxito, de todas as paradas que podem ser opostas à surpresa em matéria de armamento. Se a guerra futura for, como se admite comumente, uma guerra curta, será impossível, por falta de tempo, aplicar as diversas paradas enumeradas acima. A vantagem técnica, no início do conflito, poderá ser determinante. Entretanto, um período de crise grave, precedente o conflito, poderá diminuir os efeitos, se as condições dos estudios em curso o permitirem.

CONCLUSÃO

A manobra técnica a ser realizada atualmente deve levar em conta os progressos científicos e técnicos que conservam sempre o mesmo ritmo. A guerra fria entre os dois grandes resulta inevitavelmente numa corrida de armamentos, que se aplica a todas as grandes nações mundiais. Ela é particularmente pesada para o nosso país, colocado em uma posição difícil, pois deseja ser capaz de se defender sózinho e apenas dispõe de meios limitados.

São, sem dúvida, meios humanos o que a França pode fornecer, de mais valiosos, sábios e pesquisadores, engenheiros e oficiais especializados. Dentre estes últimos, os oficiais técnicos, no âmbito da técnica e do emprêgo, serão os conselheiros do Comando em matéria de manobra técnica. Mas os Chefes de hoje e de amanhã deverão eles próprios conhecer a fundo as características da manobra técnica, para poder estabelecer os compromissos difíceis que a orientarão. Eles deverão ser capazes também de determinar a tempo as características dos materiais futuros e adaptar o mais rápido possível a doutrina a ser posta a serviço de uma nova arma, ou no caso de seu aparecimento súbito no lado inimigo.



VOCÊ QUE JÁ É ASSINANTE, faça mais um assinante para a **DEFESA NACIONAL**, e estará assim contribuindo para o engrandecimento de sua Revista, QUE PRECISA DE VOCÊ.

VAMOS REORGANIZAR O SERVIÇO DE MATERIAL BÉLICO?

Ten-Cel TÓGO LOBATO
Oficial de EM

1. INTRODUÇÃO

A tática das armas base, combinação de fogo e movimento, estará completamente frustrada se, um desses elementos, por falta de apoio adequado deixar desempenhar em combate o papel que lhe competir. Considerando que a quase totalidade do apoio requerido pelo fogo e o movimento é fornecido pelo Serviço de Material Bélico, pode-se concluir imediatamente que um dos fatores mais atuantes para o bom êxito das operações militares é o perfeito funcionamento deste Serviço.

Já há algum tempo que se fala na reorganização estrutural do Ministério da Guerra, com a finalidade de lhe dar maior dinamismo; portanto, nada mais oportuno do que se falar também na reorganização do Serviço de Material Bélico. As idéias que iremos expor, embora não sejam inéditas, terão, no mínimo, o mérito de mais uma vez chamar a atenção para um problema cuja solução já há muito vem sendo reclamada.

2. ASPECTOS FUNDAMENTAIS DA DOUTRINA DO SERVIÇO DE MATERIAL BÉLICO (Sv MB)

a. Dentre todas as missões afetas ao Sv MB destacamos como mais significativas as de :

- obter ;
- armazenar e distribuir ;
- manter e reparar ;
- instruir ;
- e coordenar a técnica no manuseio de todos os itens controlados pelo Serviço de Material Bélico.

Todas elas se entrelaçam e se complementam. É da própria doutrina do Sv MB que o suprimento e a manutenção são interdependentes. De outra parte, o armazenamento tanto interessa a obtenção como a distribuição. Entretanto, para possibilitar um confronto mais objetivo entre as linhas mestras da doutrina com a nossa atual organização vamos abordá-las esquematicamente.

b. A organização do Sv MB deve possuir a flexibilidade necessária para apoiar, nas condições mais adequadas possíveis, as tropas prêas ao território, caso da ZI, e as tropas móveis, caso dos TO, particularmente as localizadas na ZC.

c. Para obter todo o material realmente necessário ao Exército, precisa o Sv MB possuir uma organização vertical e centralizada, onde possa realizar o fundamental de qualquer serviço, o "balanço" entre o "previsto" e a "existência". Este balanço tem que ser realizado desde o escalão mais baixo até o mais elevado de âmbito de Ministério da Guerra. Da comparação entre o "previsto" e a "existência", ou entre os "pedidos" e o "estoque" surgirão as faltas; são os milhares e milhares de itens de que as tropas estão necessitando.

De posse das faltas, depara-se o Sv MB com o dilema :

- o que comprar ?
- onde comprar ?

Estes problemas só serão bem resolvidos com a existência de uma organização centralizada, com órgãos de obtenção permanentes capazes de, a qualquer momento, entrar em contato com as organizações civis, como Fábricas, Associações Comerciais ou Industriais etc., para elaborar os contratos e fiscalizar a sua execução.

O Exército é esta máquina que não pode parar. Mesmo em tempo de paz, o consumo dos itens de material bélico é uma constante; daí ser necessário o planejamento antecipado das obtenções, a fim de que as tropas possam ser supridas nos locais e prazos por elas solicitadas. Isto, no entanto, só pode ser feito à base de estatísticas de consumo ou de mortalidade de peças.

Resumindo as implicações impostas à organização, pela necessidade de obter todos os itens necessários ao serviço, podemos afirmar que o Sv MB deve ter o controle de todas as atividades a ele ligadas, realizar o controle de estoque em todos os níveis até de âmbito MG, possuir órgãos de obtenção capazes; realizar o controle da mortalidade de peças e finalmente deve ser apto a planejar as obtenções.

d. O controle global dos milhares e milhares de itens jurisdicionado pelo Sv MB só será possível mediante a divisão vertical da organização em setores perfeitamente adequados à natureza ou tipo do equipamento. Como grupos mais importantes, dentro do controle do Sv MB, destacamos as munições, o material moto, o armamento e os mísseis. A cada um desses grupos deve corresponder um órgão de direção inteiramente capaz de atender o controle de todas as suas atividades.

e. Só será possível ao Sv MB levar seus suprimentos a todas as organizações nos prazos e locais por elas requeridas se possuir uma rede de distribuição ajustada ao item e à localização da tropa apoiada. Com fundamento neste preceito, dispõe o Sv de Depósitos, Pontos de Suprimentos e Unidades de Manutenção, capazes, também de realizar o suprimento.

f. A manutenção e a reparação do equipamento de material bélico, considerando a técnica requerida para a realização dos serviços, o tempo necessário e as ferramentas empregadas, é dividida horizontalmente em coerência com os níveis operacionais, a partir do detentor do equipamento. Com base em diversos fatores, particularmente nos três citados,

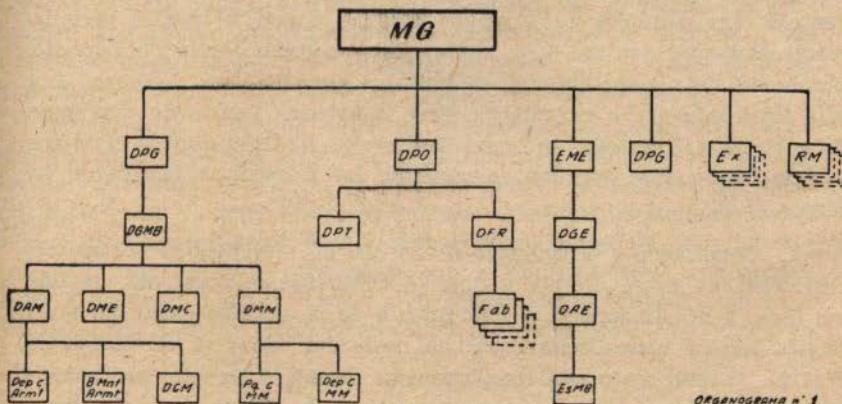
o sistema de manutenção do Sv MB está dividido em três categorias: a orgânica, a de campanha e a de depósito e em cinco escalões: o primeiro do detentor direto do equipamento, o segundo — da organização, o terceiro — das organizações de apoio direto, o quarto — das organizações de apoio ao conjunto e o quinto — das organizações de apoio de depósito. A coordenação de todas as atividades ligadas ao Serviço será realizada através dos canais técnicos. Por estes canais, o Serviço fará chegar até as organizações que empregam o equipamento a sua orientação.

Neste ponto deixamos de lado a doutrina para fazer uma ligeira digressão. Dentro da doutrina, compete às organizações a realização da manutenção orgânica ou de segundo escalão; sendo assim, compete aos oficiais das respectivas organizações dirigir esta manutenção. Deste modo, quando se passa do terceiro para o segundo escalão de manutenção, ou da manutenção de serviço para a orgânica, sofre a ligação técnica alguns desajustamentos motivados pela diferença de formação de oficiais responsáveis por uma mesma atividade.

Por muito bem que sejam especializados os oficiais das armas, nos assuntos de material bélico, jamais poderão ser comparados, em eficiência, com oficiais que tenham sido formados especificamente como de material bélico. A situação de um oficial de motores num corpo de tropa é muito semelhante aos oficiais de intendência e de saúde. Por que, então, não passar para os oficiais do Sv MB a função de Oficial de Motores das Organizações Militares? As vantagens são inúmeras: ligação técnica perfeita, maior rendimento dos serviços, melhor preparo técnico, aceleramento na implantação da mentalidade do serviço, etc.

3. ASPECTOS MARCANTES DA ORGANIZAÇÃO DO NOSSO SERVIÇO DE MATERIAL BÉLICO

a. A estrutura do nosso Sv MB é a estabelecida pela Lei n. 2.851-56, da qual extraímos, no que interessa ao presente artigo, o organograma n. 1:



b. O que nos surpreende num primeiro contato com a nossa atual organização é a falta de um órgão central controlador de todas as atividades logísticas do Ministério da Guerra. Fugindo à finalidade do presente artigo, para analisar a cúpula da nossa organização, verificamos que o órgão controlador das fábricas e arsenais está no mesmo nível do órgão de obtenção e, o que é mais grave, no mesmo nível do Estado-Maior do Exército. Decorre desta circunstância a ausência de ascendência funcional do EME para impor suas diretrizes ou, em outras palavras, falta de uma direção central para orientar a política de obtenção do Ministério da Guerra.

c. O que se passa no âmbito do Ministério da Guerra, para todos os Serviços ligados a logística, observamos também dentro do Sv MB. Não existe um órgão central de direção do Serviço que possa solucionar com propriedade o problema da obtenção. Para que isso ocorresse era necessário que a Diretoria-Geral do Material Bélico controlasse: as verbas destinadas ao Serviço, os estoques existentes, as possibilidades das fábricas, os arsenais, os pedidos etc. Isto, no entanto, não se dá. É assim um ponto a ser corrigido.

d. Entrando na organização propriamente dita da DGMB, somos novamente surpreendidos com a existência de órgãos estranhos às atividades de material bélico e a ela subordinados. É o caso das Diretorias de Material de Engenharia e Comunicações. Este fato tem repercussão negativa sobre a direção do Sv MB que está sendo sobrecarregado com assuntos completamente alheios ao Serviço, como também sobre as direções dos Serviços de Engenharia e Comunicações, que não têm a autoridade necessária para estabelecer suas próprias diretrizes. Precisa o Sv MB ser liberado da supervisão dessas duas Diretorias.

e. O controle do armamento e das munições por um único órgão não se coaduna com a doutrina. Não cabe aqui o argumento de que o controle das munições e do armamento, em tempo de paz, é perfeitamente exequível por um único órgão. Não se pode, dentro do Exército, perder de vista o seu objetivo capital — o preparo para a guerra. É a esta finalidade que a organização deve satisfazer. Dentro da concepção de centralização de todos os órgãos do Serviço, às Diretorias de Munições e Armamento deve ser dado o controle das respectivas fábricas e arsenais.

f. Analisando a organização do Sv MB no nível Região Militar, verificamos que nesse escalão a Chefia do Serviço se apresenta dividida em duas, a de armamento e munição e a de moto. Não existe no nível Região Militar uma Chefia capaz de coordenar todas as atividades do Serviço. O setor moto está completamente desligado do setor armamento e munição. Temos assim, para cada ramo do Sv MB parques, depósitos,

etc. A fusão das Chefias é uma imposição da doutrina. Fundidas as chefias devemos ainda, com fundamento na doutrina, reunir os parques e depósitos, o que nos dará ponderável economia em pessoal e incremento na eficiência das atividades.

g. A missão de instruir para o Sv MB, além da direção técnica do Serviço, pressupõe a manutenção de Escolas especializadas. Verificamos no organograma do Ministério da Guerra que a Es MR está subordinada à DGE e esta ao EME. Essa organização funda-se no critério estabelecido pelo EME de manter sob sua direção tôdas as Escolas de Formação e Especialização. Não é a solução típica da doutrina, mas é coerente. Tanto o Sv MB como as Escolas estão ligadas ao EME, que é, em última análise, a fonte da doutrina. É uma solução que vem dando excelentes resultados; não há, assim, razão para ser modificada.

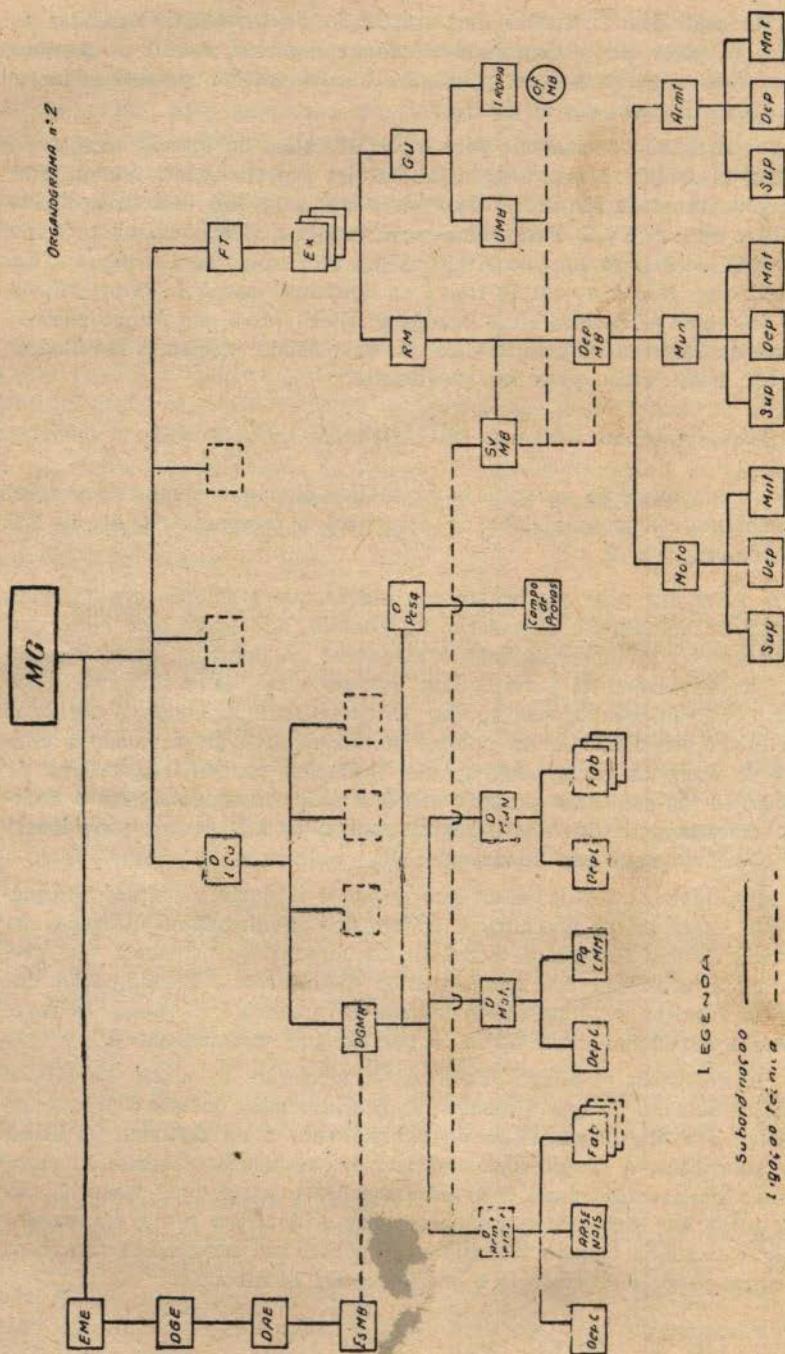
4. UMA SOLUÇÃO PARA A ORGANIZAÇÃO DO SV MB

a. Com base na doutrina e na análise da nossa atual organização, apresentamos como uma linha de ação para a reorganização do Sv MB o organograma n. 2.

b. Em que pese a afirmativa acima de que a solução ora sugerida repousa na doutrina, é necessário, no entanto, que fique bem claro que o seu contexto é impreciso, vago e inacabado. A doutrina, como base de tôdas as atividades do serviço, tem que ser clara, inquestionável, completa. Isto, entretanto, não se dá. Os Regulamentos, onde deveríamos ir buscá-la, ainda não foram publicados. Segue-se a grosso modo a doutrina do Exército Americano, através traduções particulares, ordens de serviço, cursos etc. Esta situação não é a mais conveniente para o Exército. A elaboração dos regulamentos para o Sv MB é uma providência que não deve mais ser adiada.

Mas, quais os regulamentos que devemos traduzir e adaptar? Aquêles que encerram os preceitos e tratam dos equipamentos utilizados na Segunda Grande Guerra, devidamente atualizados, ou os atuais, que preconizam a utilização dos equipamentos eletrônicos e a integração dos serviços técnicos em uma única unidade de apoio à DI? Como os regulamentos dependem desta opção, é preciso que seja tomada já.

Considerando o estágio atual da organização do nosso Sv MB, o material humano de que dispomos, as possibilidades do nosso parque industrial, a evolução constante do equipamento e da doutrina do Exército Americano, a simplicidade, rusticidade, eficiência, a aceitação generalizada da doutrina atual e as organizações existentes de Material Bélico, julgo que devemos permanecer com a doutrina posta em prática desde a Segunda Guerra Mundial e só pensar em modificá-la com base em nossa própria experiência e possibilidades econômicas.



FUNDAMENTOS DE HISTÓRIA MILITAR APLICADA

Major JOSÉ MURILLO BEUREM RAMALHO

I — INTRODUÇÃO

O ensino da História Militar, aliado à sua intensa pesquisa, nos grandes centros culturais e militares do mundo, vem constituindo uma tônica especial, ensejando, diversas vezes, as mais variadas discussões sobre sua oportunidade face à evolução técnico-científica nas múltiplas atividades do homem moderno.

Já o próprio ensino da História Militar em universidades norte-americanas tem constituído surpresa para muitos técnicos, políticos, militares e pesquisadores.

A verdade é que a difusão, o estudo e a interpretação dos processos histórico-militares vêm propiciando subsídio importante ao esclarecimento do próprio comportamento dos homens do passado, permitindo extrair conclusões oportunas e esclarecedoras.

Psicólogos, psiquiatras, historiadores, sociólogos, geógrafos e pesquisadores buscam na análise e na interpretação dos fatos históricos raízes com que possam, melhor pesar e sentir as ações que se entreclocam, os interesses em jôgo e a conduta de dirigentes, chefes e executivos.

A atenção que deve ser devotada a esse ramo de conhecimento deve ser aumentada e difundida em todos os escalões, pela profundidade de conceitos, de valores interpretativos e para aperfeiçoamento profissional dos membros das Forças Armadas, sobre as quais repousam os alicerces da Segurança Nacional.

II — DESENVOLVIMENTO

Numa programação destinada à Academia de Guerra de Berlim, em 1868, disse o General Pencker, inspetor-geral dos Institutos de Ensino da Prússia: "Quanto mais excassa fôr a um exército a experiência de guerra, mais importa recorrer à História como base dessa instrução. Embora a história da guerra não possa substituir a experiência adquirida, pode, contudo, prepará-la. Na paz, ela constitui o verdadeiro meio de aprender a guerra, de determinar os princípios fixos da arte. É, indubitavelmente, a fonte imediata e eterna de todos os conhecimentos utilizáveis na guerra".

O saudoso general-professor-escritor Pedro Cordolino F. de Azevedo, conceituado mestre na antiga, famosa e tradicional Escola Militar do Realengo e na atual Academia Militar das Agulhas Negras, retratou certa vez:

"Convencidos de que a História é uma das formas por meio das quais se chega ao conhecimento experimental do Universo no seu envolver, tratam os historiadores, alicerçados no estudo da psicologia, de determinar a filiação dos acontecimentos, por vêzes dramáticos e violentos, e que têm a sociedade humana por palco".

Evidentemente, os grandes chefes do passado não freqüentaram curso sóbre pessoal. Porém, se nos aprofundarmos em investigar os fatos correlacionados com a vida de Caxias, Gengis-Kan, Alexandre, Aníbal, César, Gustavo Adolfo, Turenne, Frederico II, Napoleão, Moltke, Osório, Bolívar, San Martin, etc., verificaremos que os mesmos dedicaram considerável dose de tempo a investigações sóbre a vida dos "grandes" que se lhes antepuseram. Escada empírica de estudo, não resta dúvida; porém, que revela alta visão e compreensão da experiência vivida por outros. Eles já se tinham antecipado à máxima de Bismarck, que dizia: "Os ineptos procuram ter somente a experiência própria como guia; eu, porém, prefiro aproveitar a experiência dos outros".

É certo que o estudo da vida dos grandes chefes militares demonstra que nenhum deles possuía, no mais alto grau, tôdas as qualidades de chefia, e que as falhas em algumas eram mais que compensadas pelo valor das outras.

Por outro lado, a conceituação de ser chefe, ser líder, é, como na antiguidade, o de saber impôr-se através de uma série de impulsos que o caracterizam, impulsos êsses, naturalmente, que variaram em sua forma e sentido através do decorrer dos séculos.

Certamente, na antiguidade, Gengis-Kan, César, Alexandre, etc., manuseavam ótimamente suas lanças e espadas como o melhor de seus guerreiros. E isso constituía um dos melhores argumentos dominantes na arte de chefiar. Valentes o eram mais do que os seus melhores lutadores. Possuíam vigor físico acentuado e, de certa forma, no conjunto, dispunham de determinadas aptidões que os faziam distinguir ante seus demais guerreiros.

Muito a propósito, sóbre essa afirmação ressaltemos aqui o auto-retrato sóbre Aníbal, chefe militar considerado por Napoleão "les plus grand capitaine du monde" através da pena do historiador Tito Lívio: "Era o chefe em quem os soldados depositavam a maior confiança. Possuía muita audácia no ataque e grande prudência no perigo. Não havia trabalho capaz de fatigar seu corpo ou sua alma. Sabia afrontar o frio e o calor. Ao repouso, consagrava unicamente o tempo não ocupado pelos seus afazeres. Não conhecendo a ne-

cessidade de conforto, era muitas vezes visto deitado na terra, coberto, pelo seu manto, entre os vigias dos pontos avançados. Suas vestes não o distinguiam de seus comandados; era notado unicamente pelas suas armas e por seus cavalos. Era o melhor dos infantes e o mais hábil entre os cavaleiros. No combate era o primeiro a atacar e o último a se retirar".

Evidentemente, no antanho a ascendência do chefe era baseada num complexo de ação física e vigor moral, a par, certamente, de diferentes atributos próprios, pessoais. Alguns denotavam, além, alto índice intelectual e respeitável valor como aprendiz, aprendendo com desusada facilidade o manejô das armas.

Um traço da conduta de guerreiros e chefes do passado conta-nos o Cel J. B. Magalhães: "César, tal como Napoleão, caminhava a pé com suas legiões e falava aos centuriões e soldados diretamente. Permitiam, ambos, que se lhes manifestassem livremente suas queixas e seus desejos. Combatiam nas suas fileiras. Estimulavam seus soldados mostrando seu interesse por êles e chamando-os pelo nome. Fascinavam-nos com a idéia que lhes sugeriam de serem um dêlos".

Trazendo à nossa imagem a guerra à época moderna, vemos, no entretanto, outro sentido dado às características dos chefes militares. Assim é que, por exemplo, os generais Von Romel, Montgomery, na guerra 1939-1945, desconheciam as características, funcionamento e o emprêgo, de forma detalhada, da maioria das armas, petrechos e veículos com os quais puderam alcançar vitórias de elevada significação tática e estratégica.

A resultante de suas aptidões, habilidades, experiência e conhecimentos foi produto não só da meditação nas páginas da história militar, bem quanto uma ótima base assentada sobre eficiente cultura profissional e geral, um conjunto de qualidades pessoais e um adequado conhecimento da natureza humana usufruído nos bancos escolares, na experiência e no folhear da literatura psico-sociológico.

Muito embora já no século V AC, houvesse um documento sobre aspectos da guerra — a "Arte da Guerra", considerado o mais antigo tratado militar conhecido, escrito por Sun Tzu — sómente em fins do século XIX é que surgiram os primeiros trabalhos versando sobre a arte de comandar.

Em consequência, a partir daí é que se observou maior preocupação pela técnica de chefia, em bases racionais, ressaltando, nessa fase, entre outros, trabalhos como "A arte de comandar", de André Gavet, do Exército francês e "Educação moral do soldado", do Coronel italiano Carlo Corsi, este publicado em 1890.

Principalmente, durante a 1ª Guerra Mundial, é que surgem os primeiros sinais de verdadeira consideração oficial pela arte de comandar.

Certo é que, a compreensão do valor da natureza humana no âmbito militar, a sistematização de um conjunto de princípios e idéias

sobre técnicas de chefia e o vetor importâncial da arte de comandar vieram dar realce à necessidade de meditação e estudo correlatos. Calcada essa importância agora, porém, em termos científicos, sua produção tenderia a ser mais racional, mais humana e mais de acordo com os próprios valores interpretativos do homem.

Por conseguinte, os mestres, técnicos e estudiosos no assunto, e ainda aqueles com funções de chefia, partiram em busca de soluções para atender à corrente não só dos necessitados bem quanto às das massas na guerra.

A crescente tecnização dos meios e agentes não sómente no setor das Forças Armadas bem quanto nos meios civis trouxe, certamente, novos problemas e novas dificuldades, ao mesmo tempo que docou aos chefes militares melhores condições para o trabalho e o acionamento do controle do comportamento humano.

O que, a propósito, cita o Major Rolf Elble, do Exército alemão, é interessante sobre o aspecto que aqui estamos abarcando e não nos furtamos a mencioná-lo: "A maior autoridade do domínio militar, a despeito de todos os aperfeiçoamentos técnicos, continua a pertencer ao comandante militar e não ao técnico".

A magnitude do conhecimento do chefe militar sobre a problemática do pessoal é, portanto, fundamental, modernamente.

Anteriormente, o chefe bastava ser fisicamente forte, ter coragem para suportar a primeira visão do adversário; e a emoção da própria batalha gerava ardor combativo e contagiente. Hoje, é necessário um pouco mais, bem mais, para aquele que comanda.

Assim é que Foch, citando o general Penker, acertadamente escreveu:

"Quando um homem de guerra tem o sentimento íntimo de ser instruído, quando percebe que sabe o bastante para se orientar facilmente em circunstâncias difíceis, seu caráter se fortifica, torna-se capaz de tomar, com propósito, decisões nítidas e de lhes dar execução. Ao contrário, o homem que sabe que é ignorante e que necesita aconselhar-se com outros, mostra-se indeciso, perplexo e prestes a se desmoralizar".

O maior homem do Exército Brasileiro de todos os tempos era visto com a mística dos semideuses. A propósito, Dionísio Cerqueira descreve: "Quando passava no seu uniforme de marechal do exército, ereto e elegante, apesar da idade, todos nós perfilávamos reverentes e cheios de fé. Não era sómente o respeito devido à sua posição hierárquica, havia mais a veneração religiosa e a admiração sem limites. Poderia fazer dos seus soldados o que quisesse — desde um herói até um mártir. Por isso, quando ele passou pela frente do Desessei em Itororó com as faces incendiadas e a espada curva desembainhada, foi preciso o comandante mandar — Firme — para que não o seguíssemos todos".

Chefe e líder, seus feitos e sua biografia constituem fundamentos sociológicos e psicológicos com que a cultura brasileira e a continental vêm se beneficiando.

Sua personalidade, calcada em qualidades tais como conhecimento, coragem, iniciativa, decisão, tato, justiça, confiança, despreendimento, entusiasmo, disciplina e proficiência, motivou-lhe o ser o agente revitalizador com que os estudiosos se agigantam no estudo da problemática de chefia e dinâmica da liderança.

Osvaldo Orico, com raro brilhantismo, a respeito dele, se manifestou: "Restituiu materialmente ao Império mutilado a mecânica da disciplina e a unidade geográfica da ordem".

No controle e conduta das massas militares e como líder nas ações governamentais assegurou a oportunidade de galgar os degraus da História Militar clássica, saindo com o título de general jamais vencido.

Ele — Caxias, — nosso patrono !

III — CONCLUSÃO

O realce que deve ser atribuído à História Militar aplicada, constitui um grande valor; inestimável.

Fugindo ao roteiro de datas e seqüências operativas, todo ensaio sobre esse importante ramo deve estar calcado sobre as múltiplas interpretações dos fatos históricos, jogando-as com os diversos ângulos da sociologia e da psicologia. A resultante trará a vantagem de fazer com que o pesquisador e técnico possam armar suas conclusões, extraíndo valores para o julgamento não só das várias opiniões que se agitam, bem quanto dos atributos e possibilidades humanas, no sentido individual e coletivo.

O grau de interesse, que desperta tal matéria em nossos círculos militares, tem sido um sintoma altamente auspicioso revelando sentido elevado de eficiência e aperfeiçoamento.

A DEFESA NACIONAL é a sua Revista
de estudos e debates profissionais. É a sua
tribuna. MANDE-NOS SUAS COLABORA-
ÇÕES!

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO

PROGRAMAÇÃO PARA 1965

JANEIRO: *ESTRADAS SEM FIM*, de Severino Rocha Carvalho, Prêmio Franklin Dória, 1963.

FEVEREIRO-MARÇO: *GUERRA REVOLUCIONÁRIA*, pelo Ten-Cel do Exército de Portugal Hermes de Araújo Oliveira.

ABRIL: *LOGÍSTICA PARA A INVASÃO*, pelo General Sena Campos.

MAIO: *DRIVE TO VICTORY* (Título provável, ARREMETIDA PARA A VITÓRIA), de Robert S. Allen. Trad. Ten-Cel Celso dos Santos Meyer.

JUNHO-JULHO: *DO LITORAL AO SERTÃO*, por Funchal Garcia, com ilustrações do autor.

AGOSTO-SETEMBRO: *UM ENSAIO Sobre A CIÊNCIA CONTEMPORÂNEA*, pelo Ten-Cel Wilson Moreira Bandeira de Mello.

OUTUBRO: *CONVERSAS Sobre A HISTÓRIA DO BRASIL*, por Corina Pessoa.

NOVEMBRO: *ARTUR OSCAR (SOLDADO DO IMPÉRIO E DA REPÚBLICA)*, pelo Maj Eugênio de Andrade Guimarães.

DEZEMBRO: *CORUMBÁ, ALBUQUERQUE E LADARIO*, pelo Gen Raul Silveira de Mello.

Observações — A programação acima poderá sofrer alterações, de acordo com as imposições dos estabelecimentos gráficos.

O NOVO EXÉRCITO SOVIÉTICO

Ten-Cel POURICHKEVITCH (Revue de Défense Nationale, julho de 1964).

Tradução do Major Art RUBENS MÁRIO JOBIM, Oficial de Estado-Maior.

Há cerca de vinte anos, os chefes militares soviéticos preparam a arremetida vitoriosa que deveria conduzir suas tropas ao assalto dos últimos bastiões do Reich hitleriano. E este assalto final tomou verdadeiramente o aspecto de uma "correnteza", de uma ressaca de homens, carros e canhões, tudo submerso à sua passagem, esmagando todas as resistências, até que a bandeira vermelha flutuasse triunfalmente no Reichstag. Esta imagem permaneceu intacta em muitos espíritos. Exército soviético = exército de massa. Concede-se, imediatamente, multidões em armas, o "rôlo compressor"..., percebendo-se vagamente que o enorme aparato militar do Leste tem em si um cunho rústico, e que sua força e a ameaça que mantém em suspenso o Ocidente, antes residem em seu volume e peso do que em suas ações técnicas ou operacionais.

Entretanto, no Leste como no Oeste, desde a última guerra mundial, a organização, a estrutura das forças terrestres, tanto quanto sua doutrina de emprégo, sofreram alterações radicais. E com razão! Pois o combate moderno ou do futuro, colocado sob o domínio absoluto da arma nuclear, exige de seus participantes uma adaptação que equivale a uma transformação completa. Assim, o Exército Soviético atual não é mais que um parente longínquo das forças stalinistas "libertadoras" das províncias alemãs que lhe sentiram o choque. As tropas vitoriosas de 1945 eram, com efeito, uma "massa combatente", etnicamente heterogênea, inflamada por imenso patriotismo, mas mal organizada, não completamente motorizada, e equipada com material disparo, em grande parte de fabricação estrangeira. Este Exército Vermelho de Stalin não é mais que uma vaga lembrança. As forças que o sucedem agora são o produto de uma lenta evolução, efetuada de maneira gradual e prudente, mas que em menos de vinte anos conseguiu transformar sem conflitos o conjunto de suas características, quer se tratasse de seus efetivos, de sua organização geral, de seu enquadramento ou de seus materiais.

* * *

Dissemos que se tratava de uma evolução lenta. Compreende-se facilmente que no dia seguinte a uma vitória dessa extensão, uma certa recolocação em ordem se impunha, antes de recuperar e corrigir a ferramenta que tão bem havia servido. Era preciso igualmente re-

cuperar a economia nacional, devastada pela ocupação, e tornar a dar pleno rendimento à indústria do armamento. Mas a evolução seguida pelo Exército Soviético é, sobretudo, resultado de sua adaptação progressiva ao desenvolvimento da arma nuclear e aos múltiplos problemas derivados do emprêgo desta num campo de batalha eventual. As principais fases dessa evolução estão, também, estreitamente ligadas às diferentes etapas que marcam, desde a última guerra, a série de realizações soviéticas no domínio da utilização militar do átomo. Estas fases podem ser, assim, resumidas :

— *Do fim da guerra à morte de Stalin.* É, primeiramente, a re-colocação em ordem do Exército. Os efetivos são pletóricos; o material é heterogêneo e gasto; o pessoal está fatigado; sua disciplina acha-se enfraquecida pela vitória e igualmente, de certo modo, pela fugidia descoberta das liberdades e do conforto do mundo ocidental. A desmoralização e a retomada das rédeas estendem-se por vários anos. O estudo da doutrina militar foi relegado a segundo plano. Além disso, que exército vitorioso pensaria em modificar a sua no dia seguinte ao de seu triunfo? Ademais, a URSS possui em Stalin a encarnação viva do "gênio militar", cujos ensinamentos não poderiam dar lugar a qualquer discussão. Do outro lado do mundo, é certo, duas bombas americanas puseram fim, em alguns dias, à desesperada resistência do Japão, e a URSS não negligencia nenhum esforço para obter, por seu lado, uma arma dessa natureza. Contudo, nenhuma menção a seu possível emprêgo no plano tático figura na literatura militar da época.

De 1953 a 1960. A URSS desenvolve, a grandes passos, seu arsenal nuclear. Por razões evidentes, a criação de uma força de resposta estratégica recebe prioridade absoluta. Todos os esforços são concentrados na obtenção de foguetes intercontinentais e "sputnicks". O exército é, evidentemente, um tanto sacrificado por este programa de desenvolvimento prematuro da força estratégica. Sabe, entretanto, que o adversário "imperialista" está preparando sua arma nuclear tática. Procura, pois, adaptar-se à essa nova ameaça; mas, inicialmente, de maneira passiva. Progressivamente, dota-se as formações de meios de enterramento e de proteção. As primeiras unidades de defesa QBR são criadas. Pouco a pouco o *Corpo de Batalha* torna-se mais aligeirado. Sua mobilidade aumenta; e com ela, sua dispersão no terreno, a rapidez de sua manobra e de suas evoluções táticas. Stalin morreu; os teóricos militares podem enfim exprimir quase livremente suas opiniões. O embrião de uma doutrina baseada no emprêgo tático da arma nuclear desenvolve-se pouco a pouco, no curso desse período, e determina, ou condiciona, como se queira, as modificações progressivas trazidas à estrutura das unidades. Estas, todavia, mesmo tornando-se mais leves quanto a pessoal e material, conservam intacto seu poder de fogo (sempre clássico, evidentemente), que tenderia mesmo a aumentar, pela colocação em serviço de armas e materiais mais aperfeiçoados.

— De 1960 até nossos dias. Por fim, as fôrças terrestres soviéticas entram no problema nuclear e aperfeiçoam o correspondente equipamento tático de suas unidades. Os protótipos das primeiras rampas de lançamento de foguetes nucleares montadas sobre chassis de lagartas desfilaram na praça Vermelha, em Moscou, a 7 de novembro de 1957.

Depois de seu aparecimento nas unidades, o processo de transformação por que estas passam, acelera-se. Em novembro de 1961, a arma de artilharia muda de denominação, passa a ser, oficialmente, a arma de "artilharia e foguetes", e torna-se logo a principal componente das fôrças terrestres soviéticas. Pouco a pouco, as unidades do Corpo de Batalha são equipadas com êsses engenhos ou com outros do mesmo gênero, mais aperfeiçoados. Paralelamente, a artilharia convencional passa por uma deflação sensível. As Divisões de "ruptura", principalmente à base de foguetes múltiplos (os órgãos de Stalin) e de morteiros de grosso calibre, cujas pesadas batidas de pilão haviam freqüentemente decidido a sorte das ofensivas da segunda guerra mundial, são fracionadas e dissolvidas. Numerosas brigadas de artilharia de exército são substituídas por brigadas de mísseis, adaptadas ao mesmo escalão. O poder de fogo afí ganha, evidentemente, mesmo tornando-se de certo modo mais "concentrado". Todavia, ainda assim, as fôrças terrestres soviéticas guardam a possibilidade de realizar operações convencionais de envergadura; embora tudo que se conhece de sua doutrina militar pareça excluir a possibilidade de vê-las engajar-se numa campanha dessa natureza, no teatro de operações da Europa Ocidental.

Nos últimos anos, a evolução, de que esta rápida exposição apenas resume as fases essenciais, foi ainda acentuada, com a progressiva tomada de consciência das possibilidades constantemente crescentes da arma nuclear tática, que, no pensamento militar soviético, parece determinar cada vez mais estreitamente a evolução da natureza, da organização e dos materiais das unidades, bem como das concepções que se referem ao emprêgo operacional das mesmas.

* * *

Aligeirado, transformado no decorrer desses períodos sucessivos de adaptação, o Exército Soviético atual continua sendo um "exército de massa" ou, pelo menos, uma fôrça adaptada às dimensões da URSS, consideráveis em comparação com a maioria das nações europeias. Seus efetivos são estimados em cerca de 1.600.000 homens. Atingiam 9 milhões, no fim da guerra. A desmobilização progressiva, em vários anos, inicialmente os levou a cerca de 2.500.000. A seguir, a guerra fria, a crise de Berlim de 1948-49, a constituição da OTAN, etc., serviram de pretexto para uma remobilização parcial e, em 1955, as fôrças terrestres soviéticas contavam com 3 a 4 milhões de homens sob as bandeiras.

Desde então, êstes efetivos sofreram sucessivas deflações, anunciamadas, pela propaganda do Este, como "iniciativas" ou "gestos pacíficos" da URSS. A verdade é, ao mesmo tempo, mais simples e mais complexa. De um lado, o conhecimento da realidade nuclear trouxe, como consequência, o soar do dobre de finados da era dos "grandes batalhões". De outro, ao problema das despesas de manutenção de contingentes volumosos, vinha ajuntar-se o da incorporação iminente das "classes vazias"; questão particularmente vital na URSS, onde, à ausência de nascimentos resultante de duas guerras que se sucederam com intervalo de uma geração, acrescentava-se ainda o assustador balanço da guerra civil e das depurações que sucederam à instauração do regime comunista. Estima-se, por exemplo, que as classes incorporadas em 1963 e 64 não representam senão a metade das chamadas para o serviço em 1957 e 58. O fenômeno é, contudo, temporário e estará provavelmente superado por completo daqui a dois anos. Mas nem por isso deixa de ser particularmente agudo no atual período. De qualquer maneira, mesmo reduzidos e afetados pelas classes vazias, os efetivos das forças terrestres soviéticas continuam consideráveis, na escala europeia. Elas estão articuladas, além da administração central e da organização do comando territorial, em cerca de 130 a 140 divisões de linha, tôdas blindadas e mecanizadas (1), à exceção de um pequeno número de divisões ligeiras pára-quedistas, dependente provavelmente de uma direção centralizada, instalada em Moscou.

De modo geral, estima-se que, blindadas ou mecanizadas, estas divisões estão repartidas em três grandes "categorias de fôrças", das quais a obra "Estratégia Militar", redigida sob a direção do Marechal Sokolovski e editada em 1962 pelo Ministério da Defesa da URSS, fornece-nos as definições precisas, que se seguem :

— As fôrças de primeira categoria são formadas de unidades em pé de guerra, prontas para o combate a qualquer momento. Estão distribuídas pela quase totalidade das fronteiras da URSS, ou no exterior do território nacional. Parece evidente que as divisões soviéticas instaladas na Alemanha Oriental, na Polônia e na Hungria pertencem tôdas a esta categoria.

— As fôrças de 2^a categoria compreendem divisões de efetivos incompletos, mas que podem rapidamente receber os complementos em pessoal que lhe são necessários para participar das primeiras operações do período inicial da guerra. De fato, são unidades com efetivos reduzidos, podendo ser rapidamente recompletadas por reservistas treinados. Em época normal, levam a vida habitual das unidades, participam de exercícios e manobras e devem provavelmente possuir a totalidade de seus quadros e de seu material.

(1) O termo soviético é "divisões de fuzileiros motorizados", mas trata-se, em realidade, de divisões mecanizadas onde todo o pessoal é transportado em viaturas de combate.

— As fôrças de 3^a categoria, por fim, são unidades quadros, não possuindo senão uma fraca porcentagem em homens e cujo material de mobilização é possivelmente estocado. Poderão, no caso de uma mobilização geral, dar lugar a unidades completas, ou servir de depósitos e núcleos ativos para a organização de novas divisões.

* * *

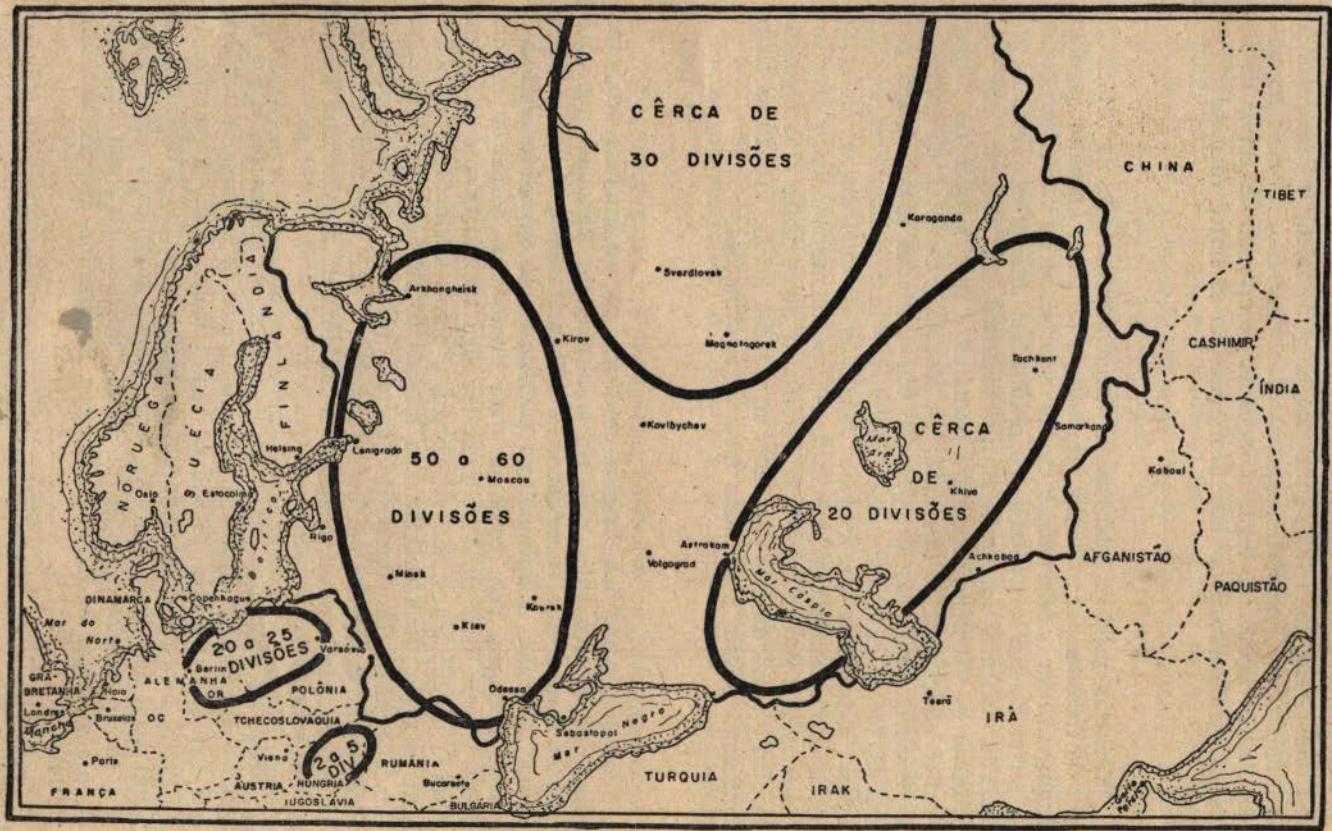
Tôdas as questões relativas ao domínio militar são, na URSS, objeto de medidas de proteção rigorosas e do mais absoluto segredo. Assim também a distribuição das divisões entre as várias categorias de fôrças ou sua implantação geográfica são difíceis de precisar. No máximo, sabemos que o território soviético está dividido em uma quinzena de *Okrougs* (Regiões) militares e que "grupos de fôrças" existem no exterior do território: na Alemanha Oriental, na Polônia e na Hungria. Todavia, a repartição das unidades nesse espaço geográfico, éle próprio impreciso, parece ser extremamente vaga e desigual. É provável que a maior densidade de unidades da categoria 1 e 2 encontre-se na Rússia Européia, particularmente nos *Okrougs* fronteiriços e no exterior. Isto, entretanto, não é senão uma hipótese, da qual o mapa adiante apresenta as grandes linhas, mas cujas bases continuam frágeis, pela nossa falta de informações.

* * *

A maior parte das divisões soviéticas parece grupada nos exércitos, dos quais existem dois tipos: o Exército Blindado, que compreende apenas divisões de carros, e o Exército Mecanizado ou "inter-armas" (segundo a terminologia soviética), que compreenderia uma divisão blindada, bem como diversas divisões de fuzileiros motorizadas. Nestes dois tipos de exércitos figuram igualmente um certo número de elementos não divisionários, quase idênticos, à testa dos quais se situa provavelmente uma brigada de mísseis táticos, de capacidade nuclear. Em tempo de guerra é provável que diversos exércitos sejam agrupados em um *Front*, que é um conjunto de fôrças de importância variável, adaptado à natureza da missão para a qual foi constituído.

Como os Exércitos, os *Fronts* dispõem de meios orgânicos de apoio e de proteção e, notadamente, de meios de lançamento nuclear, que lhes são próprios. O volume dêstes meios, como a composição do *Front*, depende essencialmente da missão que lhe é destinada no plano geral das operações. Na terminologia soviética, *Front* e Exército são chamados grandes unidades "operacionais", em contraposição aos Corpos de Exército, Divisões, Regimentos, que são unidades "táticas".

Estas grandes unidades possuem de modo geral, estruturas simples. Simplicidade e estandardização são, aliás, as características



dominantes de tudo quanto, na União Soviética, diz respeito, de perto ou de longe, ao domínio militar. Desde logo, tudo está organizado sob o sistema ternário, desde a companhia até a divisão, inclusive. Em seguida, tôdas as unidades de carros ou de infantaria, que constituem o essencial das fôrças do Corpo de Batalha, estão montadas em torno de uma dosagem de infantaria e de blindados cujos componentes essenciais são idênticos e intermutáveis. De fato, quase se poderia dizer que não existem nas fôrças da URSS mais que dois tipos de batalhões: batalhões de carros e batalhões de fuzileiros transportados em BTR, cujos diferentes amalgamas constituem regimentos de carros ou de infantaria e, por extensão, as DFM ou as DB.

É verdade, contudo, que os regimentos soviéticos são em realidade grupamentos táticos, constituídos orgânicamente, e nos quais as armas de toda natureza estão mais ou menos presentes. Mas, aí também, a uniformização é evidente. Ela é reencontrada na estrutura dos diversos elementos e unidades de apoio existentes no escalão regimental, ou na divisão, que são quase exatamente idênticos, quer se trate de formações mecanizadas ou blindadas. É assim, por exemplo, que as unidades de reconhecimento, de engenharia, de proteção QBR ou de DCA têm a mesma constituição nos regimentos de carros e de fuzileiros ou no escalão DFM ou DB. As unidades dos serviços, também, têm quase o mesmo volume e, à parte alguns pormenores, estão organizadas de maneira equivalente. Enfim, e aqui está o essencial, os meios orgânicos de lançamento nuclear, de que dispõem a divisão de fuzileiros e a DB, parecem ser os mesmos: o que confere a êstes dois tipos de grande unidade um poder de destruição maciço, sensivelmente idêntico. Percebe-se, aliás, da leitura da imprensa militar soviética, que o emprêgo no combate de uma DFM é concebido cada vez mais como o de uma DB ligeira: mesmas missões, mesmas frentes de emprêgo, mesmo ritmo de penetração, etc... No máximo, admite-se que a DB, possuindo um poder de choque maior, progride em geral mais rapidamente que a divisão de fuzileiros motorizados. Esta, em compensação, é de emprêgo mais flexível e possui mais extensa gama de recursos, que permite maior variedade de missões. Uma e outra dessas divisões parecem muito leves em comparação com suas versões ocidentais. Os efetivos da DFM não ultrapassam 11.000 homens (dos quais sómente 2.000 verdadeiramente infantes). Os da DB mal atingem 9.000 homens. Em compensação, suas dotações em carros e artilharia são muito elevadas em relação a êstes fracos efetivos: cerca de 200 carros de combate na DFM, perto de 350 na DB, apoiados por uma artilharia convencional numerosa e por foguetes nucleares.

Em resumo, as divisões de linha do Exército Soviético são conjuntos interarmas, de estruturas e organização simples, cujos diversos elementos são em geral intermutáveis e cujo poder de fogo e mobilidade estão desenvolvidos ao máximo. Estas unidades estão montadas em torno de uma dosagem, de taxas variáveis, de infan-

taria e carros, em que a percentagem de engenhos blindados é, proporcionalmente, bastante elevada e a infantaria é, numéricamente, pouco volumosa. A motorização é completa em toda parte e todas essas unidades são capazes de manobrar em qualquer terreno, de noite como de dia, graças ao aperfeiçoamento constante das técnicas de ultrapassagem de obstáculos e à generalização do emprêgo de meios infravermelhos para a visão noturna.

Enfim, todas essas unidades estão já relativamente bem protegidas contra os efeitos dos ataques nucleares. Antes de tudo, pela mobilidade, mas também por sua blindagem e pelos meios individuais de proteção de que é dotado todo seu pessoal, que, em seu emprêgo, teve um treinamento severo e prolongado. Além disso, em todos os escalões até regimento, inclusive, encontram-se unidades especializadas, encarregadas da detecção das zonas perigosas e da descontaminação do pessoal e do material. Neste domínio particular, estritamente no plano das realizações práticas, as forças terrestres da URSS parecem estar muito avançadas em relação ao que se faz no Ocidente.

* * *

Os mesmos critérios de estandardização e de simplicidade caracterizam igualmente os armamentos e materiais em serviço no atual exército soviético. Uma outra característica, ainda, é sua rusticidade, que pode por vezes parecer surpreendente em comparação com os hábitos ocidentais.

Isto diz respeito, particularmente, ao importante número de grandes unidades por equipar, neste aspecto de "massa" que é, ainda hoje, próprio do exército modernizado da URSS. Para satisfazer essa enorme necessidade em equipamentos, sem considerar, em certa medida, as dos Estados satélites, e até as dos países do Terceiro Mundo que aceitam a ajuda militar soviética, a URSS teve de fabricar uma quantidade considerável de material de guerra para substituir o usado durante o último conflito mundial.

Também neste domínio, os Soviéticos orientaram-se, desde há muito, para as soluções simples e estereotipadas; igualmente as mais económicas. É assim que seu chassi de carro leve anfíbio serve tanto de base para as barcaças automotrices da engenharia, como a um transporte de tropas de infantaria blindada e, mesmo, para a maioria dos tipos de rampas de lançamento nucleares que equipam as divisões. É assim, igualmente, que o canhão de 100 mm que arma o carro médio T.54, não é mais que uma versão do canhão anticarro do mesmo calibre que figura nos grupamentos de artilharia divisionários. Dentro dessa mesma ordem de idéias, o número de carros pesados está em franca regressão. A maior parte dos canhões autopropulsados (os SU, equivalentes dos TD ocidentais) que existiam no fim da guerra nas formações blindadas, acabam pacificamente

sua existência, transformados em carros-socorros ou em *wreckers* (demolidores). A mesma uniformização vem a ser encontrada nos materiais de artilharia convencional, a qual, após a aparição dos foguetes táticos, parece ter perdido muito de sua importância, e conserva em serviço tipos de materiais já antigos, que parecem ultrapassados. Por fim, os armamentos de pequeno calibre são quase idênticos, nas unidades de todos as armas. Sua estandardização aumenta cada vez mais, sendo a arma base o fuzil-metralhador Kalashnickov, que nada mais é senão uma versão do *sturmgewehr* alemão.

Por outro lado, o considerável esforço impôsto à indústria pesada soviética, em matéria de fabricação de armamento, exigiu, para o enfrentar, dentro de um sistema de planificação econômica extremamente tenso, soluções tão pouco custosas quanto possível. Por esta razão, a maioria dos materiais recebe apenas um acabamento sumário, limitado aos conjuntos que os Soviéticos consideram como essenciais. Os veículos de transporte de infantaria não oferecem conforto algum; os carros não possuem telêmetro; os aços são frequentemente de baixa qualidade, etc... Nem por isto a URSS deixou de produzir quantidades maciças de materiais devidamente postos à prova, sólidos, cuja mobilidade é excelente nas estradas ou em qualquer terreno, de dia ou à noite, e cujas performances gerais são muito equivalentes, e às vezes superiores, às da maioria dos materiais em serviço nos Exércitos no Mundo Livre. Notadamente, carros e blindados de infantaria possuem raios de ação maiores e têm capacidade de ultrapassagem de obstáculos fluviais bem superiores. Quase todos foram equipados com meios para a visão noturna, que lhes permite combater ininterruptamente, como o exige a doutrina militar da URSS.

Definitivamente, a principal fraqueza quanto ao equipamento, no Exército Soviético, parece residir em sua aparente deficiência em meios eletrônicos, quer se trate simplesmente das ligações rádio ou dos sistemas mais complicados e técnicos de busca de alvos ou de vigilância do campo de batalha. Temos aí, evidentemente, um setor muito protegido, sobre o qual as informações são raras e pouco precisas. Em todo caso, é provável que esta deficiência venha a estar resolvida, pelo menos parcialmente, nos próximos anos.

* * *

A complexidade da organização do comando no Exército Soviético oferece, de outra parte, um singular contraste com a simplicidade dos materiais ou das estruturas das unidades. Entretanto, aí também, a estandardização continua sendo a regra, pois reencontra-se em todos os escalões do comando uma organização invariável, estereotipada, idêntica (guardadas as devidas proporções), desde o Ministério da Defesa da URSS até o Estado-Maior do Regimento, e que se caracteriza pela existência de cadeias de comando múltiplas, das

quais torna-se a encontrar os elos paralelos nos diferentes níveis da escala hierárquica.

Assim, todos os Estados-Maiores das tropas terrestres, qualquer que seja sua importância, compreendem, globalmente, quatro cadeias de comando principais, que são :

- o Estado-Maior propriamente dito;
- a direção política;
- os comandos das armas;
- o serviço das retaguardas (direção dos serviços logísticos).

Sumariamente, as responsabilidades do comando estão distribuídas entre estas hierarquias do seguinte modo :

O Estado-Maior, como na França, é o braço direito do chefe e deve coordenar as diversas atividades que constituem a vida da unidade. Seu papel principal, entretanto, é a conduta e o controle das atividades operacionais. A este título, o chefe do Estado-Maior tem sob sua ação direta as seções de operações, informações, cifras, etc... A logística da unidade não é, diretamente, de sua alçada.

O adjunto político, que figura nos quadros de organização até o escalão batalhão, inclusive, ocupa-se teóricamente da doutrinação política propriamente dita; o que não é uma sinecura, já que esta formação pode atingir cursos de 15 horas semanais. Mas, além disso, o adjunto político intervém, normalmente, por sua própria autoridade, em todas as questões de pessoal e de moral: quer se trate de sanções ou recompensas, de alimentação ou de bem-estar, de questões sociais ou de folgas, e até da limpeza dos acantonamentos ou das competições esportivas. Isto o leva a participar cerradamente, e de modo freqüentemente constrangedor, de todos os problemas da vida interna da unidade, no seio da qual seu papel e sua influência mantêm-se consideráveis.

O serviço das retaguardas abrange o conjunto dos problemas logísticos, à exceção das questões concernentes ao serviço das viaturas (manutenção, recuperação, reparações, etc); o adjunto-chefe do serviço das retaguardas tem sob suas ordens diversas seções, tais como: víveres, fardamento, carburantes, saúde, tesouraria, acantonamento, etc. e dispõe permanentemente da totalidade das unidades de transporte orgânicas pertencentes à formação.

Em fase de operações, além de suas responsabilidades quanto a abastecimento, evacuação sanitária, etc., tem, igualmente, responsabilidade de organização da zona das retaguardas e, mesmo, de sua segurança e defesa.

A exceção da infantaria, que não constitui uma arma, pois é orgânicamente "interarmas" (2), existe nas forças terrestres soviéticas cinco "armas-serviço": artilharia e foguetes, blindados, engenharia, co-

(2) Mesmo a palavra "infantaria" (Pexota) foi banida da terminologia militar soviética, onde uma unidade de infantaria é chamada "unidade interarmas". *Obstchevoyskovaya tchast*.

municações e defesa QBR. Em cada escalão de comando, encontra-se oficiais destas armas, encarregados de aconselhar os chefes nos problemas técnicos concernentes à sua especialidade. Estes conselheiros técnicos não comandam diretamente as tropas de sua arma existentes no escalão onde se situam. Em compensação, cada um deles é encarregado de uma missão particular, interessando o conjunto da unidade.

Assim, o adjunto da arma de artilharia e de foguetes é responsável pelo remuniciamento (aí compreendidas as munições de infantaria ou de carros); o adjunto de engenharia ocupa-se da conservação dos itinerários e, igualmente, dos problemas de reabastecimento de água. O adjunto de blindados encarrega-se do serviço das viaturas, o adjunto QBR, do serviço meteorológico, etc.

No âmbito de um Estado-Maior de grande unidade, este emaranhado de responsabilidades deve sem dúvida trazer uma certa confusão em situações urgentes ou críticas. O papel do Chefe de Estado-Maior em tais circunstâncias e o trabalho de coordenação que ele será obrigado a exercer são uma tarefa difícil e freqüentemente delicada. Por hora, esta organização complexa, apesar de suas deficiências evidentes, continua em vigor nos diferentes escalões de comando das fôrças terrestres soviéticas, sejam territoriais ou operacionais. Seu funcionamento satisfatório repousa, em grande parte, provavelmente, no devotamento, na consciência profissional das praças e na competência técnica dos quadros do exército soviético, cuja descrição convém agora abordar.

* * *

Talvez ainda mais do que a transformação gradual dos exércitos de massa de 1945 em unidades mecanizadas modernas, esta, sofrida em 20 anos pelos quadros soviéticos, pareça radical aos olhos dos que puderam seguir essa evolução. No fim da guerra, o oficial soviético era, comumente, um ser rude, endurecido pelo combate, geralmente investido em seu posto devido a suas virtudes de instrutor; aliando-se freqüentemente suas qualidades de iniciativa e de coragem física a uma falta quase total de cultura. É bem certo que, nos postos elevados do comando, nos Estados-Maiores, na hierarquia política, encontrava-se oficiais de uma classe totalmente diferente. Mas nas unidades, a guerra tinha feito uma terrível devastação nos quadros subalternos, obrigando o Comando a realizar promoções apressadas, ditadas pelas necessidades da situação. A competência técnica desses "oficiais" limitava-se, as mais das vezes, à sua autoridade sobre os homens de que estavam encarregados. Muitos dentre eles ficavam embaralhados na leitura de uma carta.

Em nossos dias, os quadros das fôrças terrestres soviéticas apresentam um aspecto bem diferente. Vinte anos, evidentemente, renovaram, em sua grande maioria esses quadros, e o oficial surgido da

"grande guerra patriótica" não é hoje senão uma imagem do passado. A formação dos jovens oficiais foi desenvolvida para lhes dar os conhecimentos técnicos indispensáveis em um exército moderno. Sua seleção também tornou-se mais rigorosa, tanto no plano político quanto no de sua capacidade profissional, e acentuou-se sua especialização, à medida que entravam em serviço materiais novos, exigindo profunda formação técnica. A parte o uniforme, os jovens oficiais atuais não apresentam qualquer semelhança com seus antecessores, tal como eram vistos na Alemanha ou na Áustria, durante os primeiros meses de ocupação. Atualmente, esses oficiais são quase todos técnicos, que receberam uma formação primária, talvez, mas eficaz e adaptada às suas funções. Sua competência no *métier* e sua consciência profissional são freqüentemente de excelente nível e, sob muitos aspectos, podem competir com seus homólogos dos exércitos ocidentais.

Consciente da importância de quadros competentes, o Alto Comando Soviético interessou-se profundamente pelos problemas da formação dos oficiais. Esta é quase contínua, ao longo de toda carreira que escolheram, e os obriga a um trabalho individual constante e orientado. Geralmente recrutados nas Escolas *Souvorov*, quase análogas às nossas *Prytanées* (3), tendo seguido durante 3 ou 4 anos os cursos de uma escola de oficiais, os jovens, uma vez promovidos a subtenentes, devem aperfeiçoar-se durante toda sua vida militar no ramo interarmas (infantaria) ou técnico (carros, artilharia foguetes, engenharia, etc.), que escolheram, no momento de iniciar a carreira.

Antes de atingir a idade de 28 anos (a maior parte dos alunos oficiais são promovidos aos 22 ou 23 anos), devem ter efetuado um estágio em uma escola superior de infantaria (4) ou numa escola da arma correspondente. A seguir, as "Academias Militares", como a famosa Academia Frounze para a infantaria, reivindicam os que desejam fazer carreira e, de qualquer modo, ao menos todos aqueles que ambicionam o comando de um regimento.

Por fim, os coronéis e generais de todas as armas seguem os cursos da Academia de Estado-Maior Geral das Forças Armadas, ex-Academia *Vorochilov*, correspondente, de certo modo, ao CHEM, de onde saíram quase todos os atuais Marechais da União Soviética.

Este processo contínuo para o diploma ou o *brevet* é complicado, ainda, por um sistema de limite de idade muito estudado, que não permite, por assim dizer, nenhum descanso aos candidatos sérios ao acesso. Os limites de idade para os postos subalternos são muito abaixos: 30 anos para os tenentes, 40 para os capitães e comandantes, 45 anos para os tenentes-coronéis e coronéis. Os para entrada nas escolas e academias não são mais elevados. De sua justaposição,

(3) Colégios para filhos de militares, na França (NT).

(4) *Vyschee strelkovoe ouchlistche*, em resumo "vysstrel".

verifica-se que até a idade de 35 anos pelo menos, o oficial soviético está obrigado a trabalhar muito por si próprio e a gastar grande parte de seu tempo a completar sua formação em diversas escolas que o comando criou, e escalonadas até os limites de idade mais elevados.

Também dá o oficial soviético, em geral, a impressão de possuir bom conhecimento dos problemas de sua profissão e das técnicas próprias à sua arma. Além disso, demonstra, quase sempre, uma "consciência política" muito elevada. Os oficiais, em maioria, foram membros do Komsomol, e a maior parte deles pertence ao Partido Comunista da URSS. Desfrutando, no conjunto da organização pública, de uma situação privilegiada, bem pagos, convenientemente alojados, estimados pela população, mostram-se em geral muito apelados ao estado militar e ao regime de seu país.

As principais características dos quadros das forças terrestres soviéticas são, em primeiro lugar, sua grande densidade (cerca de 25 % dos efetivos são constituídos por eles, o que parece excessivo em comparação com as normas ocidentais), em seguida, sua riqueza em oficiais e sua fraca percentagem em suboficiais ADL, que representam, quando muito, 1/5 da cifra total desses quadros. A maior parte dos suboficiais pertence ao contingente e os reengajamentos entre eles são extremamente raros.

Isto se explica, antes de tudo, pelo fato de não existirem, por assim dizer, suboficiais de carreira no exército soviético, nem estatutos, dando privilégios a essa categoria de pessoal. Os reengajamentos são feitos sob a forma de contratos prorrogáveis, cuja duração não pode exceder um certo número de anos. Em compensação, o contingente, realizando um serviço de 3 anos, fornece uma percentagem suficiente de suboficiais válidos, para satisfazer as necessidades da vida normal das unidades.

A tropa, por seu lado, permanece rústica, com as qualidades e os defeitos disso decorrentes. De muitos modos, o soldado soviético é bem semelhante aos que compõem a massa de nossos exércitos ocidentais. Como eles, não ama o serviço militar; como eles, sente a nostalgia de sua cidade natal, de sua família e de seu lar, saudade que ele de boa vontade afoga no álcool; como eles, evita o contato com os quadros profissionais, por quem sente pouca simpatia, mas que teme e respeita. Curiosamente, a propaganda política que lhe é imposta, deixa-o indiferente, apesar, ou talvez por isso, da doutrinação contínua a que é submetido. Bem entendido, o serviço de 3 anos parece-lhe longo demais, e ele aspira voltar à sua cidadezinha, para junto dos seus.

Dito isto, é um combatente rijo, endurecido, cuja resistência física é notável, cuja capacidade de resistência ao frio é às intempéries podem ser citadas como exemplo. Além disso, é um adversário sagaz, astuto, sabendo às maravilhas camuflar-se e utilizar o terreno. É

igualmente um notável "esburacador" e, geralmente, um bom (realmente muito bom) atirador individual. Em três anos de serviço, recebe uma formação tática excelente e completa, e conhece bem seu papel no seio da unidade elementar onde vive. Acima de tudo, mantém-se patrioticamente inflamado, fator determinante de sua vontade de combater, que faz dele um adversário muito mais temível em solo pátrio que em terra estrangeira. Pode-se imaginar, todavia, que, mesmo fora de suas fronteiras, seu ardor no combate será também tão vivo se se tratar, em seu espírito, de preservar sua pátria das destruições de um conflito nuclear ou de vingar as ruínas que uma guerra assim traria a seu país.

Dentro das unidades, os jovens recrutas são muito sensíveis ao seu meio. Rigidamente enquadrados e mantidos na mão desde sua chegada, logo adquirem o hábito do serviço e da disciplina. Um sistema de emulação coletiva cria rapidamente uma atmosfera de competição permanente entre as unidades, à qual cada um se vê obrigado a trazer sua própria contribuição. Desta maneira, prôso desde sua chegada em uma espécie de engrenagem psíquica, o soldado soviético integra-se facilmente na vida militar e, com seu caráter eslavo prestativo e de aceitação, dá geralmente provas de devotamento e de consciência profissional.

* * *

O estudo das publicações militares soviéticas revela que, em caso de conflito, as concepções estratégicas da URSS necessitam, para serem executados, fôrças terrestres de valor visivelmente maior que o apresentado em tempo de paz. Pode-se, de fato, estimar que, das 130 a 140 divisões que constituem a ossatura do corpo de batalha, sómente metade é normalmente mantido em pé de guerra. As outras devem, antes de seu emprêgo em um teatro de operações eventual, receber um completamento de reservistas numéricamente variável, mas atingindo, conforme a categoria de fôrças a que pertençam, 30 ou 70% de seu efetivo teórico. Além disso, as perdas consideráveis previstas desde o comêço de um conflito nuclear, exigirão, sem dúvida, rápido recompletamento das fôrças operacionais, por novas unidades. Segue-se que o problema das reservas e de sua mobilização reveste-se, na União Soviética, de um aspecto particular, do qual convém sublinhar as principais características.

Do ponto de vista numérico, a riqueza demográfica do país e o volume decorrente das classes de conscrição, permitem admitir que a URSS poderá, a qualquer momento, dispor de suficiente quantidade de reservistas instruídos, de menos de 30 anos, para completar os efetivos da totalidade de suas divisões e, mesmo, para pôr de pé novas unidades. A instrução das reservas é praticada no âmbito das áreas territoriais, que são ao mesmo tempo encarregadas da mobilização. Segundo sua classe de idade, os reservistas são convocados regularmente, para períodos de duração variável no seio das unidades da ativa. Os quadros de reserva são recrutados, principalmente, entre os estudantes, cuja maioria está isenta do serviço, sob a condição de

seguir em sua universidade cursos de formação militar, completados por estágios na tropa. Todavia, são também recrutados entre os jovens suboficiais do contingente que, após seu licenciamento, podem, sob certas condições, aspirar ao oficialato. Finalmente, os oficiais da ativa atingidos pelo limite de idade, continuam evidentemente a prestar serviço na reserva, até os 55 anos, para as graduações subalternas.

Por mais numeroso que seja este potencial humano, sua distribuição geográfica, no conjunto do território, é desigual, quer qualitativa quer quantitativamente. Em particular, as regiões industriais são bem mais ricas em especialistas qualificados, necessários a um exército moderno blindado e mecanizado, tal como se apresenta o Exército Soviético de hoje. Em compensação, êsses técnicos são raros nas regiões agrícolas que cobrem grande parte do espaço soviético. Eles só são ainda mais nas repúblicas alógenas da Rússia Asiática, onde, além disso, as tendências nacionalistas ainda subsistem, o que daria às unidades recompelidas no local um caráter autóctone, ao qual o Alto Comando Soviético parece ser firmemente contrário. Este problema das reservas mostra-se, em consequência, bem complexo e não teria ainda recebido, na escala da União Soviética, uma solução inteiramente satisfatória. Pois é evidente, e eminentes Marechais soviéticos o ressaltam, que, no quadro de uma guerra nuclear, a mobilização das forças armadas só é concebível numa organização territorial, que a permita ter um processamento mais rápido e quase independente dos transportes e das comunicações, que ficariam provavelmente gravemente perturbados desde as primeiras horas do conflito. Para ser eficaz, a mobilização deveria, assim, ser tão simplificada, tão rápida e tão descentralizada quanto possível, com os transportes de material e de especialistas necessários reduzidos ao mínimo.

É provável que a conclusão final de um tal sistema esteja ainda longe de ser atingida na URSS; difícil é, aliás, estimar seu grau de realização, mesmo aproximadamente.

* * *

Uma descrição tão sumária das forças terrestres soviéticas só pode permitir conclusões de caráter geral. A primeira, é que essas divisões blindadas, mecanizadas, móveis, poderosas, mas pobres em efetivos, são concebidas apenas para ofensivas rápidas e de breve duração, que a doutrina militar soviética considera, aliás, como características de um conflito sob o signo da arma nuclear. Estas unidades, consequentemente, são adaptadas para um tipo de combate único, onde os fogos dos foguetes táticos de cabeça nuclear desempenham um papel determinante. Foram criadas para explorar os resultados desses fogos, por uma manobra violenta, audaciosa, realizada a toda velocidade. A doutrina militar soviética sublinha com firmeza que não é mais o *fogo* que apóia o *movimento* mas, ao contrário, o *movimento* que deve utilizar e explorar os efeitos do *fogo nuclear*.

Por outro lado, parece que todas essas divisões adaptadas para uma certa doutrina operacional, só são igualmente a um teatro de

operações particular: o da Europa Ocidental, onde o terreno é permeável e os itinerários numerosos. Parecem impróprias tanto para o combate nas montanhas, quanto em região semidesértica, nas estepes asiáticas, por exemplo.

Seu valor nas regiões árticas seria igualmente duvidoso. Além disso, sua constituição e sua estrutura parecem excluir a possibilidade de seu emprêgo no além-mar.

* * *

As fôrças terrestres soviéticas parecem, pois, organizadas e concebidas para agir na Europa Ocidental, contra as da OTAN. Neste aspecto, representam para o mundo livre uma ameaça considerável, da qual resta apreciar o justo valor.

Esta ameaça é, em primeiro lugar, a do número e do poderio. Em comparação com os exércitos ocidentais, as fôrças soviéticas e satélites dispõem de uma séria vantagem numérica e de um poder de fogo considerável. Bem equipadas, bem instruídas, impregnadas de uma doutrina militar essencialmente ofensiva, parecem perfeitamente adaptadas a uma missão que poderia ser a invasão repentina da Europa Ocidental.

Todavia, apesar de seu aspecto formidável, esse exército possui certas fraquezas. Quanto mais se moderniza, mais perde seu caráter rústico. Suas necessidades logísticas aumentaram consideravelmente desde a última guerra. Se bem que aspirando modernizar-se, permanece pobre em equipamento técnico especializado. Por fim, quanto a pessoal, as transformações por que passou ocasionam, sem dúvida alguma, uma certa inadaptação dos quadros às ações que de sua parte exige a tática operacional escolhida pelo Alto Comando.

Mas, sobretudo, este exército não parece animado de propósitos agressivos. Desde o estabelecimento de seu regime, os Soviéticos têm conservado o complexo de uma "agressão imperialista", complexo reforçado desde a Segunda Guerra Mundial pela política americana do estabelecimento de bases na periferia do território da URSS, que leva de fato a um "cérco" d'este, do qual os Soviéticos estão extremamente conscientes. Depois, é interessante constatar que atualmente os dois blocos antagônicos vivem cada um na hipnose de uma agressão pelo adversário, agora que nenhum dos dois tem reais intenções agressivas.

Para a URSS, em todo caso, este complexo traduz-se pela manutenção em pé de guerra e com efetivos completos, de fôrças consideráveis, destinadas a constituir o "exumador", e a lhe dar meios de resposta e defesa do território contra uma agressão nuclear.

O volume dessas fôrças aumentou muito, enquanto que diminuiu o do Corpo de Batalha, de certa maneira sacrificado por este desenvolvimento. As diminuições dos efetivos do exército, como a organização de unidades com efetivos reduzidos, parecem indicar assim que, pelo menos de imediato, as formações e as grandes unidades soviéticas são mais destinadas a enfrentar uma agressão eventual, que a desencadear uma ação ofensiva, de sua própria iniciativa.

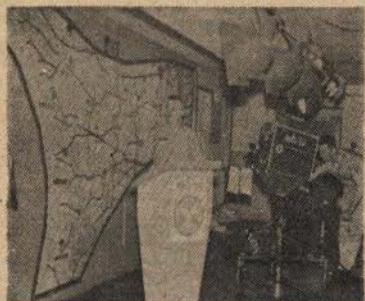
TELEVISÃO EDUCATIVA

Gen Ref TAUNAY DRUMMOND COELHO REIS

Embora convencidos de que a utilização, em larga escala, da TV como instrumento da educação se imporá, no mundo inteiro, como uma feliz fatalidade, ao mesmo tempo decorrente e promotora do progresso, procuramos alinhar no estudo "Televisão Educativa", aqui apresentado, alguns dos fatos e argumentos que nos levaram a trabalhar pela antecipação de seu advento em nosso País.

APRECIACÃO SÔBRE AS LEGISLAÇÕES QUE REGULAM A QUESTÃO DA TV EDUCATIVA

Dispondo de leis favoráveis, a França, a Inglaterra e a Itália conseguiram grandes progressos no setor da TV Educativa. Também vêm-se destacando nessa questão: o Japão, a Rússia, a Alemanha, o Canadá, a Índia, a Suécia, a Tcheco-Eslováquia, a Austrália, a Nova Zelândia e outros.



A maioria das nações adiantadas foi mais cuidadosa que a América do Norte na preservação legal das possibilidades da TV Educativa. Não obstante, o estudo do problema nos Estados Unidos deverá merecer de nós uma atenção maior porque nossa legislação sobre rádio e televisão, por uma série de circunstâncias, vem, de longa

data, sendo calcada na daquele país. Em síntese, o estudo do exemplo americano é o que melhor nos prepara para conhecer o quadro brasileiro, prenhe de direitos adquiridos e fatos consumados, dentro do qual vivemos e agiremos.

HISTÓRICO DA TV EDUCATIVA NOS ESTADOS UNIDOS

Por dois motivos ser-nos-á mais útil o estudo do exemplo americano:

1º) Porque, conforme já foi dito, a legislação brasileira, que regula a radiodifusão (sons e sons e imagens), se assemelha à legislação americana.

2º) Porque, embora não dispondo dos melhores instrumentos legais, a verdade é que os Estados Unidos conseguiram montar, com alto valor qualitativo, o mais amplo sistema de televisão educativa.

Desde o início, quando a TV se encontrava ainda na fase das pesquisas experimentais, os educadores americanos tiveram consciência da sua importância, como instrumento da educação; nos laboratórios, se acercaram dela e procuraram aproveitá-la, pelo menos, preparando-se para sua utilização futura. As Universidades de Iowa e Purdue, num trabalho pioneiro, entre 1932 e 1934, ministraram aulas pela televisão.

Praticamente pronta, a TV teve seu lançamento sustado no mercado comercial pela II Grande Guerra, que absorveu todos os esforços. Esse hiato durou até 1945.

Em 1946, retomando o ritmo interrompido pela guerra, as fábricas começaram a vender os aparelhos de televisão. Seu pequeno número inicial cresceu rapidamente, assim é que, por volta de 1950, os Estados Unidos já dispunham de um parque de 7 milhões de receptores.

Esse surto encontrou os educadores a postos. Conscientes do valor do instrumento, procuravam utilizá-lo aproveitando as oportunidades proporcionadas pelas estações comerciais. Com o crescimento acelerado do número de aparelhos, cresceu também o preço comercial da hora, pois o valor de determinado período de tempo em televisão é função da audiência. Um professor que dava sua aula à tarde, com o enobrecimento do tempo por ele ocupado, foi convidado a ministrá-la pela manhã. Posteriormente, em numerosas regiões, inclusive o horário matinal se tornou nobre e, muitas vezes, o professor foi, em consequência, convidado a deixar de dar aula na estação que o hospedava.

Esse período da TV Educativa nos Estados Unidos pode ser sintetizado dizendo-se que: foi a fase histórica do problema na qual a TV Educativa limitou-se a atuar como hóspede das estações de TV comerciais. *Seu estudo e compreensão são muito importantes para nós porque é justamente a fase que estamos vivendo atualmente no Brasil.*

Constatando o que vinha ocorrendo e, conhecendo o poder do instrumento, o próprio Ministro da Educação daquele país compreendeu que o ensino era importante demais para permanecer apenas hóspede das estações de TV comerciais. Demonstrando grande visão convocou, a 16 Out 50, uma reunião para o estudo do problema. A ela compareceram: o representante da FCC (no Brasil — CONTEL) e os representantes das organizações educacionais do país. Naquela oportunidade ficou concluído e decidido que seria solicitado, ao Governo Federal, a reserva de canais de televisão para uso exclusivo da educação, vedados à exploração comercial. Esse primeiro objetivo foi alcançado a 14 de abril de 1952 quando a FCC reservou 242 canais, 90 VHF⁽¹⁾ e

(1) VHF (do inglês Very High Frequency) é a faixa de ondas limitada pelas freqüências de 30 e 300 megaciclos. Comporta, na parte que é atualmente utilizada, 12 canais.

152 UHF (2). (No Brasil estamos em condições de fazer reserva melhor porque o éter aqui se mostra, hoje, menos congestionado do que se mostrava nos Estados Unidos em 1952.) A reserva inicial de 242 canais vem sendo paulatinamente ampliada e o último dado que temos registra 324 canais reservados. Há organizações educacionais no país que desejam vê-la aumentada para 1197 canais (reservados para uso exclusivo da educação) isso numa nação suprida em escolas de nível elementar e escolas de nível médio, e com uma excelente rede de escolas de nível superior. Se a América do Norte, com o invejável patrimônio de escolas convencionais que possui, julgou necessário reservar 324 canais para a educação (e há lá quem queira 1197), pode-se concluir que o Brasil, com as deficiências que tem no setor escolar necessitará de uma reserva muito mais ampla.

Analizando o caso brasileiro, face ao exposto, verifica-se que embora pudesse ser melho, o modelo americano, por nós escolhido, poderá nos ser muito útil se fôr seguido *também nas suas partes mais salutares*. Causa-nos espécie, contudo, constatar que tal não vem ocorrendo, senão vejamos:

- Os Estados Unidos fizeram sua reserva federal de canais para educação, há mais de 11 anos, em 1952. No Brasil nem se cogitou do assunto.
- Os Estados Unidos já determinaram por lei que os receptores a serem vendidos sejam capazes de sintonizar os 82 canais, nas faixas de VHF e UHF. No Brasil, até o momento não se cogitou do problema.
- Nos Estados Unidos, as concessões de canais comerciais são feitas pelo prazo de 3 anos. No Brasil, essas concessões são feitas pelo prazo de 15 anos.

Resumindo, pode-se dizer que as partes da legislação americana, sobre rádio e TV, que mais beneficiam a educação, vêm sendo omitidas na cópia brasileira. Isto é, o modelo vem sendo defeituosamente copiado, com graves prejuízos para a educação em nosso País.

DO VALOR QUALITATIVO

Se a TV Educativa fôsse um instrumento de qualidade inferior não se poderia, sem constrangimento, promover o seu advento em bases sistemáticas e eficazes no país, mas ocorre que ela vem demonstrando, sobejamente ter valor qualitativo superior ao da escola convencional.

(2) UHF (do inglês Ultra High Frequency) é a faixa de ondas limitada pelas freqüências de 300 e 3.000 megaciclos. Comporta na parte que é atualmente utilizada, 70 canais.

Entre outros fatôres porque, estatisticamente, o aluno na escola convencional tem acesso ao professor de padrão médio enquanto o aluno na TV Educativa tem acesso aos melhores mestres da região. A diferença de capacidade de transmitir conhecimentos entre o mestre especializado, na TV Educativa, e o mestre de padrão médio na escola convencional reverte em proveito do aluno de TV Educativa.

Esse valor qualitativo da TV Educativa tem ainda a vantagem de vencer o espaço e o tempo porque as aulas selecionadas dos mestres excepcionais poderão ser gravadas em "video-tape" e preservadas, mesmo depois de sua morte, para as gerações futuras.

Entre as muitas referências que recolhemos, relativas ao valor qualitativo da TV Educativa, é oportuno citar duas:

- A 1^a extraída de um documento elaborado e impresso sob os auspícios do Ministério da Educação, o livro "TELEVISION IN EDUCATION" — página 94: ... "Os diversos pesquisadores que têm investigado a correlação entre a aptidão dos estudantes e o grau em que podem aprender pelo ensino direto, através da televisão, verificaram que tanto os de elevada aptidão, como os de reduzida aptidão, revelaram, estatisticamente, ponderável aproveitamento, pelo menos equivalente àquele conseguido através dos processos convencionais de ensinar"...
- A 2^a extraída de uma pesquisa realizada pela Universidade George Washington por solicitação do Exército Americano: ... "O estudo global do problema mostrou que a instrução através da TV em nenhum caso, se revelou inferior à ministrada pelos processos convencionais, outrossim, evidenciou-se positivamente superior em alguns tipos de ensino, como por exemplo — manipulação de equipamento, correlação lógica entre partes, aprendizado de cor. Constatou-se que os grupos de menor aptidão aprendiam melhor na televisão do que por meio dos processos convencionais"...

Impressionada com êsses e outros estudos que se faziam para apurar o valor qualitativo comparado entre o ensino convencional e o ministrado através da TV, teve, a Universidade de Stanford na Califórnia, a feliz idéia de reunir todos os que pôde, a fim de fazer uma síntese dos mesmos. Obteve nesse esforço cópias de 393 pesquisas realizadas no nível elementar, no nível médio e no nível superior, provenientes de todas as regiões do país e baseadas em 10 anos de experiência. A seguir integrou essas numerosas amostras representativas como que buscando obter o próprio universo — estatístico. Nessa integração apurou que:

- em 86% dos casos o ensino ministrado através da TV se revelou igual ou superior ao proporcionado pelos processos convencionais;
- em 14% os processos convencionais se mostraram superiores à TV;

resultado consagrador para a TV Educativa dada a magnitude e a importância da pesquisa realizada pela Universidade de Stanford.

DO VALOR QUANTITATIVO

Em novembro de 1962 os Estados Unidos já haviam posto em funcionamento efetivo 75 dos 324 canais reservados para a TV Educativa. Uma dessas estações a do MPATI no MIDWEST possuía 2 milhões de alunos (1963) e terá, em futuro próximo, 5 milhões. Se considerarmos que todos os ginásios e os demais estabelecimentos de nível médio do Brasil somados têm atualmente 1,5 milhões de alunos poderemos fazer uma idéia do gigantesco valor quantitativo do instrumento. Além das 75 estações de TV Educativa em circuito aberto (3) já referidas, os norte-americanos contam com cerca de 300 estações de TV Educativa em circuito fechado (4) possibilitando acesso à educação televisionada, a mais de 70 milhões de habitantes.

Ainda a crédito do valor quantitativo da TV Educativa podemos mencionar, baseados em exemplos concretos, que uma aula:

- na escola convencional possibilita dezenas de alunos;
- na TV Educativa em circuito fechado permite centenas e mesmo milhares;
- na TV Educativa em circuito aberto poderá beneficiar, simultaneamente, dezenas de milhares, centenas de milhares e mesmo milhões de alunos, constituindo-se em prodigioso fator multiplicador do esforço do mestre.

DO CUSTO RELATIVO

O custo relativo (preço per capita) é obtido por uma fração que tem para numerador os gastos totais e para denominador o número de alunos. Sempre que o número de alunos puder crescer indefinidamente, o preço per capita poderá baixar também, em consequência, indefinidamente. Sabendo-se que um dos fortes da TV Educativa é o elevado número de alunos que possibilita, fórmula é concluir que sua adoção provocará inevitável redução no custo do aluno. Com a TV Educativa teremos, estatisticamente, aulas de melhor qualidade a um preço per capita substancialmente mais baixo.

Acima de um determinado número de alunos, os numerosos e credenciados documentos que consultamos reconhecem que os fatores "qualidade da educação que proporciona" e "razões econômico-financeiras" são os que mais pesam a favor da TV Educativa.

No que tange ao caso particular da TV Educativa em circuito fechado, várias universidades americanas procuraram determinar o

(3) TV em Circuito Aberto é aquela cujas ondas eletromagnéticas lançadas no éter são captadas pelos receptores. Assemelha-se à telegrafia sem fio. Exemplo: todas as numerosas estações de TV comerciais existentes no país.

(4) TV em Circuito Fechado é aquela cujos impulsos elétricos são levados aos receptores por intermédio de fio. Assemelha-se à telegrafia com fio. Exemplo: a estação instalada na Universidade de Santa Maria no Rio Grande do Sul.

limite numérico, em alunos, a partir do qual o ensino pela TV, comparado ao ensino convencional, passa a ser financeiramente vantajoso. Esse limite é denominado "break even point" (ponto de rompimento do equilíbrio). Dos vários resultados por nós compilados o mais elevado e desfavorável é 600, encontrado na Universidade de Michigan, o que constitui fato altamente encorajador.

DO CUSTO ABSOLUTO

Se considerarmos que há à venda estações transmissoras de TV, em circuito aberto, desde 50 mil dólares, podemos concluir que esse instrumento já está ao alcance de todos os Estados da Federação brasileira e até mesmo ao alcance de numerosos municípios no país.

Com relação à TV Educativa em circuito fechado — instrumento apropriado para atender os casos de estabelecimentos de níveis superior e médio há aparelhagem desde 3 mil dólares, soma compatível com orçamentos de todas as Universidades, assim como o de numerosos estabelecimentos de nível médio.

De posse desses dados e a exemplo do lavrador de bom senso que, tendo condições e possibilidades para utilizar o trator, não se resstringe mais ao uso exclusivo da enxada, a educação não tem razão para protelar mais, em nosso país, o aproveitamento desse prodigioso instrumento.

DA OPORTUNIDADE

Se considerarmos:

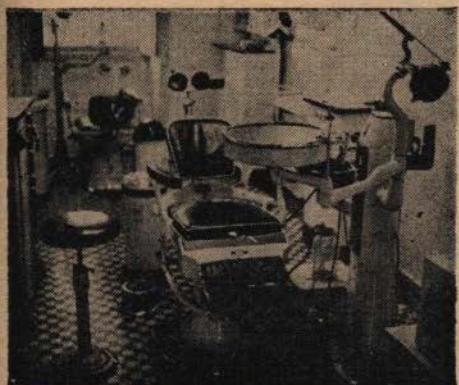
- que entre 110 nações, sómente 8 possuem mais aparelhos receptores de TV que o Brasil;
- que muitas das que posuem menos televisores que nós (Índia, Pôrto Rico, Tcheco-Eslováquia, Nova Zelândia e outras) estão tirando grande proveito da TV Educativa;
- que os mais providos que nós em número de receptores (Estados Unidos, Inglaterra, Japão, Rússia, Alemanha Ocidental, Canadá, Itália e França) exploram intensiva e extensivamente a TV Educativa;
- que Pôrto Rico muito mais pobre, com 1/25 de nossa população e 1/800 de nossas superfícies, já tinha em 1962, 2 (duas) estações de TV Educativa;
- que nossos 2.000.000 de televisores (1963) valem centenas de bilhões de cruzeiros;
- que com uma fração ridícula dessa quantia o Ministério da Educação e Cultura, as Secretarias Estaduais de Educação e as organizações educacionais poderão entrar de sócios do povo que já integralizou a parte mais onerosa da empresa, adquirindo os receptores.

Poderemos concluir que vai longe o dia em que a TV Educativa em moldes sistemáticos passou a ser oportuna no Brasil.

AUXILIARES DENTAIS E CADEIRAS MÚLTIPLAS COMO FATOR DE AUMENTO DE EFICIÊNCIA NO SERVIÇO ODONTOLOGICO

Cap Dr. LUIZ CARLOS HIPÓLITO DA SILVA

Atendendo ao conceito moderno de produção, as grandes organizações empregam, hoje em dia, cada vez maior número de pessoal auxiliar, a fim de reservar aos técnicos maior tempo para suas tarefas precípuas.



Na Odontologia também já se observa o método, pela delegação de tarefas dantes desempenhadas desnecessariamente pelo Cirurgião-Dentista.

Tivemos oportunidade de empregar o método, com 3 auxiliares (Soldados) e 2 equipes (uma, de nossa propriedade particular), no 1º Batalhão de Polícia do Exército, Batalhão Marechal

Zenóbio da Costa, e verificamos o aumento de produção e o declínio de fadiga.

Assim, foi eliminada grande parte das "horas perdidas", diminuindo os números de visitas e aumentando a rapidez do tratamento.

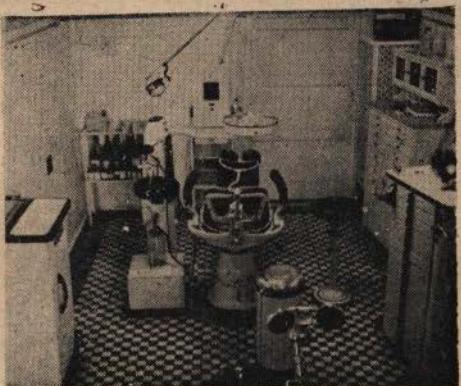
Nos orientamos pela experiência dos estágios nos Hospitais da antiga Prefeitura do Distrito Federal, sob a chefia do Dr. Armando Hypólito da Silva, nosso pranteado pai, e na bibliografia mencionada, em particular pela tradução do Prof. Dr. Estenio Ether, filho do nosso saudoso Prof. Dr. Agripino Ether.

Para isso, treinamos 3 auxiliares (1 ao lado da cadeira, 1 ambulante e 1 base), os quais tiveram rodízio de instrução, de forma que cada um podia ser substituído por outro, sem solução de continuidade.

O treinamento de pessoal auxiliar consiste em motivação pela apresentação do método e explicação das diversas tarefas a serem

cumpridas, bem como familiarização com o instrumental, da seguinte forma:

- 1) O assistente dental "ao lado da cadeira" entrega e recebe os instrumentos do Cirurgião-Dentista, controla as seringas de ar e água e o sugador de saliva, protege e afasta as bochechas e língua do paciente, muda as brocas e pedras montadas, coloca e retira o dique de borracha e rolos de algodão, coloca material obturador na cavidade já preparada, prepara materiais de impressão, segura a moldeira na boca



do paciente, funde cerca para modelos, toma côres, enche o porta-amálgama, etc.

2) O assistente dental "ambulante" assiste o Cirurgião-Dentista e o assistente dental "ao lado da cadeira", coloca o paciente na cadeira, ajusta a cadeira, coloca o guardanapo, justa o foco de luz, coloca a ficha do paciente à disposição do Cirurgião-Dentista, prepara as mesas auxiliares, o instrumental, o material de obturação, medicamentos, material de impressão, limpa e esteriliza os instrumentos, radiografa e revela os filmes, realiza processos simples de laboratório, dá instrução pós-cirúrgica, monta o sucto, verifica os suprimentos, etc.

O assistente dental "base" registra as consultas, chama os pacientes, responde às chamadas telefônicas, mantém o fichário em dia, prepara relatórios, recebe requisição, coopera com o assistente dental "móvel" nas suas obrigações de radiografar, revelar, arquivar filmes de RX, prepara soluções, verifica suprimentos, e realiza processos elementares de laboratório.

A limpeza e o polimento do equipamento, sala de intervenções, sala de espera e sala de RX, bem como a manutenção e lubrificação das peças de mão, ângulo, compressor, equipo, cadeira, etc., constituem obrigações dos 3 auxiliares dentais em conjunto.

Esse método faz parte do programa de instrução do corrente ano no 1º Batalhão de Polícia do Exército, Batalhão Marechal Zé-nóbio da Costa, para estágio dos Oficiais-alunos do Curso de Formação de Oficiais Dentistas da Escola de Saúde do Exército.

Para melhor motivação do Cirurgião-Dentista, necessário se torna a familiarização dêle com o método, o que pode ser conseguido trei-

nando-os como se auxiliares fossem, isto é, desempenhando, alternadamente, as funções de Cirurgião, auxiliar ao lado da cadeira, auxiliar móvel e auxiliar base.

O emprêgo do método em aprêço mostrou-se perfeitamente exequível e situado na conjuntura de modernos processos de racionalização de trabalho e dinâmica de produção.

BIBLIOGRAFIA

- | | |
|-------------------------|----------------------------------------------------------------------------|
| BOROSAGE-LAWRENCE | — A Tentativa Manual on Public Relations in Trade and Industrial Education |
| C 22-10 | — Princípios de Chefia |
| ESTELITA CAMPOS-WAGNER | — Chefia — Sua técnica e seus problemas |
| ETHER-ESTÉNIO-SOARES | — Atendimento em Cadeiras Múltiplas — Rev. Farm. Odont. — Ano XXX nº 273 |
| MENDES RIBAS-JOSÉ | — La Assistente Dental en Funcion |
| MENDES RIBAS-JOSÉ | — Economia Dental |
| MUÑOZ AMATO-PEDRO | — Introducción a la Administração Pública |
| RAUDSEPP-EUGENE | — Como Dirigir Reuniões |
| SECKLER-HUDSON-CATHERYN | — Processes of Organization and Management |
| WEIL-PIERRE | — ABC das Relações Humanas |



VOCÊ QUE JÁ É ASSINANTE, faça mais um assinante para a **DEFESA NACIONAL**, e estará assim contribuindo para o engrandecimento de sua Revista, QUE PRECISA DE VOCÊ.

NOSSO APÉLO

VOCÊ, que tem idéias sobre muitos problemas do Exército e do Brasil, ponha-os no papel e remeta-nos-las. Use a sua tribuna para difundi-las.

VOCÊ, que estuda para a ECEME e organizou seu ponto, mande-nos para que seja publicado, servindo, assim, a todos.

VOCÊ, S 3 de unidade, que montou e executou um exercício no terreno, envie-no-lo para ser publicado, servindo, assim, a todos.

VOCÊ, oficial instrutor das inúmeras Escolas e Cursos do Exército, que redigiu um novo ponto de instrução, que leu um artigo interessante em revista estrangeira, que montou uma demonstração, que fez algo novo, interessante, digno de ser difundido e apresentado a todo o Exército, tome a iniciativa de nos mandar uma cópia para inserirmos na revista.

VOCÊS, sargentos, da tropa, das escolas, monitores, alunos, enviem suas colaborações.

Serão bem-vindos.

A REDAÇÃO

A IMPORTÂNCIA MILITAR DOS NOVOS ESTADOS AFRICANOS

Ten -Cel HÉLIO FELGAS
(Revista Militar, Portugal,
outubro de 1964)



É indubitável que a África se está agitando militarmente. Em pouco mais de um ano, eclodiram oito rebeliões militares e tiveram lugar pelo menos dois importantes conflitos fronteiriços. Porém, ao contrário da agitação política que sacudiu a África a partir de 1956 e a levou, na sua maior parte, à independência, a agitação militar não é dirigida contra os brancos mas sim, contra os próprios africanos. No caso das rebeliões, trata-se de uma agitação resultante dos militares africanos começarem a ter consciência da sua força e desejarem fazer sentir a sua presença, participando de um poder que os políticos pensavam poder reservar para si.

Deve dizer-se que esta força é relativa. Mostra-se potente em face da debilidade das estruturas políticas em que assentam os novos governos locais. Daí que as rebeliões triunfem facilmente, embora os seus efectivos sejam escassos e a sua organização quase inexistente. Foi o caso do Togo em Janeiro de 1963, de Brazzaville em Agosto do mesmo ano e do Dahomé em Novembro seguinte. Mas, por outro lado, são esmagadas sem a menor dificuldade quando os governos ameaçados resolvem pedir a intervenção de fôrças européias, mesmo modestas que sejam. Foi o que aconteceu no princípio de 1964, na antiga África Oriental inglesa e no Gabão.

De qualquer maneira, a situação militar dos novos países africanos — de quase toda a África atual, portanto — parece merecer-nos uma atenção que, em nosso entender não tem sido prestada.

O estudo que agora apresentamos pretende dar uma idéia sobre o assunto. Nos seus diversos capítulos encontraremos alguns elementos acerca da fisionomia militar da África no apôs-guerra, dos acôrdos estabelecidos com as antigas metrópoles, do auxílio multilateral extra-africano, das tentativas inoportunas de uma assistência pan-africana, do rearmamento apressado dos novos Estados, da situação precária das bases estrangeiras, da assistência militar proporcionada pelas nações sem tradições em África, enfim, do valor real das fôrças armadas do Continente Africano.

Nas conclusões que tiramos dêste estudo, a apreciação da situação militar da nova África, sob o ponto de vista internacional, não é talvez otimista. Mas, em nosso entender, representa a realidade, como aliás pretendemos demonstrar através de todo o trabalho.

I — FISIONOMIA MILITAR DA ÁFRICA NO APÓS-GUERRA

A fisionomia militar da África no após-guerra, uma vez repatriadas as forças aliadas que nela haviam combatido ou simplesmente estacionado, não era muito diferente da que o Continente conhecera desde o princípio do século: algumas bases importantes (em especial no norte e geralmente situadas junto aos poucos bons portos existentes em África), e, em quase todos os territórios, guarnições reduzidas, compostas quase sistematicamente por africanos enquadrados por europeus.

Destas bases, as mais conhecidas eram as do Suez, no Egito, de Bizerta, na Tunísia, de Mers-el-Kibir, na Argélia, de Casablanca, em Marrocos, de Dakar, no Senegal, de Fort Lamy, no Tchad e de Simonstown, na África do Sul. Só a de Fort Lamy é interior.

A evolução da situação internacional determinou depois sucessivas alterações desta fisionomia tradicional.

A ameaça russa sobre a Europa levou os norte-americanos a regressarem à África. Em 1950 estabeleceram bases no Marrocos (que então era um protetorado francês) e no ano seguinte enviavam para a Libéria uma missão militar que confirmava a dependência da pequena república negra. Em 1954 estabeleceram na Líbia a enorme base de Wheelus e enviavam o seu auxílio militar à Etiópia (onde os russos pareciam ter crescente influência).

Por seu lado, a Inglaterra em 1953, reorganizou as posições de Trípoli e Tobruk, na Líbia, famosas durante a última guerra. E a revolta dos Mau-Mau, levava-a a olhar com atenção para o Quénia.

Quanto à França, a situação na Indochina não lhe permitia grandes esforços militares em África. No entanto, as bases mediterrânicas e atlânticas foram todas melhoradas e outras começaram surgindo no interior da chamada África Negra.

Foi, porém, quando os antigos aliados começavam a julgar-se militarmente melhor preparados em África, que os africanos iniciaram as suas reivindicações nacionalistas.

Este movimento determinou nova revisão da estrutura militar africana.

De fato, a independência tornava estrangeiras, de um dia para o outro, as bases, as guarnições e os quadros europeus. Mas os novos governos africanos não as podiam dispensar porque não dispunham de forças nacionais capazes de garantirem a ordem interna.

Daí que nenhum território africano (com exceção da Guiné), tivesse ascendido à independência sem que entre o seu novo governo e a antiga metrópole, tivessem sido estabelecidos acordos de natureza militar.

Estes acordos bilaterais constituíram a primeira solução adotada pelos novos Estados africanos para o importante problema da sua reorganização militar.

II — OS ACORDOS COM AS ANTIGAS METRÓPOLES

De uma forma geral, êstes acordos incidiam sobre os seguintes pontos:

- Manutenção do enquadramento das forças africanas com sargentos e oficiais europeus da antiga Metrópole.
- Formação acelerada de sargentos e oficiais africanos, fôsse pela criação de escolas e academias no próprio país, ou pelo envio de estagiários africanos para os institutos militares da antiga Metrópole.
- Permanência no novo Estado de certas unidades européias da antiga Metrópole, destinadas a intervir a pedido do governo africano local a fim de assegurar a ordem.

Dentro dêste esquema geral podem apontar-se diferenças não só entre os sistemas inglês, francês e belga, como até dentro do mesmo sistema.

Territórios ex-franceses

Entre 1960 (data das primeiras independências) e 1963, a França estabeleceu três tipos de acordos militares:

- Acordos de defesa, com o Senegal, Mauritânia, Costa do Marfim, Togo, Dahomé, Niger, República Centro-Africana, Gabão Congo e Tchad.
- Acordos de assistência técnica (menos completos que os de defesa) com o Camarão e o Alto-Volta.
- Acordos especiais para a manutenção da ordem interna, com diversos dos Estados acima citados.

Em obediência a êstes acordos, a França comprometeu-se a:

- Instruir e formar os quadros das forças armadas dos novos Estados. Para isso, as Escolas militares francesas recebem anualmente mais de 300 estagiários africanos (incluindo malgaches). E, por outro lado, o governo francês envia para aqueles Estados, missões militares que enquadram as escolas

militares locais, aconselham os Estados-Maiores africanos e chegam mesmo a fornecer pessoal para os ramos mais técnicos como a aviação, a marinha e a engenharia.

- Cuidar da formação e enquadramento das forças policiais.
- Fornecer o equipamento militar, material de guerra, munições, sobressalentes, etc.
- Em virtude dos acôrdos de defesa e dos especiais, assumir um papel militar mais direto em caso de ameaça exterior ou de perigo de subversão interna.

No primeiro caso (ameaça externa), a presença de guarnições francesas no Estado ameaçado, pode por si só constituir uma garantia para êsse Estado. Foi o que aconteceu na Mauritânia perante a ameaça desenhada pelas tropas marroquinas. Os 2500 soldados franceses das guarnições de Bir Moghrein, Ain Ben Tili, Fort Gouraud, Port Etienne e Atar, foram suficientes para dissuadir o governo de Rabat de invadir a Mauritânia, como era seu desejo.

No segundo caso (perigo de subversão interna), as tropas francesas podem, a pedido do Estado interessado, intervir para restabelecerem a ordem interna. Foi um acôrdo dêste gênero assinado entre a França e o Gabão, que legitimou a intervenção dos pára-quedistas franceses na reposição do Presidente Léon M'Ba, em 18 de fevereiro de 1964 (1). Como M'Ba tinha sido feito prisioneiro pelos amotinados, foi o vice-presidente, Yembit, que assinou a ordem de requisição das fôrças francesas.

Este tipo de intervenção, pela delicadeza de que se reveste e por ser susceptível de acarretar graves consequências políticas internacionais, é sempre rodeado de precauções especiais. A autoridade legítima em vigor no Estado interessado, deve por isso endereçar o pedido de intervenção ao embaixador francês local, o qual o endereçará ao comandante da base francesa mais próxima. Mesmo assim, é indispensável uma autorização especial do Presidente da República francesa para que as suas tropas possam disparar. No caso do Congo ex-francês, em agosto de 1963, esta autoriação não foi dada e o Abade Yulu foi deposto pelo atual regime.

* * *

Compreende-se como êstes acôrdos facilitaram a criação ou a manutenção de diversas bases francesas nos novos Estados africanos. As tropas nelas estacionadas dispõem de enorme mobilidade, sendo suscetíveis de ser aerotransportadas para qualquer ponto da África.

(1) A intervenção francesa no Gabão foi considerada legal na conferência da União Africana e Malgache, realizada em Dakar em março de 1964, fato que constituiu uma vitória para De Gaulle, mas que mostra como os Chefes de Estado daquela União contam com as fôrças francesas para se manterem no poder. Fora da União, a intervenção foi muito criticada, em especial nos países africanos e comunistas. E a popularidade interna do presidente Leon M'Ba sofreu rude golpe.

Só desta forma se pode garantir a eficiência de fôrças cujos efetivos são, afinal, muito reduzidos (em meados de 1964, a França não tinha mais de 20 000 homens na África, excluindo os da Argélia). No entanto, para situações consideradas graves, a França dispõe de reservas estacionadas fora do continente. No sul da França, por exemplo, há sempre uma divisão de pára-quedistas pronta a levantar vôo.

Territórios ex-ingleses

A estrutura militar nos Estados africanos oriundos dos territórios colonias ingleses, não é basicamente diferente da que descrevemos atrás, relativa às antigas dependências francesas.

Há que notar no entanto, o papel importantíssimo que as fôrças policiais africanas — excepcionalmente eficientes desde o tempo do colonialismo — têm desempenhado após a independência dos novos Estados. Aliás estas fôrças tinham efetivos muito elevados em relação aos do exército (na Ghana, por exemplo, há 7 000 polícias para 10 000 soldados).

Quase se pode dizer que os Estados ex-ingleses têm singrado apoiados na excelente polícia deixada pelos britânicos. Ela tem permitido, de certo modo, uma formação eficiente e sem precipitações, das fôrças armadas locais.

Mas no resto, os ingleses não foram essencialmente diferentes dos franceses. Notou-se, talvez, melhor preparação dos africanos quer para obedecer quer para mandar. Daí menor número de perturbações internas importantes, só ocorridas na África Oriental no princípio de 1964.

Todos os Estados ex-ingleses mantiveram os quadros europeus nas suas fôrças armadas, aceleraram a formação dos seus próprios quadros e assinaram acôrdos militares. O próprio Nkrumah manteve durante anos, o General inglês Alexandre e centenas de oficiais e sargentos europeus. E na África Oriental, a estrutura militar inglesa, dependente superiormente do Comando de Aden, incluía as bases terrestres de Kawakwa (perto de Nairobi) e Gilgil, e as aéreas de Eastleigh (Nairobi) e Mombassa. Havia 3 Batalhões no Quénia, 2 no Tanganica e 1 na Uganda. E os famosos regimentos do King's African Rifles eram enquadrados por oficiais e sargentos britânicos.

Claro que, tal como vimos no caso das fôrças francesas, as fôrças britânicas destinadas a uma possível intervenção a pedido dos novos governos africanos, dispõem de enorme mobilidade e podem ser reforçadas com unidades vindas de Aden, Chipre ou mesmo da Inglaterra.

O Congo

Enquanto foi colônia belga, o Congo dispôs de um exército eficiente, a "Force Publique", com um efetivo global de 25.000 africanos,

enquadradados por cerca de 1.200 sargentos e oficiais belgas. Na altura da independência também a Bélgica assinou acordos com o jovem governo africano de Léo. Pára-quedistas belgas ficaram nas bases de Kamina e de Banana, prontos a entrar em ação para manterem a ordem. E a "Force Publique" ficou tal como estava: comandada por um general belga e com quadros belgas.

Ninguém pensou numa rebelião dos até então disciplinados soldados da "Force Publique", aos quais foi dito que a independência nada mudara para elas.

Mas essa rebelião deu-se e, além de ter lançado o Congo no caos, foi o primeiro indício de que também as estruturas militares africanas tinham de evoluir para uma "africanização" acelerada.

Enquanto uns dirigentes congoleses pediam a intervenção dos pára-quedistas belgas, outros — ciosos da independência alcançada — opunham-se-lhe. No final os belgas intervieram e devolveram a ordem ao Congo. Mas o governo congolês (Lumumba, em especial) exigiu a sua retirada e pediu à ONU o envio de forças internacionais para substituir.

Este foi o princípio do descalabro das forças armadas congolesas. Entregues a si próprias, enquadradadas por oficiais e sargentos escolhidos à pressa no meio da soldadesca africana, elas nunca mais mostraram qualquer eficiência. A ordem no Congo, precária aliás, passou a ser garantida pelas tropas da ONU. E até agora, apesar de já irem em quatro anos de instrução (e de guerra), os militares congoleses continuam a não dar provas da mínima eficiência militar. Unidades enviadas para manterem a ordem em dada região, logo que chegam, fazem causa comum com aqueles a quem iam combater e empregam a sua força matando, violando e roubando a desgraçada população civil. Outras dispersam aos primeiros tiros ou mesmo só porque lhes constou que o inimigo se aproximava. Em alguns casos, a morte de um graduado é suficiente para determinar a mais completa debandada.

Não escasseiam exemplos desta estranha atuação do atual exército congolês desde a desonrosa revolta de julho de 1960 até à presente situação no Kivu e na Katanga do Norte, passando pelas titubantes "campanhas" do Kassai e da Katanga.

E, no entanto, os congoleses eram bons soldados quando constituíam a "Force Publique" que durante cerca de 80 anos manteve a ordem no progressivo Congo Belga. O seu comportamento foi citado com louvor na última guerra durante a qual chegaram a combater na Etiópia e em outras regiões. Como, aliás, foi louvado o comportamento de milhões de outros africanos que os aliados levaram a combater contra as tropas do Eixo, desde o norte de África à França, à Itália, à Alemanha, etc.

A rebelião no Congo ex-belga teve incalculáveis repercuções em toda a África e não só no campo militar.

Ela demonstrou como era fácil a subversão das forças armadas africanas e, portanto, como era frágil o edifício político erigido após a independência. A ambição dos militares africanos não era inferior à dos políticos e ambas conduziam ao caos.

Assim como os civis africanos julgam que a independência os fadou para serem políticos, também os militares se convenceram que têm de ser todos oficiais.

A verdade é que políticos e oficiais feitos à pressa, não podem dar nem bons governos nem bons exércitos. Mesmo lidando com uma massa popular evoluída, eles não saberão enquadrá-la. O que fará quando a massa é tão atrasada como a africana!

O caos criado pela revolta militar no Congo veio depois confirmar que sem bons quadros não é possível existirem forças armadas eficientes e que, sem estas, não há estabilidade política nem progresso.

A necessidade de incrementar a instrução militar a fim de formar bons quadros, tornou-se por isso óbvia. Simplesmente esta formação é demorada e, entretanto, era indispensável enquadrar as forças africanas para delas tirar algum rendimento.

O processo rápido, eficaz e tradicional de enquadrar os soldados africanos por meio dos sargentos e oficiais da antiga Metrópole, foi-se tornando cada vez menos aconselhável. E hoje, após as revoltas militares do princípio de 1964, na antiga África Oriental Inglêsa, é mesmo considerado perigoso pelos novos governos que receiam desagravar aos militares africanos, ansiosos de se verem promovidos aos postos ocupados pelos brancos. Segundo parece esta foi mesmo a causa das rebeliões no Tanganica, no Quênia e na Uganda, tal como o fôra no Congo ex-belga.

Assim, os novos governos africanos estão praticamente inibidos de enquadrar as suas tropas com oficiais e sargentos das antigas metrópoles, até mesmo porque, aos olhos dos outros governos, a realidade da sua independência, seria posta em dúvida. O próprio Nkrumah teve que abandonar este sistema que desagradava aos militares ghaneses desejosos de substituírem os brancos. A primeira "desbritanização" do exército ghanês deu-se em setembro de 1961, isto é, quatro anos após a independência. Nessa altura saiu o General inglês Alexander (que comandara o contingente ghanês da ONU enviado para o Congo) e 200 outros oficiais. Em maio do ano seguinte todos os oficiais ingleses que enquadravam as forças ghanesas, passaram a constituir uma missão de instrutores separada — situação esta em que ainda se encontram.

Mas então, pergunta-se, quem há-de enquadrar as tropas africanas?

Em princípio, só os próprios nacionais podem constituir os quadros das forças armadas dos novos Estados. Esta é a condição im-

posta pelos militares africanos e que, de um modo geral, os governos locais são obrigados a aceitar.

Mas como se reconhece a falta de preparação dos quadros africanos, todos os novos Estados estão procurando acelerar a sua instrução militar, contratando técnicos estrangeiros.

Cabe talvez aqui referir que, pelo menos em teoria, há nítida diferença entre o técnico estrangeiro que é contratado para instruir os quadros militares de um país, e os mercenários que não só instruem como enquadram as fôrças dêsse país. Isto, muito embora por vêzes ambos sejam denominados mercenários. Mas o primeiro, o técnico ou instrutor, não pode entrar em ações de combate, ao passo que o segundo é pago para isso. Só episódicamente o técnico deve substituir um africano e apenas numa ou outra função administrativa ou de Estado-Maior.

A utilização de técnicos estrangeiros em funções diretamente ligadas a operações militares, como, por exemplo, a pilotagem de aviões de transporte ou de combate, é um caso especial que não costuma ser considerado como fazendo parte dos programas normais da chamada assis tência técnico-militar, e que suscita em regra complicações políticas mais ou menos graves. Foi por esta razão que, ainda há pouco, a Itália se recusou a enviar pilotos seus para o Congo, para conduzirem os aviões de transporte do exército congolês. O governo de Roma lembrou então que se comprometeria apenas a instruir pilotos congoleses e que não desejava exceder o âmbito dêste contrato. Foi por isso que o General Mobutu teve que ir pedir pilotos à Bélgica.

Deve dizer-se que a anuênciâa da Bélgica ao pedido de Mobutu suscitou diversas críticas. De fato, os 100 pilotos e técnicos aeronáuticos destinavam-se a conduzir e a manter os aviões de transporte do exército congolês. Como êstes aviões foram fornecidos pelos Estados Unidos, os cem belgas foram primeiro estagiari na América e chegaram ao Congo justamente a tempo de substituir o pessoal da ONU que retirou em 30 de junho findo.

As complicações que podem surgir dêste acôrdo entre Spaak e Mobutu são evidentes.

Os belgas vão pilotar aviões americanos transportando tropas congolesas em operações contra os rebeldes do Kivu e da Katanga do Norte. Implicitamente vão tomar parte nessas operações. Ora os rebeldes — que ainda não atacaram os colonos belgas das regiões que ocupam — podem fazê-lo como represália da utilização dos aviadores belgas pelo exército congolês. Além disso, os outros Estados africanos, e em especial os países comunistas (que parece apoiarem os rebeldes) podem considerar a atuação dos pilotos belgas como uma intervenção camuflada dos Estados Unidos (os aviões não são norte-americanos?). E podem por isso aumentar o seu auxilio aos rebeldes, fazendo ampliar e talvez até internacionalizar a guerra no Congo.

Talvez por prever tão funestas consequências, Tshombé se mostra contrário não só ao emprêgo dos pilotos belgas como à continuação da clara interferência norte-americana no Congo. Admitimos no entanto que a rápida deterioração da situação militar no leste congolês, leve Tshomgé a aceitar (e até a pedir) maior auxílio da Bélgica e dos Estados Unidos.

III — O AUXÍLIO MULTILATERAL EXTRA-AFRICANO

Na verdade é cada vez mais difícil aos novos Estados africanos conciliar as suas necessidades em eficaz assistência técnica militar com a política de não-alinhamento que os seus governos declararam desejado seguir, e com a salvaguarda de uma soberania de que não querem abdicar.

A assistência militar prestada pela antiga metrópole — que parecia ser a mais aconselhada, sob o aspecto da eficiência, pois os técnicos e instrutores já conhecem os soldados africanos, a sua língua e os seus costumes — começou por isso a ser progressivamente abandonada, pelo menos com o caráter de exclusividade. Os poucos governos africanos que ainda têm a coragem de a manter, são por vezes qualificados de neo-colonialistas e os países socialistas e comunistas não os consideram realmente independentes.

Tornou-se portanto necessário encontrar outras modalidades de auxílio militar.

Uma das que pareceu reunir apreciáveis vantagens foi a prestada pela ONU. Esta assistência, porém, só seria ideal se esta organização fosse de fato neutral e apolítica. Mas como não é, não há hoje um único país africano cujas forças armadas estejam sendo treinadas pela ONU. A tentativa feita no Congo alertou todos os governos pelo seu estrondoso falhanço.

Assim, postos de lado os antigos metropolitanos e a ONU, restam com capacidade e possibilidades de prestar auxílio militar à África, os Estados Unidos, a Rússia, a Alemanha e diversas outras nações militarmente desenvolvidas.

Mas se um país africano contratar quadros norte-americanos, os russos logo dirão que ele se transformou numa colônia americana. Se, pelo contrário, os quadros forem russos, as nações ocidentais considerarão esse país um novo satélite soviético. E se os quadros forem exclusivamente alemães, ou exclusivamente checos, a apreciação internacional será idêntica e o desgraçado país fica sujeito a tais pressões que nunca mais terá paz.

Estes condicionalismos tão contraditórios deram lugar a uma outra modalidade: a assistência multilateral, na qual se podem observar casos verdadeiramente curiosos.

Procurando fugir a críticas e a esferas de influência, diversos países africanos estão entregando a instrução das suas forças arma-

das não a uma só nação (como parecia indicado para se obter a indispensável coesão e a necessária identidade de espírito militar) mas a três, quatro e mais, algumas das quais sem nenhuma tradições militares em África.

Alguém pensaria que a Noruega, por exemplo, fosse o país escolhido para formar e instruir as marinhas do Congo ex-belga e da Etiópia? Ou que a Suécia tivesse a seu cargo as aviações etiope e tunisina? Ou que Israel treinasse os pára-quedistas congoleses e os aviadores da Uganda?

Aliás, os casos do Congo ex-belga e da Etiópia são deveras interessantes.

O exército etiope foi treinado por oficiais ingleses de 1947 a 1951. A missão militar norte-americana começou o seu trabalho em 1954 (e ainda continua). Oficiais indianos dirigem uma das duas Escolas Militares abissínias, desde 1957. A armada é treinada por noruegueses e a força aérea por suecos (utilizando jatos suecos e norte-americanos). A polícia (nada menos de 30.000 homens) tem dois oficiais japonenses e outros dois suecos como conselheiros técnicos. Finalmente, a guarda fronteiriça tem quatro oficiais indianos!

Quanto ao Congo ex-belga, a Itália forma e treina a força aérea, a Bélgica fornece os oficiais necessários aos Estados-Maiores, às escolas e academias militares e aos serviços administrativos do Exército, Israel forma os comandos e pára-quedistas e os Estados Unidos enviam o material pesado necessário à modernização e ao reequipamento das forças armadas. Como a Noruega desistiu de se encarregar da marinha congolesa, o governo de Leopoldville espera que a Bélgica a substitua, tanto mais que desde 1960 o pessoal naval congolês tem sido formado pela Bélgica. Ao Canadá foram feitas propostas para treinar os congoleses no campo das transmissões militares. Finalmente, o exemplar comportamento dos nigerianos do contingente da ONU no Congo, em especial no aspecto policial, levou o governo congolês não só a pedir à Nigéria que lhe treinasse a polícia, como também, que lhe enviasse um ou dois batalhões para ajudar a sufocar a revolta da Katanga do Norte...

Esta assistência técnica inclui também, o envio para o estrangeiro de centenas de congoleses. Atualmente, por exemplo, há 823 estagiários dos três ramos das forças armadas congolesas na Bélgica, 235 em Israel, 10 nos Estados Unidos e 12 na Itália. E nas Escolas Militares belgas há 110 cadetes congoleses (além de mais dois na Academia inglesa de Sandhurst).

Estes dois exemplos da Etiópia e do Congo são extremos, sem dúvida. Mas a verdade é que a quase totalidade dos novos países africanos, depende hoje, para a instrução e formação das suas forças armadas, de mais de uma nação estrangeira. Parece que esta solução — militarmente condenável — é preferível, sob o aspecto po-

lítico, à da dependência de um só Estado. O único exemplo atual de um Estado africano cujas forças armadas são exclusivamente formadas e treinadas por uma só nação estrangeira, é dado pela Somália.

Todos os outros estão reorganizando os seus exércitos com o auxílio de dois ou mais países — o que os obriga a dispor de material (e portanto de técnicos) de diversas nacionalidades.

Assim, o Egito — que tem hoje se não o primeiro, pelo menos o segundo exército africano — utiliza tanques e carros armados ingleses franceses e principalmente russos. Os seus aviões são checos e russos, além de alguns alemães construídos localmente para treino. E a marinha conta com navios ingleses e soviéticos.

A Tunísia tem material norte-americano, francês e sueco (os aviões), Marrocos tem aviões franceses e russos, tal como a Argélia que está também recebendo material egípcio. A Guiné ex-francesa dispõe de armamento russo, checo e, recentemente, norte-americano.

IV — A ASSISTÊNCIA PAN-AFRICANA

Uma quarta solução pode ainda ser apontada: a da assistência militar prestada pelos próprios africanos uns aos outros.

Esta solução — tão defendida por Nkrumah, o idealista (interesseiro) do governo e do exército únicos para toda a África — tem sido ventilada nas diversas conferências das organizações pan-africanas.

Assim, o antigo Grupo de Casablanca criou um "Alto Comando Africano", de que participavam a Ghana, Guiné, Mali, Marrocos, Egito e Argélia. Este "Alto Comando" reunia os Chefes de Estado-Maior daqueles países africanos e tinha como missão, além de salvaguardar a independência daqueles países, assegurar a defesa comum da África em caso de agressão contra uma parte do Continente.

De duração ainda mais efêmera que o próprio Grupo, este Alto Comando reuniu-se pela primeira vez no Cairo em julho de 1961.

Também o extinto Grupo de Brazzaville criou, em setembro de 1961, em Tananarive (Madagascar), um Pacto de Defesa, dotado com um Conselho Superior de Defesa.

Este Conselho manteve-se quando o Grupo se transformou na União Africana e Malgache, tendo reunido pela última vez em dezembro de 1963, em Niamey (Niger), ocasião em que tratou especialmente dos seguintes três problemas: avaliação da capacidade militar da União, estruturação dos planos de defesa regionais e estudo das eventuais intervenções militares das forças da União.

A Organização da Unidade Africana (OUA), criada em Addis Abeba em maio de 1963 — e que é hoje o único organismo pan-africano de fato ativo — também tem a sua Comissão de Defesa, destinada a "assegurar e preservar a soberania, a integridade e a independência dos Estados africanos". Esta Comissão prevê mesmo a organiza-

cão de intervenções militares imediatas em caso de golpe de Estado num dos países membros (previsão esta que é, afinal, uma garantia pessoal para a manutenção dos atuais governos no poder).

Na sua reunião de novembro de 1963, a Comissão de Defesa da OUA preconizou a elaboração de um plano africano de defesa, prevendo a integração das forças africanas, terrestres, navais e aéreas, bem como das forças de intervenção acima citadas. A delegação Ghanesa propôs (uma vez mais) a constituição de um comando militar supremo inter-armas e de um Estado-Maior das forças de intervenção. Esta proposta foi debatida na reunião de fevereiro de 1964 e reprovada pela comissão técnica do Conselho de Ministros da OUA. Quando muito, alguns países aceitaram o princípio do treino unificado das forças africanas. No entanto, esta rejeição não desencorajou a Ghana que voltou a apresentar a mesma proposta na reunião do Cairo, em julho de 1964, aliás com idêntico insucesso.

Esta solução da criação de uma força africana destinada a intervir a pedido dos governos ameaçados, em lugar das forças das antigas metrópoles ou das da ONU, tem, de resto, merecido críticas muito severas.

Na verdade, sejam franceses, ingleses ou africanos, os soldados que intervierem nunca deixam de ser estrangeiros. A utilização de africanos só satisfará os que odeiam os brancos. E, por outro lado, sejam quais forem as tropas estrangeiras de intervenção, fá-lo-ão sempre a pedido e portanto a favor dos governos vigentes, retirando assim aos revolucionários a possibilidade de vencer. A estabilidade política ficará de fato assegurada mas os governos africanos, cônscios da proteção que usufruem, podem descambar para a tirania e a prepotência com a mais completa impunidade.

Acresce ainda que, como sublinhou Mongi Slim, ministro dos Estrangeiros da Tunísia, não há por enquanto possibilidades de criação de uma força africana. E não há, em primeiro lugar, porque os países africanos não têm individualmente capacidade para criar uma tal força; em segundo lugar porque cada um desses países está empenhado em criar a sua própria força; e em terceiro lugar porque as relações entre muitos desses países estão longe de ser amistosas (2)

Nós acrescentaremos que, no momento atual, uma força de intervenção africana seria inoportuna e até perigosa. Constituída como teria de ser à base de egípcios, de argelinos, de ghaneses, ela serviria mais os propósitos dos respectivos governos que os do governo em perigo. Seria, afinal, uma nova edição do contingente da ONU no Congo.

(2) Inclusivamente, há Estados que assinaram pactos de defesa dirigidos contra terceiros, como é o caso da Etiópia e do Quénia contra a Somália.

Sob este aspecto, é curiosa a reação do presidente Nyerere do Tanganica, após a rebelião militar que, sem a intervenção das forças inglesas, o teria apeado do poder. Talvez assustado pelas consequências políticas internacionais da sua manifestação "pro-colonialista" e sentindo que aquela intervenção (feita a seu pedido) lhe criara grande impopularidade entre os próprios tanganicenses, Nyerere procurou logo uma forma de correr novamente com as tropas inglesas. Pediu então a convocação de uma reunião dos ministros dos Estrangeiros e da Defesa da OUA, a fim de se estudar a criação de uma força militar africana que pudesse intervir em qualquer momento e em qualquer Estado, evitando-se assim, o recurso às tropas europeias. Este recurso envergonhou Nyerere (e Kenyatta, do Quénia, e Obote, da Uganda) não só em face do seu povo como em face do resto da África. Era, afinal, a confirmação de que nenhum dos países estava preparado para ser soberano, visto que a ordem interna só com a intervenção das tropas européias podia ser mantida (3).

Como dissemos acima, a OUA reuniu-se em fevereiro de 1964, mas apesar do apoio dado pelo próprio Secretário Geral da ONU, U Thant (e é claro de Nkrumah) a criação da tal força africana mostrou-se impraticável no momento atual.

V — O REARMAMENTO DA ÁFRICA

Por agora, os Estados africanos nada mais podem fazer que empenhar-se na criação e organização das suas forças armadas — e fazem-no com penoso esforço pois o dinheiro que nelas gastam era-lhes muito mais proveitoso se fosse empregado no desenvolvimento económico e social.

No princípio de 1964, calculava-se que os Estados africanos estariam gastando um total de 846 milhões de dólares (mais de 24 milhões de contos) com as suas forças armadas. A África do Sul (que dispõe de um exército bem equipado, de 140 000 homens, além de 200 000 reservistas) vinha em primeiro lugar com 220 milhões de dólares (orçamento de 1963/64). O Togo (dados de 1962) e o Quénia (dados de 1963) eram dos que gastavam menos: entre 500 e 600 mil dólares, cada. O Egito vinha logo a seguir à África do Sul, o que não admira, pois dispõe hoje de um exército de mais de 100 000 homens (com perto de 750 tanques) e de uma aviação com centenas de aparelhos a jato.

Estas despesas, já de si grandes para um continente relativamente pobre e subdesenvolvido, tendem ainda a aumentar.

(3) Nyerere recusou na altura a continuação da assistência militar inglesa. Pediu à Nigéria, à Argélia e à Etiópia contingentes para garantirem a ordem no país. Não nos consta que algum tivesse chegado ao Tanganica, pelo menos até agora.

Assim, o Gabão passou de 1,5 milhões de dólares em 1962 para 2,5 em 1963. Os aumentos de Marrocos e da Nigéria foram respectivamente de 82 para 93 milhões de dólares e de 20 para 28 (repare-se na relativa modéstia das despesas da Nigéria que, no entanto, é o país mais povoado da África, com perto de 40 milhões de habitantes).

Maior diferença apresenta ainda o Congo ex-belga. O orçamento das suas forças armadas em 1962 foi de 2,9 bilhões de francos congoleses (um sétimo das despesas gerais do Estado). Subiu para 4 bilhões em 1963 (um sexto). E é hoje de 10 a 12 bilhões — o que representa um terço das despesas gerais do país —!

Quanto à África do Sul, o orçamento militar para 1964/65 ultrapassa 362 milhões de dólares — cifra nunca atingida nem mesmo durante a última guerra mundial —. Só para fabrico de munições está prevista uma despesa de 46 milhões de dólares, isto é, cem vezes mais que em 1960.

É no entanto curioso que, embora todos os Estados africanos estejam aumentando, de ano para ano, as suas despesas militares, os delegados dos mesmos Estados à Conferência do Desarmamento pediram a redução geral dos orçamentos militares...

Deve dizer-se que nas despesas acima indicadas, não estão incluídas as relativas à assistência militar estrangeira — que também aumenta de ano para ano —.

Desta forma, enquanto tanto o Ocidente como o Oriente estão assinando acórdos para reduzir as suas forças armadas, a África está procurando armar-se cada vez mais.

Diariamente são descarregadas nos portos africanos, toneladas e toneladas de material de guerra, enquanto nos aeroportos aterraram aviões cheios de técnicos, especialistas e conselheiros militares estrangeiros.

Este afluxo justifica-se tendo em atenção que a África tem hoje três dezenas de Estados que ascenderam à independência sem para tal estarem preparados. Todos êles necessitam criar forças armadas que garantam a soberania e a ordem interna. De contrário, os governos constituídos ficarão sem meios para se impor e fazer obedecer.

Estas forças armadas não podem ser exageradas porque, de um modo geral, os países são pouco desenvolvidos e uma sobrecarga excessiva da parte militar do seu orçamento, pode comprometer o seu progresso económico-social. Mas também não podem ser demasiado exigüas pois, nesse caso, dois ou três ambiciosos podem tomar conta delas e apossar-se depois do poder. Isto foi o que aconteceu no Togo, no princípio de 1963, quando meia dúzia de sargentos mataram o presidente Olympio e derrubaram o governo. E no Gabão, em fevereiro de 1964, três tenentes africanos prenderam o presidente M'Ba e tomaram conta do país sem dispararem um tiro. A polícia — que

assume na maior parte dos novos Estados africanos um papel primacial na manutenção da ordem — só se manifestou depois dos pára-quedistas franceses terem devolvido o poder ao presidente M'Ba.

Claro que casos d'estes só podem suceder em países praticamente desprovidos de fôrças militares (o Togo tinha pouco mais de uma Companhia e o Gabão apenas 400 soldados).

Sucede ainda que um pequeno efetivo tende à arvorar-se em elite que não tardará a querer-se impor, por vêzes ao próprio governo — que não dispõe de outros meios para lhe fazer face —. Éste é o caso do Congo ex-francês (onde o Abade Yulu foi deposto perante a passividade das tropas francesas), do Dahomé (onde o coronel Sableau se substituiu ao presidente Maga, sem que os soldados franceses tivessem intervindo) e, finalmente, na antiga África Oriental Inglesa — cujos chefes de governo (com exceção do de Zanzibar) só se mantiveram no poder por terem pedido a tempo a intervenção das tropas britânicas.

Verifica-se portanto que o rearmamento dos novos Estados africanos e a organização das suas fôrças armadas, é uma necessidade que todos os governos têm de satisfazer.

Simultâneamente — e até como medida de precaução utilizada pelos próprios governos, para fazer face a eventuais rebeliões militares — estão sendo criadas e instruídas importantes fôrças destinadas à polícia, à gendarmeria, à guarda fronteiriça, etc.

Há até países onde as fôrças policiais são numéricamente pouco inferiores às militares. E em outros quase só existem fôrças policiais.

De uma forma geral, o esforço feito para reorganizar estas fôrças de segurança interna não-militares, tem sido grande em toda a África e em diversos países algum resultado se tem conseguido. Em especial os nigerianos e os tanganicenses têm hoje fama de ser bons elementos policiais, os primeiros após quatro anos de eficiente atividade no Congo ex-belga e os segundos mantendo a ordem em Zanzibar após a revolta de janeiro de 1964 (e tendo talvez feito falta em Dar-es-Salam, quando umas semanas depois, se deu a revolta dos militares).

A polícia do Congo ex-belga não conseguiu manter-se aparte do caos e da corrupção que atingiu o exército e, de um modo geral, todo o país. Está agora a ser reorganizada por uma comissão composta por técnicos belgas, nigerianos e norte-americanos e dotada com um orçamento superior a meio milhão de dólares destinados à compra (nos Estados Unidos) de veículos de transporte, material de rádio-comunicações, uniformes e equipamento especializado. Os primeiros 4 000 polícias, instruídos na nova Escola Nacional da Policia, em Matete (Léo) serão destinados às três principais cidades congolesas: Léo, Éville e Stan.

Desta forma, tendo de fazer face à reorganização não só das forças militares como de todas as outras, não admira que a África esteja absorvendo substancial quantidade de armamentos.

E não há dúvida que o rearmamento da África independente é um caso digno da maior preocupação. O material de guerra que está sendo fornecido aos africanos não se destina apenas à reorganização das forças armadas dos novos Estados. Está servindo também para derrubar governos legalmente constituídos, para manter no poder governos corrompidos e impopulares, para iniciar ou fomentar movimentos subversivos e, finalmente, para atirar uns Estados contra outros (repare-se na atitude da Somália, da Argélia, etc.).

Não admira por isso que os próprios africanos se mostrem receosos das consequências que advirão da crescente assistência militar à nova África. E mesmo na Europa esta assistência é severamente criticada não só pelos chamados "cartíeristas" — devido às grandes despesas que acarretam para a própria nação —, mas também pelos que receiam que ajudando os Estados africanos a constituir exércitos, se facilite nesses Estados a eclosão de movimentos subversivos.

Não esqueçamos, porém, que este perigo não é menor do que o existente se os Estados não criassem os seus exércitos regulares. Há sempre quem venda armas e há sempre descontentes a adquiri-las. Se os governos africanos não dispuserem de forças militares em que se apoiem, o tribalismo subverterá novamente a África.

VI — AS BASES MILITARES ESTRANGEIRAS

Como resultado da evolução focada atrás, nota-se hoje uma tendência nítida para o abandono das bases militares estrangeiras em África (aliás a tendência é mundial).

Esta tendência parece satisfazer o orgulho nacional dos africanos e não está preocupando grandemente as antigas nações coloniais que pouco ou nada fazem para a contrariar.

Vejamos por exemplo o caso da França.

Embora os acordos militares estabelecidos após a independência tivessem concedido à França o direito de manter bases nos diversos territórios, o certo é que, umas vezes a pedido dos Estados africanos, outras por conveniência da própria França, muitas dessas bases têm sido evacuadas.

Em geral, esta evacuação ocorre sempre antes do prazo estipulado nos acordos previamente estabelecidos. Basta um pequeno atrito político (ou uma maior pressão exercida em conferência internacional), para os Estados africanos pedirem logo a retirada das forças estrangeiras — que, afinal, eram uma garantia para os próprios governos locais —.

Foi assim que os acôrdos militares entre a França, de um lado, e o Mali e o Alto-Volta, do outro, foram cancelados pouco mais de um ano após a assinatura, embora tivessem sido previstos para muito mais tempo. As bases do Mali (Bamako, Kati, Gao e Tessalit) foram encerradas na segunda metade de 1961, tal como as do Alto-Volta, em ambos os casos a pedido dos governos africanos locais.

Na mesma altura eram evacuadas as bases de Fez, Agadir, Marrakesh, Meknés e Khuribga, tôdas no Marrocos.

Igualmente, logo após a queda do Abade Yulu, em agosto de 1963 o novo regime do Congo ex-francês mostrou desejos de rever os acôrdos militares que haviam sido estabelecidos com a França. Este desejo concretizou-se abertamente depois da intervenção francesa no Gabão — realizada em fevereiro de 1964 com pára-quedistas da base congolese de Maya-Maya. O novo governo de Brazzaville não quis desagradar aos amotinados de Libreville nem aos Estados africanos que discordaram da intervenção francesa. Mas é curioso como se esqueceu de que os mesmos pára-quedistas franceses podiam ter ajudado o Abade Yulu a manter-se no poder, se De Gaulle para tal tivesse dado autorização.

O abandono da base de Bizerta, exigido pelo governo tunisino, deu lugar a sangrenta luta e a debates na ONU, tendo sido completado em outubro de 1963.

Por seu lado a Assembléia Nacional do Tchad pediu, em abril de 1964, a evacuação das fôrças francesas da base de Fort Lamy.

Em outros casos, o abandono das bases tem sido decidido pela própria França. Na Argélia, por exemplo, De Gaulle avançou de um ano a retirada de numerosas fôrças francesas. E há pouco foi anunciada a saída de 700 soldados franceses do Senegal. É curioso que o Presidente Senghor lamentou publicamente esta saída, dizendo que a presença das tropas francesas dava trabalho a centenas de trabalhadores senegaleses e que a sua evacuação equivalia para o Senegal a uma perda anual de 7 bilhões de francos CFA.

Também o presidente David Dacko, da República Centro-Africana, declarou que as bases francesas na África e, em especial, no seu país, eram uma garantia de estabilidade política... enquanto mantivessem a sua estrita atitude de neutralidade política.

De qualquer forma, a verdade é que a tendência é para diminuir o número de bases. O presidente do Congo ex-francês deu mesmo a entender, ainda há pouco, que a França iria retirar tôdas as suas fôrças da antiga África Equatorial. Admite-se, no entanto, que se opere algum reagrupamento num dos países da região.

Atualmente, a França mantém efetivos importantes apenas em Mers-el-Kibir (Argélia), Dakar (Senegal), Fort Lamy (Tachad) e Diego Suarez (Madagascar). As bases de Abidjám (Costa do Marfim), Maya-Maya (Congo ex-francês), Paraku (Dahomé), Libreville

(Gabão), Colomb — Béchar e Réganne (ambas na Argélia), etc., contam com efetivos muito reduzidos. No total, excetuando a Argélia, a França não tem hoje em toda a África independente, mais de 20 000 homens.

Quanto à Inglaterra, a primeira base que abandonou em África foi a do Suez, aliás forçada pelos próprios norte-americanos.

Não consta que tenha hoje bases militares na África Ocidental. Dispõe, sim, de missões militares na Serra Leoa, na Ghana e na Nigéria.

Na África do Norte, a tendência já assinalada atrás, dos países africanos — desejosos de agradar aos países socialistas e comunistas — não querem bases estrangeiras nos respectivos territórios, levou a Líbia, em março de 1964, a pedir à Inglaterra a revisão do acordo militar assinado em 1953. Este acordo autorizava o estabelecimento de bases e o trânsito de tropas inglesas em todo o território. O efetivo destas nunca chegou a ultrapassar os 2 000 homens, distribuídos pelas bases de Tripoli e Tobruk. Em troca o governo inglês subsidiava o da Líbia com dez milhões de dólares anuais.

Deve dizer-se que a atitude tomada pelo governo líbio reflete também o fato da Líbia ser hoje um importante produtor de petróleo. Deixou por isso de precisar dos subsídios que as bases lhe rendiam...

Da África Oriental, a Inglaterra está também retirando as suas tropas e substituindo-as por missões militares.

Do Quênia, as forças inglesas retirarão por completo até o final de 1964. Mas instrutores e técnicos, em especial da aviação, continuarão treinando as forças militares locais. Além disso, a RAF disporá de facilidades de vulto em todo o território e os navios de guerra ingleses poderão utilizar o porto de Mombassa.

No princípio de julho de 1964, o exército da Uganda — que era comandado pelo coronel inglês C. Groom — passou a sê-lo pelo coronel ugandês S. Opolot. Também os oficiais ingleses destacados junto do Quartel-General do exército ugandês foram substituídos por militares africanos. Os oficiais ingleses, embora tenham deixado de exercer qualquer comando efetivo, continuam na Uganda como conselheiros e instrutores. O ministro do Interior da Uganda, em plena Assembléia Nacional, agradeceu-lhes a sua ação "que permitiu restaurar a confiança após a revolta de janeiro de 1954". Entretanto, os pilotos e outro pessoal aeronáutico, são treinados por Israel.

Como dissemos atrás, Nyerere do Tanganica mostra-se pouco disposto a consentir tropas inglesas no seu território — agora que elas acorreram a tempo de o salvarem... Parece mais inclinado a receber auxílio da Alemanha, sua antiga metrópole.

Quanto à Rodésia do Norte (Zambia) e à Niassalândia (Malawi), as fôrças que atualmente mantêm a ordem são enquadradas por ingleses. Aliás são muito reduzidas, assumindo a polícia um papel preponderante.

A Bélgica constitui atualmente um caso à parte:

Na verdade, enquanto a França e a Inglaterra estão retirando as suas tropas dos seus antigos territórios coloniais, a Bélgica está regressando.

Esta afirmação é talvez um pouco ousada mas representa a realidade dado que, após a independência, nem um militar belga ficou no Congo. E hoje há centenas.

No entanto, não se pode dizer que exista uma base belga no Congo. Existem, sim, oficiais belgas instruindo o pessoal congolês de diversas bases. Calcula-se o seu número atual em 200. Além disso os aviões congoleses são, como dissemos atrás, pilotados e mantidos por cerca de cem técnicos belgas.

A assistência militar da Bélgica estende-se ainda ao Burundi e em especial ao Ruanda. Neste território ainda há oficiais belgas enquadrando as fôrças africanas.

VII — A ASSISTÊNCIA MILITAR DAS NAÇÕES SEM TRADIÇÕES EM ÁFRICA

Já vimos que os novos Estados africanos, para aparentarem verdadeira independência, estão procurando substituir a assistência militar das antigas metrópoles pela de outras nações.

Os Estados Unidos estão, sob este aspecto, desempenhando um papel muito importante. Mas é curioso como, aparentemente, os políticos norte-americanos nem sequer pensaram nas consequências militares de uma África prematuramente tornada independente.

O meio século de paz que a África conheceu enquanto foi governada pelas potências européias, deu aos norte-americanos (pouco conhecedores da realidade africana) a ilusão de que a mesma ordem e o mesmo sossego poderiam continuar após a independência. Além disso, apesar de, na última guerra mundial, terem utilizado a África para o ataque à Europa hitleriana, os norte-americanos pareciam não compreender que a defesa da Europa está intimamente ligada ao Canal de Suez e à livre utilização de numerosos portos africanos. E mostravam-se cépticos quando os portuguêses se esforçavam por lhes fazer acreditar na necessidade de considerar as suas províncias africanas como peças essenciais do sistema defensivo da NATO.

Foi só depois dos russos e dos checos terem fornecido armamento à Guiné ex-francesa, que os Estados Unidos começaram a

achar necessária uma sua ajuda militar a certos novos Estados africanos. Mesmo assim, a tendência era para conceber auxílio militar apenas àqueles países cujos governos fossem simpatizantes com o Ocidente (como a Etiópia) ou suficientemente ricos em recursos estratégicos para se tornar um perigo deixá-los deslizar para o campo comunista (como o Congo ex-belga).

Assim, foi o receio de entregar a África aos comunistas que fêz despertar os norte-americanos. Finalmente compreenderam que, subdesenvolvidos e politicamente instáveis como todos são, os Estados africanos encontram-se sob a ameaça permanente da subversão interna e só por adequadas medidas militares lhe podem fazer frente.

Esta compreensão levou os Estados Unidos a desenvolver ou a iniciar uma assistência militar que é hoje das maiores.

Simultaneamente, os norte-americanos estão abandonando as bases de que dispunham no norte da África. As de Marrocos, estabelecidas em 1950, foram transferidas para Espanha no princípio de 1963. E a enorme base líbia de Wheelus (a maior do mundo), situada próximo de Tripoli, deve ser evacuada em breve, a pedido do governo local.

Desta forma, a assistência militar norte-americana em África reduzir-se-á às suas (cada vez mais numerosas) missões militares, de que as da Libéria e da Etiópia são as mais antigas.

O Congo ex-belga é um dos grandes protegidos atuais, recebendo veículos, aviões, postos-rádio, etc. Também as forças policiais do Ruanda e do Burundi estão sendo equipadas pelos Estados Unidos, pelo menos no que respeita a veículos e a rádiocomunicações. Quase se pode dizer que a África ex-belga é um dos melhores mercados atuais para produtos militares norte-americanos. Mas os clientes antigos (Marrocos, Líbia, Sudão, etc.) não foram esquecidos e o auxílio à Guiné tende a ofuscar o anteriormente prestado pela Rússia.

*

Notável deve ser considerado o auxílio militar da Alemanha Ocidental para a organização e formação das forças armadas dos novos Estados africanos, e, em especial daqueles que foram suas colônias antes da primeira Guerra Mundial (Togo, Camarão, Ruanda-Urundi, Tanganica). Este auxílio somou 120 milhões de marcos em 1964 mas subirá para 167 em 1965. Novos acordos foram assinados com a Nigéria, Sudão, Tanganica, Madagascar e Congo ex-belga, os quais incluem o fornecimento de material militar e o estágio de numerosos africanos na Alemanha. Já em meados de 1963, mais de 300 militares alemães encontravam-se em missão de instrução em diversos países africanos.

Outros países seguem o exemplo dos Estados Unidos e da Alemanha, procurando prestar auxílio militar aos novos Estados afri-

canos (não é este auxílio uma das melhores formas de comprometer êsses Estados?).

O Egipto, por exemplo, não hesita em enviar verdadeiros corpos expedicionários aos países que considera em perigo de saírem da sua órbita. Foi o que sucedeu ao Yémen. E quando a Argélia e Marrocos se envolveram em árdua luta fronteiriça, logo Nasser enviou tanques e soldados para apoiar Ben Bella. É curioso que na altura houve quem acusasse os Estados Unidos de auxiliar Marrocos. Mas de ambos os lados abateram Migs russos, uns tripulados por argelinos (e egípcios) e outros por marroquinos...

Quanto à Rússia, o seu primeiro favorecido em auxílio militar foi o Egipto nasseriano. Passou depois ao Sudão e à Guiné ex-francesa (que cedeu aos terroristas de Amílcar Cabral o material com que eles lutam na nossa Guiné), a Marrocos, à Argélia independente, ao Mali, etc. Mas onde de fato, parece estar bem segura é na Somália com cujo governo estabeleceu um acordo para a formação de um exército de 20 000 somalis. A Somália dirigira-se anteriormente a algumas nações ocidentais, tendo ficado assente que a Alemanha Federal se encarregaria de instruir as forças armadas somalis, sob financiamento da Itália (antiga metrópole) e dos Estados Unidos. Repentinamente, porém, a Somália voltou-se para a Rússia que, segundo parece, lhe fez propostas muito vantajosas. Desta forma os atuais 4 000 militares somalis passarão a ser em breve 20 000 e disporão de aviação e outro material russo moderno. Claro que esta força é desproporcionada para as necessidades internas da Somália — um país desértico, povoado por menos de dois milhões de nômadas —. A Etiópia e o Quénia admitem por isso que ela venha a ser empregue na anexação dos territórios daqueles países sobre cuja posse a Somália se julga com direito.

De qualquer forma, a Somália vai ser o primeiro país africano a usar exclusivamente material e técnica militar russos.

Dos outros países comunistas, a Alemanha Oriental parece ter fornecido algum material a Zanzibar, e a Tcheco-Eslováquia ao Egipto, ao Mali e à Guiné ex-francesa. A China comunista, ansiosa por se mostrar agradável aos africanos, prepara-se para vender armas a Zanzibar, ao Burundi, ao Congo ex-francês e aos chefes dos movimentos subversivos.

Segundo parece, a atual rebelião no Congo ex-belga é fomentada pela China Popular não só com armas mas até com quadros, tendo sido anunciada a morte de um comandante chinês durante combates travados com as forças congolesas. Por outro lado, o Tangânicas é o primeiro Estado africano a receber uma missão militar chinesa que treinará as suas forças terrestres (a aviação é treinada pela Alemanha Ocidental). O presidente Nyerere justificou a sua estranha atitude dizendo que em janeiro de 1964 as suas tropas se ha-

viam rebelado e, no entanto, eram treinados por uma nação ocidental (a Inglaterra). Por isso ele agora resolvia experimentar o auxílio militar da China comunista...

Em nosso entender, a presença de missões militares chinesas no Leste africano, reveste extraordinária importância e pode vir a ser tão ameaçadora para o Ocidente como para a Rússia.

Anote-se finalmente que a Itália e Israel competem na formação das forças aéreas de diversos novos Estados. Aliás Israel treina também comandos e pára-quedistas.

VIII — O VALOR REAL DAS FORÇAS ARMADAS AFRICANAS

A descrição que fizemos da evolução das estruturas militares na África atual não nos permite um grande otimismo quanto ao valor real atual das forças armadas dos novos países africanos.

Aliás esta conclusão poderia ter sido tirada da apreciação de algumas recentes atuações dessas forças.

Na verdade, os israelitas desbarataram os egípcios com a maior facilidade. Os pára-quedistas belgas dominaram a soldadesca congolesa amotinada, em poucos dias. Algumas centenas de soldados ingleses chegaram para sufocar rapidamente as rebeliões do Tanganica, da Uganda e do Quénia. Cento e cinquenta comandos franceses acabaram em escassas horas com a revolta militar no Gabão. E bandos de rebeldes, por vezes armados apenas com paus e setas, são o suficiente para porem em fuga desordenada, batalhões inteiros do chamado Exército Nacional Congolês.

Por outro lado, a revolta dos Mau-Mau, a rebelião na Argélia, o terrorismo em Angola e na nossa Guiné, mostram que os africanos não são tão maus combatentes como se poderia inferir das débeis atuações ultimamente levadas a cabo por forças regulares de diversos dos novos Estados africanos. Na Argélia, por exemplo, alguns milhares de "fellaghas" deram que fazer, durante 7 anos, a meio milhão de soldados franceses bem armados. É fato que o desfecho da luta foi de natureza política. Mas se assim aconteceu foi porque a decisão militar não se conseguiu impor. E, de resto, no Quénia, não durou três anos a luta de milhares de soldados ingleses contra os Kikuyus, apesar da desigualdade flagrante do armamento empregue dos dois lados? .

Como se poderá justificar este comportamento tão antagônico dos combatentes africanos?

Em nossa opinião, por duas formas principais.

A primeira poderia sintetizar-se em uma só palavra: enquadramento.

Na verdade, os africanos, quando bem enquadrados por sargentos e oficiais competentes, quase sempre se mostraram bons soldados. Foi assim que combateram nas duas guerras mundiais. E foi assim que a paz entre as populações africanas foi mantida nos últimos 60 anos até à febre das independências, sempre aliás com efetivos reduzidíssimos. A presença do sargento ou do oficial branco tornavam qualquer força eficiente e respeitada.

A rapidez com que os novos Estados africanos ascenderam à independência, impediu-os de disporem hoje de bons quadros militares. Não é por vestir um uniforme de coronel que qualquer africano está apto a comandar um regimento. Um bom quadro, mesmo de sargentos, leva muitos anos a formar e necessita algo mais que instrução técnica. Necessita, por exemplo, tradição e espírito militar — inexistentes nos atuais exércitos da África Negra —.

Para mais — e aqui reside a segunda forma justificativa para o desconcertante comportamento dos combatentes africanos — a influência da própria mentalidade africana é evidente. Durante séculos os africanos guerrearam-se entre si. Mas fizeram-no em lutas de emboscadas, levadas a cabo sob a influência do fetichismo que ditava a oportunidade do seu início ou da sua suspensão. Além disso, o combate entre tribos sempre foi uma luta cruel mas rápida, em que o grupo mais fraco ou com mais baixas se retirava com facilidade sem que a fuga lhe parecesse desonrosa. O entusiasmo e o desânimo andavam a par, faltando a coragem para os separar.

Esta mentalidade ainda hoje se manifesta, fazendo do africano um razoável elemento subversivo mas um deficiente soldado — se não for convenientemente enquadrado.

Podemos também referir aqui a perniciosa ação exercida pela politização das forças armadas africanas. Esta ação é flagrante no Congo ex-belga, onde os políticos de maior nomeada dispõem de autênticas milícias privativas. Estas milícias atuam pela subversão e pelo terrorismo enquanto os seus "leaders" políticos estão na oposição. E são "integradas" no exército regular quando êsses "leaders" sobem ao poder ou concordam participar na chamada "reconciliação nacional". Sucedeu assim em 1961 e está sucedendo outra vez agora. Kalongi, por exemplo, aceitou fazer parte do novo governo dirigido por Tshombé, desde que fossem "integrados" no exército congolês cerca de cem "oficiais" seus que andavam a monte no Kasai-sul. Lubaya fez outro tanto para mais uma centena de rebeldes mulélistas. E os antigos gendarmes Katangueses que tinham fugido para o mato, voltaram quase ao mesmo tempo que Tshombé. Ainda assim, êstes últimos são os elementos de maior valor militar — se devidamente enquadrados por europeus, tal como atuavam na Katanga independente. Mas os outros rebeldes nada têm de militares. A sua "integração" no exército só vai debilitar a já escassa disciplina. Quando lhes apetece, desertam ou entregam-se ao inimigo, em

especial se éste sabe reavivar-lhes as antigas inclinações políticas, como é o caso do Stanleyville, tomada pelos rebeldes de Sumialot no princípio de agosto de 1964, graças à convivência de parte das forças da guarnição local. Estas forças eram simples "jeunesses" terroristas em 1960, atuando por conta de Lumumba e de Gizenga enquanto a região estivera fora do domínio do governo central de Léo. Depois da submissão do território, elas foram "integradas" no exército regular congolês. E agora, passaram-se novamente para os rebeldes.

Podemos portanto afirmar que, de uma forma geral, as forças armadas africanas carecem de quadros eficientes, estão ainda sujeitas à influência tribal e acham-se mais ou menos politizadas.

Sendo assim, parece que podemos admitir estar hoje a África numa posição dificílima, sob o aspecto militar. Em caso de guerra, é muito natural que ela nem tenha força para proclamar a neutralidade tão confessadamente desejada pelos seus atuais "leaders".

Sem dúvida que, como vimos, se trabalha ativamente na organização das forças armadas dos novos Estados africanos. Mas antes que alguma coisa de eficiente se consiga, passar-se-ão muitos anos. Além disso, excetuando o Egito e a África do Sul — que realmente dispõem de forças armadas numerosas e bem armadas suscetíveis de fazer frente a qualquer inimigo ou de serem aplicadas extraterritorialmente (4) — todos os outros Estados estão procurando apenas organizar exércitos "para uso interno". A indicação de alguns efetivos atuais chega para demonstrar o que afirmamos. Assim, a Etiópia e a Nigéria terão uns 50 000 homens e Marrocos, a Argélia, a Tunísia e o Congo ex-belga entre 18 000 e 25 000. Dos outros Estados, a maior parte pouco mais tem que forças policiais. A Serra Leoa dispõe de 2 000 soldados regulares, a Somália 4 000, a Libéria outros tantos (além de 2 300 guardas fronteiriços), o Sudão 15 000 (e 4 000 polícias), a Ghana 10 000 (para 7 000 policiais), a Guiné nus 9 000, o Mali pouco mais de 5 000 (5), etc.

(4) O Egito melhorou muito as suas forças armadas nos últimos anos. Atualmente dispõe de 100 000 homens, mais de 700 tanques e várias centenas de aviões além de 50 000 guardas nacionais. Já tem foguetões de alcance médio.

A África do Sul dispõe do melhor exército do continente: cerca de 140 000 homens bem treinados e equipados, além de 200 000 reservistas. Falta-lhe, porém, petróleo, atual nervo da guerra, e admite-se que a sua Aviação não seja tão forte como a egípcia, embora ultimamente tenha sido reforçada com caças a jato "Mirage" do último modelo. Estão em acabamento três fábricas de munições e no país são montadas armas automáticas belgas e autometralhadoras francesas. A indústria de armamento tem progredido imensamente nos últimos tempos, procurando tornar-se autosuficiente.

(5) No Mali e na Guiné ex-francesa as forças armadas têm comissários políticos idênticos aos utilizados nos países comunistas. É curioso que o movimento terrorista da nossa Guiné, o Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), também já tem comissários o que não admira pois foi organizado e atua desde a Guiné ex-francesa.

Em caso de conflito mundial, estes efetivos pouco ou nada representam e estão longe de serem suficientes e eficientes para fazer respeitar a integridade dos respectivos países. A primeira das grandes potências que desembarcar não terá dificuldades de maior em se apoderar do território.

Foi talvez por (finalmente) compreenderem como é perigosa a atual debilidade militar africana, em caso de uma futura guerra, que os norte-americanos começam a mostrar-se apreensivos. Ainda em maio de 1964, o Secretário do Estado norte-americano, Dean Rusk, declarou em Bruxelas que a segurança da África era vital para a NATO.

Esta declaração nada tem de original como, em especial nós portuguêses, sabemos. E, no entanto, curiosa e por mais de uma razão. De fato, parece revelar uma certa evolução da mentalidade norte-americana. E, por outro lado, suscita várias perguntas, a principal das quais talvez possa ser: "como entendem os Estados Unidos que poderá ser conseguida a segurança da África Independente por forma a dela beneficiar a NATO?"

Certamente não será armando à pressa os 35 Estados africanos. Já vimos que mesmo que tal suceda, essas forças armadas pouco valor terão numa guerra mundial. Nem mesmo o tal exército africano (tão preconizado por Nkrumah) teria real importância, além de que, se tivesse, é muito duvidoso que ela pudesse ser útil à NATO.

CONCLUSÕES

Embora a traços largos, julgamos ter dado uma idéia da evolução e do estado atual das estruturas militares da África.

Numerosas são as conclusões que se podem tirar. Indicaremos apenas aquelas que julgamos mais importantes.

Começaremos por afirmar que o enquadramento tradicional das forças africanas por oficiais e sargentos brancos, deixou de ser aconselhável nos novos Estados africanos. Politicamente os governos locais são forçados a rejeitá-lo. E militarmente é uma modalidade condenada pois os militares africanos perderam o respeito aos quadros europeus. A disciplina deixou de ficar garantida, como as revoltas do Congo e do Tanganica demonstraram tão exuberantemente.

Em substituição dêste enquadramento aparece a criação de "missões militares" dotadas de funções múltiplas mas que normalmente não podem tomar decisões de comando nem participar diretamente em operações militares. Além disso a tendência é para utilizar missões de vários países e não de um só país — e muito menos só da antiga metrópole —. No entanto, a utilização de missões militares da ONU não se verifica nem é desejada e a de missões estrangeiras

africanas, embora prevista, não será praticável nos anos mais próximos. Mas a de países que nunca marcaram presença na África, parece ser aceite com crescente simpatia.

O complexo do neo-colonialismo e os pruridos da soberania tendem a acabar com a presença de bases militares estrangeiras nos novos Estados. Para já, porém, admite-se que pelo menos nos territórios ex-franceses, se verifique não um abandono total das bases existentes mas, sim, um reagrupamento em um ou dois dos países menos atingidos por aquêle complexo. Em qualquer caso, os efetivos militares europeus em África serão cada vez mais reduzidos e os governos atuais terão de ser muito rápidos em pedir a intervenção das fôrças européias para se manter no poder, porque elas acabarão por estacionar fora do continente.

Das conclusões que apontamos até agora, resulta uma outra: os acordos militares assinados após a independência deixaram de ter validade, pelo menos em grande parte.

Própriamente no que respeita à reorganização das fôrças armadas africanas, é evidente o desejo de acelerar a formação de quadros nacionais por meio de um desdobramento da instrução militar no próprio país e no estrangeiro. É também nítida a tendência para a criação de unidades especiais (comandos e pára-quedistas) e para dar à polícia local possibilidades, efetivas, treino e equipamento que lhe permita um papel preponderante na manutenção da ordem. É ainda claro o esforço orçamental realizado em todos os novos Estados na reorganização das suas fôrças armadas — esforço esse que se traduz num colossal afluxo de armamento à África atual.

Finalmente terminaremos por realçar a atual debilidade geral da África, no campo militar internacional, devida, por um lado, à progressiva retirada dos quadros e das guarnições européias e por outro, à reorganização que se está operando e que levará anos a alcançar alguma eficiência prática. Esta debilidade não dá sequer à África a garantia de poder impor a sua neutralidade em caso de guerra entre os grandes poderes mundiais. Além disso não favorece o Ocidente mas pode prejudicá-lo. O bloco agressor anti-Ocidental (consideramos que o Ocidente é incapaz de desencadear a guerra) não encontrará resistência importante e ocupará, desde a primeira hora, os melhores portos africanos, as bases mais bem situadas, os jazigos minerais mais ricos.

Se exceptuarmos as províncias portuguêssas, dotadas de fôrças armadas eficientes e disciplinadas, podemos dizer que a África será para os aliados mais uma preocupação e um fardo que uma ajuda.

E nas duas guerras anteriores foi ela quem lhes deu a vitória.

EXPANSIONISMO MERIDIONAL LUSO-BRASILEIRO

(Conclusão)

Cel Cav MOACYR RIBEIRO COELHO

Oficial de Estado-Maior

3^a PARTE — LUTAS PELA MANUTENÇÃO DA POSSE

I — LUTAS EM TORNO DA COLÔNIA DO SACRAMENTO

A — PRIMEIRO ATAQUE À COLÔNIA

Apenas fundada a Colônia do Sacramento e já o Governador de Buenos Aires, Dom José de Garro, intimou Manuel Lôbo a evacuar a praça e, com a aprovação do Vice-Rei do Peru, organizou uma expedição militar que confiou ao comando do Mestre-de-Campo Vera Mujica.

Este, a 6 de agosto de 1680 surgiu ante o campo entrincheirado de Sacramento comandando um forte contingente formado por tropas espanholas recrutadas nas províncias de Buenos Aires, Córdova, Tucumã e Paraguai além de um grande contingente de índios missionários, mais de 2.000 cavalos de investida e 200 bois de carreto para tracionar a artilharia. O deslocamento dêste, para a época, poderoso exército, fêz-se em 30 jangadas que transportaram 1/3 do efetivo, marchando o restante por terra, ao longo das ribanceiras, de modo a não perderem o contato com as embarcações. Precedidos dos cavalos chucros, seguiam 3.000 índios combatentes organizados em 3 brigadas sob o comando dos índios João de Aguillera, João de Fructos e Alexandre Aguirre; na cauda, os soldados espanhóis de tropa a sólido, ao comando do Mestre-de-Campo Dom Francisco de Gusman y Tejada, da cidade de Córdova. Em Buenos Aires permaneciam 2.000 homens para a defesa da cidade.

O curioso plano de ataque do chefe espanhol — que consistia em lançar a bagualada alçada, precedendo o assalto dos guaranis — foi modificado a pedido dêstes que, com razão, temeram sucumbir às patas dos animais quando êstes, assustados pelas bombardas do Forte, refluxsem sobre a tropa indígena que lhes seguia no encalço.

No decorrer do dia 6 os espanhóis reconheceram a posição portuguesa e, aos primeiros albores do dia seguinte, deram início ao combate lançando ao assalto as hordas guaranis que, encorajadas pelo número, caíram sobre as fortificações de forma avassaladora, despre-

zando o fogo cerrado dos defensores. A massa informe dos guerreiros bravios, sedentos de saque, enchia os fossos de cestões e faxinas humanas enquanto que novas levas, subindo umas sobre as outras, iam galgando as escarpas e parapeitos até chegarem ao combate corpo a corpo.

A derrota dos portuguêses, apesar do extremo valor com que se bateram, era inevitável. Muito inferiores em número foram dominados depois de 3 horas de combate corpo a corpo que vitimou a maior parte da guarnição, inclusive o Capitão Manuel Galvão e sua esposa que combateu ao lado do marido até ser mortalmente ferida.

Mal iniciada pela carência de tudo, sem elementos de subsistência, excessivamente afastada dos outros pontos de apoio, a Colônia teria de enfrentar quase sózinha um inimigo poderoso que contava com o auxílio dos jesuítas e dos seus exércitos, milhares de índios aguerridos e ávidos de saque.

Devastada a praça, que se tornou prêsa de selvageria dos índios do Padre Altamirano, foram os prisioneiros conduzidos para Buenos Aires e daí para Lima. Dom Manuel Lôbo, devido a seu estado de saúde, foi levado para Córdova, de onde retornou a Buenos Aires ai falecendo em 7 de janeiro de 1883.

O Tratado Provincial de 1682 determinou a entrega da Colônia aos portuguêses recebendo-a de volta o governador do Rio de Janeiro, Duarte Teixeira Chaves, a 12 de fevereiro de 1683, que a entregou à direção do Mestre-de-Campo Cristóvão de Ornelas Abreu.

Dom Francisco Naper de Lancastre, assumiu o comando da Praça de Guerra em 1689 e realizou uma administração fecunda até 1699, quando foi substituído por Sebastião da Veiga Cabral.

B — SEGUNDO ATAQUE A COLÔNIA

Passados vinte ano de paz na Colônia, mas durante os quais Portugal não procurou expandir a sua colonização por outros pontos da costa, começaram os acontecimentos europeus a preocupar o governador Veiga Cabral que providenciou o reaparelhamento das fortificações e obras de defesa. O motivo de apreensão residia na Guerra de Sucessão da Espanha (1700/1714), motivada pela disputa da coroa desse país pretendida por dois candidatos: o Arquiduque Carlos, apoiado pela Áustria, Inglaterra, Holanda e Prússia e Felipe V, neto de Luiz XIV, que era sustentado pela França, Baviera e Espanha.

Portugal que, em 1701 firmara a aliança com a Espanha, em 1703 passou-se para a Inglaterra motivando represálias de Felipe V que ordenou ao governador de Buenos Aires, Mestre-de-Campo Dom Alonso de Valdez Inclan se apoderasse da Colônia do Sacramento.

Para Buenos Aires, a Colônia representava um grande inconveniente de natureza econômica em virtude de intenso contrabando de fumo, açúcar, bebidas alcoólicas e escravos negros que por ali transi-

tavam ao mesmo tempo que se fazia importação clandestina de farinha de trigo, charque e pão. A importância desse intercâmbio fazia-se sentir em Buenos Aires através da diminuição das rendas públicas.

Os preparativos para o sítio começaram em junho de 1704, tendo Inclan solicitado reforços de Tucumã, do Paraguai e das Missões Jesuíticas. Do Vice-Rei do Peru recebeu um contingente de tropas espanholas. Dispunha o governador de Buenos Aires, nessa cidade, de cerca de 2.000 homens entre tropas regulares, milicianos e índios. Para o comando do exército invasor foi nomeado o Sargento-Mor da Praça de Buenos Aires, Dom Baltazar Garcia Ros e comandante da Cavalaria o Capitão Dom Martins Mendez, perfazendo o efetivo total 6.000 homens, bem apoiados por artilharia.

A travessia do rio, numa distância de oito léguas, foi feita em uma sumaca, duas lanchas e uma barca, permanecendo em Buenos Aires guarnição suficiente para atender à defesa da cidade.

A 18 de outubro de 1704 apresenta-se Inclan frente à Colônia e após uma série de formidáveis e cruéis combates, Veiga Cabral abandona a praça embarcando na esquadra portuguesa chegada em seu socorro. Antes de abandonar a fortaleza, Veiga Cabral embarcou toda a artilharia menos seis peças de grande calibre que mandou encravar bem como fêz embarcar a totalidade dos soldados e moradores com seus objetos de valor. A seguir foi a praça incendiada, de modo que quando os espanhóis aí penetraram a 16 de janeiro de 1705 encontraram-na arrasada.

O sítio, que durou seis meses, foi dos mais severos e comportou diversas investidas infrutíferas.

Durante dez anos ficaram as ruínas da Colônia abandonadas até quando, em 1716, o Mestre-de-Campo Manuel Gomes Barbosa, nomeado governador tomou posse do cargo em virtude de ter a fortaleza revertido à soberania portuguesa por efeito do Tratado de Utrecht (1715).

Pode-se datar daí a verdadeira fase militar da Colônia do Sacramento que, até então, abstraindo de uma pequena guarnição e uns poucos casais, não recebera o influxo do povoamento. Desta vez, porém, trazidos pelo Sargento-Mor Antônio Rodrigues Carneiro, recebeu a Colônia sessenta casais de agricultores e artífices oriundos de Trás-os-Montes, cujos descendentes irão povoar o Presídio do Rio Grande em 1737, quando de sua fundação.

Em 1718, juntamente com tropas trazidas do Reino e do Rio, um total de 333 pessoas aportam à Colônia. Com este impulso, e a radicação do homem à terra, ela prosperou grandemente desenvolvendo atividades várias, indústria e comércio.

C — ASSÉDIO DE 1735/1737 — FUNDAÇÃO DO PRESÍDIO DO RIO GRANDE

Quando, em 1712, as relações luso-espanholas foram restabelecidas, o Tratado de Utrecht (6 Fev 1715), nos seus arts. V, VI e VII, tentou solucionar a pendência relativa à Colônia do Sacramento.

A maneira pouco clara, porém, como foram redigidos êsses itens do Convênio acarretou uma série de complicações e inconvenientes de profundas conseqüências.

A dúvida nasceu, principalmente, da interpretação que deveria ser atribuída à palavra "território", do art. VI do Tratado. Os espanhóis opinavam que se referia, apenas ao território correspondente ao alcance de um tiro de canhão, enquanto que os portuguêses queriam que comprehendesse toda a margem setentrional do Prata.

Tais divergências é claro, teriam que embaraçar a missão do governador de Santos, Manoel Gomes Barbosa, encarregado pelo governo português de receber a Colônia.

Barbosa chegou ao Prata em fins de outubro de 1716, recebendo o núcleo português em novembro do mesmo ano.

A primeira metade do ano de 1717 foi gasta na normalização da vida na praça portuguêsa.

As impertinências dos espanhóis fizeram com que Gomes Barbosa escrevesse uma carta ao Rei de Portugal, solicitando instruções relativas aos limites que deveriam ser restabelecidos entre portuguêses e espanhóis e, ao mesmo tempo, sentindo o isolamento em que se achava a Colônia do Sacramento, sugeriu a fundação de outro povoado na região onde hoje se ergue a cidade de Montevidéu.

Durante o governo de Barbosa chegaram cerca de sessenta casais, que deram um grande impulso à Colônia.

O desenvolvimento do núcleo português não passava despercebido dos espanhóis os quais insistiram, sem resultados práticos, em manter os lusos dentro dos limites de alcance de um tiro de canhão.

O substituto de Gomes Barbosa foi o Mestre-de-Campo Antonio Pedro de Vasconcelos.

O novo governador, que assumiu o cargo em março de 1722, teve oportunidade de receber ordens do próprio Rei de Portugal, Dom João, nas quais afirmava que "a praça da Colônia era de tanta importância para a sua Coroa que não a trocaria pelo mais vantajoso equivalente que lhes oferecessem os castelhanos". Este fato mostra o interesse que o Rei tinha em efetivar sua soberania na margem setentrional do Prata.

Circulando naquela ocasião, rumores de que os espanhóis tentavam instalar-se na região de Montevidéu, decidiu Dom João, em junho de 1723, que os portuguêses deviam preceder seus rivais neste intento.

Foi encarregado da missão o Mestre-de-Campo Manuel de Freitas da Fonseca, o qual, em novembro de 1723, desembarcando na região escolhida, ali ergueu uma pequena fortificação.

A reação espanhola foi imediata. Dom Bruno Zabala, no momento Governador de Buenos Aires, ao mesmo tempo que protestava junto

ao Governador da Colônia, organizou uma expedição para desalojar os portuguêses.

Atemorizado com as ameaças feitas por Zabala, resolveu Manuel da Fonseca retirar-se para o Rio sendo por isso, preso e submetido a Conselho.

Com a retirada dos portuguêses, Zabala instalou-se no ponto cobiçado.

Seguiram-se anos de relativa calma, durante os quais os lusos foram, silenciosamente, estendendo seu domínio.

Um fato, no entanto, preocupava o dirigente da Colônia. Era êle a ocupação de Montevidéu a qual dificultava sobremodo a ligação pelo litoral. E a descoberta de um caminho terrestre que ligasse a Colônia a algum ponto da costa brasileira, passou a ser a principal preocupação de seu governador.

A substituição de Bruno Zabala por Dom Miguel Salzedo, em 1734, veio reacender as hostilidades no Prata. É que o governador trazia ordens severas para encerrar os portuguêses nos limites que o Rei de Espanha julgava de acordo com o Tratado de Utrecht.

Logo após sua chegada a Buenos Aires, Salzedo enviou uma carta a Vasconcelos dando notícia de suas intenções e convidando o representante português a iniciar os entendimentos necessários.

O Governador da Colônia do Sacramento, sem podêres e sem instruções recusou qualquer acordo sob o fundamento de que, se na realidade, Sua Majestade Católica tinha enviado aquelas ordens, não deveriam tardar instruções no mesmo sentido da Corte de Lisboa.

Salzedo ainda procurou convencer Vasconcelos, mas, sem conseguir o que desejava, rompeu relações com os portuguêses e iniciou os preparativos para atacar a praça.

O Governador da Colônia apresentou imediatamente um protesto formal, datado de 15 de maio de 1734 o qual teve como resposta uma ameaça de Salzedo de que "a não contar-se a guarnição da Colônia nos limites do tiro de canhão, ficaria o Governador dela responsável por todos os danos e perdas que se seguissem para os dois Monarcas e que, na falta desta regularidade, forçosamente se havia de usar o direito que corresponde em semelhante caso, pois só com armas se proporcionava a devida satisfação de um agravio tão notório".

A resposta de Vasconcelos foi dada à altura e afirmava que "enquanto o Senhor Dom Miguel de Salzedo não lhe fizesse ver o escrito público da convenção ou ajuste entre as coroas de Portugal e de Castela, estipulando que o território da Colônia se regula pelo alcance de um tiro de canhão, reputaria por violência e perturbadora da paz qualquer operação que se encaminhe direta ou indiretamente a obrigar tão estranha novidade".

Em junho de 1734, chegou uma embarcação à Colônia, vindas diretamente de Lisboa, trazendo a notícia da possibilidade de uma guerra próxima entre Portugal e Espanha.

Estavam os acontecimentos neste pé, quando, em setembro de 1735, Salzedo recebeu ordens da Corte para iniciar as hostilidades.

Ansioso que estava por esta determinação, convocou sem perda de tempo suas forças e com o auxílio de 10.000 índios pedidos de reforço ao Paraguai, atravessou o rio e sitiou a praça portuguêsa.

O cerco impôsto pelos espanhóis aumentava as dificuldades da Colônia dia a dia. Os gêneros escasseavam, a fome se avizinhava e não chegavam os reforços esperados do Rio de Janeiro.

Disposto a aliviar êsse estado de coisas, resolveu o governador português apossar-se do núcleo espanhol de Montevidéu. Foi encarregado da missão o Brigadeiro Silva Paes que partiu de Santa Catarina em agosto de 1736.

Ao chegar ao Prata, verificou o Brigadeiro Silva Paes que suas forças eram bem inferiores às espanholas e, em consequência, reuniu um Conselho de Guerra, no qual ficou decidida a não realização do ataque.

A notícia dêsse insucesso causou grande desapontamento em Gomes Freire que, não obstante, procurou reforçar a expedição de Silva Paes, e transmitiu-lhe a ordem de fundar um novo núcleo na região da bôca do Rio Grande.

A idéia dessa fundação era antiga e visava facilitar a ligação terrestre com a Colônia do Sacramento.

Decidido a cumprir pelo menos parte de sua missão, deixou Silva Paes alguns elementos bloqueando Montevidéu e dirigiu-se para o Rio Grande onde fundou, em 1737, o Presídio de São Pedro, ou de Rio Grande de São Pedro, novo pôsto avançado do domínio português na América.

O insucesso na conquista de Montevidéu deixou a Colônia do Sacramento isolada entre aquêle núcleo espanhol, que lhe cortava as ligações, e o Rio São João que limitava as comunicações por terra. As hostilidades no Prata foram suspensas com a chegada, em princípios de setembro, da notícia da assinatura do armistício datado de março de 1737, celebrado entre Portugal e Espanha, e no qual se estabelecia que as coisas ficariam no mesmo estado em que se achassem no momento em que as ordens chegassem, até o ajuste definitivo das reclamações pendentes.

Continuavam, dêsse modo, os portuguêses na posse da Colônia, mas o governo de Buenos Aires manteve o pesado bloqueio que causava enormes prejuízos ao comércio português.

Salzedo foi substituído, em outubro de 1740, por Dom Domingo Porti Rosas, o qual, por sua vez, teve como sucessor Dom José Andonaegui que assumiu o governo em dezembro de 1745.

A substituição do Brigadeiro Antônio Pedro de Vasconcelos teve lugar em fevereiro de 1749 depois de 27 anos de um governo cheio de lutas mas também pontilhado de ações dignas de serem citadas. Seu substituto foi Luís Bivar.

Esta foi a última vez em que a disputa militar girou em torno da posse da cidadela. Segue-se, como se verá, a guerra guaranítica que não repercutiu militarmente na Colônia.

A partir de 1760, porém, as lutas assumem maiores e mais amplas proporções e os embates que envolvem a Colônia não o fazem mais de forma isolada visto que ela, agora, já se entrosa no Continente de São Pedro o qual passará a constituir o grande objetivo das disputas.

II — O TRATADO DE MADRI E A GUERRA GUARANÍTICA

A onerosa e improdutiva campanha de 1735/1737 sustentada na América por Espanha e Portugal, deve ter servido para evidenciar aos respectivos governantes quanto à necessidade de procurar limites mais coerentes para as Colônias do que o imaginário meridiano de Tordesilhas. A situação das lindes territoriais, a essa altura, estava tão profundamente perturbada que já não mais seria possível pretender a Espanha restaurar a fronteira de 1494, aliás nunca respeitada pelos paulistas.

Da linha de demarcação de Tordesilhas que, partindo da Ilha de Marajó afundava no oceano à altura de Iguape (ou Laguna, segundo os cálculos mais favoráveis), a fronteira de fato já andava, ao sul, pela margem setentrional do Prata e atingia pelo Oeste a linha dos Rios Paraguai, Madeira e Javari e que equivale a dizer, constituída com ligeiras diferenças a fronteira atual do Brasil.

Essas circunstâncias criaram em ambas as Côrtes uma mentalidade acomodatícia, favorável a um acordo pacífico e razoável, aspiração que era reforçada pelo estreito grau de parentesco entre os imperantes. Realmente, quando em 1746 Fernando VII ocupou o trono espanhol, seu matrimônio com D. Bárbara de Bragança, filha de Dom João V, de Portugal, estabeleceu entre as duas casas uma estreita relação de familiaridade.

Facilitado por este clima de entendimento e compreensão celebrou-se, então, o Tratado de Madri (1750) o qual, na região Sul estabeleceu a fronteira pelo Ibicuí até o Uruguai, por este abaixo até o Peperiaguaçu e por este até as suas cabeceiras; daí em linha reta até o Santo Antônio e por este até sua foz no Iguaçu.

Este convênio — que tanto honra os governantes e diplomatas que o conceberam e levaram a efeito — tem o seu ponto alto na permuta

amigável da Colônia do Sacramento pelos Sete Povos das Missões, ato que caracterizava por parte de Portugal a desistência no condomínio do estuário dando-lhe, ao mesmo tempo, uma compensação territorial que lhe permitia levar até uma divisa natural e lógica a raia divisória do Brasil.

Com isso estariam abolidas as dissensões que, havia mais de dois séculos, desgastavam as energias colonizadoras das duas potências ibéricas. O tratado, malgrado o inconveniente de deslocar os índios missioneiros, inconveniente sem dúvida ponderável, constitui elevado exemplo de espírito prático, moderação e inteligência e cujo acerto os fatos posteriores se encarregaram de patentear, embora por caminhos que não os da paz que o acôrdo preconizava.

Opiniões de peso, todavia, manifestaram-se desde o início contra o convênio de Madri, motivadas por duas razões principais: de um lado, os jesuítas movimentaram o seu prestígio universal no sentido de manterem a posse de um território de que se julgavam possuidores; e de outro, uma importante corrente de políticos e comerciantes interessados no rendoso contrabando que se operava através da Colônia, desenvolveram, por razões óbvias, considerável influência em oposição ao tratado que, apesar de tudo, entrou em execução devido à plêiade extraordinária de homens valorosos que tomaram o encargo de efetivá-lo.

A aplicação do convênio foi confiada a comissões designadas pelas duas nações e comportavam duas equipes de demarcadores: uma para o Amazonas e outra para o Rio da Prata.

Para chefiar os trabalhos nesta área Portugal designou Governador do Rio de Janeiro, Gomes Freire de Andrade e a Espanha indicou o Marquês de Val de Lírios, Ministro do Conselho das Índias.

Iniciados os trabalhos em Castilhos Grandes a 1 Out 1752, tiveram que ser interrompidos quando alcançavam os demarcadores a capela de Santa Tecla, estância do Uruguai, onde ocorreram sinais de conspiração e insubordinação dos índios que, chefiados por José Tiaraju, mais conhecido por Sepé, manifestavam sua oposição em acatar as decisões do tratado, alegando que as terras lhe pertenciam por vontade de Deus e designação de São Miguel.

Também contra os postos lusos que gravitavam em torno do baixo Jacuí, manifestou-se a rebeldia indígena, insuflada discretamente pelos jesuítas.

Mas as Côrtes, decididas como estavam em efetivar o tratado, não hesitaram em empreender a luta contra os índios, luta que passou à História com a denominação de

GUERRA GUARANÍTICA

Esta guerra compreende duas campanhas: a primeira realizada em 1754 e a segunda em 1755/56.

Na primeira escaramuça, de acordo com os planos de operações traçados pelos chefes dos dois exércitos, agora aliados, português e espanhóis marcham separados. O exército espanhol, sob o comando do governador de Buenos Aires, Dom José Andonaegui, deveria atacar o povo de São Borja até 16 de julho, ao passo que o exército lusitano atacaria ao mesmo tempo o povo de Santo Ângelo. Uma esquadilha dominaria as águas do Rio Uruguai e impediria a vinda de qualquer socorro da margem direita do rio, onde fervilhava o mundo silvícola das reduções jesuíticas.

O exército espanhol partiu de Buenos Aires em maio, quando já começavam os frios de inverno. Em julho ainda se achava à altura do Salto Grande do Rio Uruguai, isto é, a mais de 60 léguas do centro populoso que lhe cabia atacar. Não vão os espanhóis além de Caasapá, de onde, pela deficiência de recursos e em vista do rigor da situação, retrocedem até Dayman. Aí são atacados por bandos de índios de La Cruz e Iapeju (território hoje argentino pouco ao norte da foz do Ibicuí), os quais facilmente repelem. De recuo em recuo, voltam as tropas espanholas ao ponto de partida, deixando seu aliado disposto a arcar sózinho com o peso da guerra.

Os portuguêses por sua vez, se movimentam no momento preciso do povoado de Rio Grande, sob o comando de Gomes Freire de Andrade, atravessam, embarcados, a Lagoa dos Patos, tocam em Pôrto de Viamão (hoje Pôrto Alegre) sobem o Rio Jacuí, tocam ainda em Santo Amaro e vão até a região de Rio Pardo com a intenção de ocupar a fortaleza de Jesus Maria José, junto a qual acampam. Fazem construir uma ponte, tendo como flutuadores dezoito canoas, obra em que o comando emprega aventureiros paulistas, habilíssimos em vencer dificuldades desses sertões e assim atravessam o Rio Pardo (afluente do Jacuí). Já na margem oposta do referido rio, prosseguem por terra até as faldas dos montes de Botucaraí. Nesse local, foi o exército português surpreendido por uma enchente temerosa. As águas invadiram os acampamentos. Homens e animais refugiaram-se nos pontos mais altos do terreno. A extensa várzea, sob o lengol líquido, tornara-se um mar de água doce. Os armazéns não dispunham de meios apropriados para levar aos pontos de distribuição os recursos alimentares, podendo utilizar-se apenas, coisa natural daqueles tempos, de carros de boi, e de pequenos barcos de madeira ou de couro. As patrulhas inimigas picavam de todos os lados o exército português, ao passo que o exército espanhol recuara, como já vimos, desistindo de cumprir a missão que lhe fôra atribuída.

Nessa situação, quase desesperadora, Gomes Freire de Andrade viu-se obrigado a assinar uma trégua com os índios rebelados, o que teve lugar no dia 14 de novembro de 1754. Começa então a retirada. Não há pressa na descida. Na borda do Jacuí está a povoação de Pôrto de Viamão onde sempre haverá maiores recursos para refazer as tropas exaustas. Certamente, tendo em vista a experiência adquirida, Gomes

Freire de Andrade não pensa em voltar à carga pelo mesmo caminho. Os transportes marítimos estão a indicar o povoado de Rio Grande para refazer o exército português e preparar uma nova campanha, apesar dos obstáculos opostos pela barra que dá acesso a êsse ponto. O exército lusitano entra assim a percorrer, andando agora em sentido contrário, o mesmo caminho fluvial e lacustre que utilizara na sua investida contra o território missionário.

Nesses preparativos escoou-se o ano de 1755, quase todo.

Que fará o inimigo? Os índios apenas se defendem, pelo menos nos domínios estratégicos. O seu comando, exercido pelo jesuíta alemão Thadeu Henis, tenta apenas ganhar tempo. Os soldados missionários mostram-se em geral muito inferiores aos seus adversários. Impossibilitados de opor força, esperam a alteração que a política européia prometia.

Em fins de 1755 concerta-se novo plano de campanha. Os dois exércitos aliados devem reunir-se antes do choque com o inimigo.

Na execução desse segundo plano de campanha os portuguêses deixam o povoado de Rio Grande no dia 7 de dezembro de 1755, tendo como ponto de primeiro destino a região em que haviam construído um Forte, à margem do Rio Piratini, na imediação da atual cidade de Pelotas, local em que se colocariam armazéns de víveres e munições; os espanhóis saem de Montevidéu uma semana mais tarde e rumam para o ponto de concentração, nas cabeceiras do Rio Negro.

O exército espanhol compunha-se de 1.500 combatentes, recrutados em várias partes dos seus domínios; o exército português, formado igualmente por elementos recrutados em todo o país, ascendia a pouco mais de 1.000 homens.

As forças de Gomes Freire de Andrade contavam com 7 peças de bronze de calibre 2, 3 peças de calibre 1, a que chamavam de "amiudar", 14 carros manchegos, 3 carros de boi carregados de pólvora, 152 carros de boi para transporte das bagagens, 3.760 cavalos, 261 béstias de carga, 1.816 bois de carros, 2.823 bois de corte, um número elevado de homens práticos da terra, guardadores de gado (peões), conhecedores do terreno (vaqueanos), etc.

Os espanhóis devem ter marchado de Montevidéu, que foi o seu ponto de partida, ntais ou menos pelo atual eixo ferroviário que liga Montevidéu a Cerro Largo e, sempre pelos regatos que constituem os mais afastados formadores dos Rios Negro e Jaguarão, acamparam no Rincão Del Rei. Os portuguêses galgando uma ramificação oeste-leste da Coxilha Grande seguiram aproximadamente o traçado da atual estrada de ferro Pelotas — Bagé, isto é, as mais altas terras que separam as águas do Rio Camaquã das do Rio Jaguarão e estacionaram perto dos espanhóis.

No dia 16 de janeiro de 1756 estava terminada a fase preparatória do segundo plano de campanha, pela reunião dos dois exércitos numa posição central. O rincão (ângulo de confluência de dois rios ou arroios em que estacionou o exército português tomou o nome de Campo das Mercês, devido ao grande número de promoções de oficiais, ali levadas a efeito por Gomes Freire de Andrade.

Os dois exércitos ainda ali se achavam em começos de fevereiro quando um reconhecimento espanhol composto de 16 homens choça-se com destacamento indígena do povo de São Miguel que, aparentemente pacífico, extermina êsse grupo espanhol, entre Santa Tecla e Batovi (imediatas da atual cidade de São Gabriel). Animados os soldados missioneiros com êsse sucesso, reforçam-se e vêm ocupar uma altura à vista dos exércitos aliados. Contra êles os ibéricos enviam um destacamento composto de elementos dos dois exércitos e na peleja que se seguiu foram os índios desbaratados, morrendo o seu chefe, o indígena José Tiaraiú também chamado Sepé. A êste choque de vanguardas seguiu-se uma ação muito importante, a batalha de Caibaté ou Caaibaté, que tirou seu nome da região em que a luta se travou, perto das nascentes do Rio Cacequi. Essa batalha não passou de um terrível morticínio de silvícolas mal armados, mal dirigidos e sem qualquer instrução militar digna desse nome, levado a cabo pelos melhores soldados que Portugal e Espanha haviam podido reunir em suas colônias do Sul do Brasil e Rio da Prata.

No dia 10 de fevereiro de 1756, postos em marcha os exércitos aliados que, pelo dorso da Coxilha Grande deviam prosseguir para o norte, tiveram o caminho interceptado por um numeroso corpo de tropa inimiga, comandado por Nicolau Languiru ou Neenguiru, chefe indígena de elevada categoria entre os seus, pois era o corregedor do povo de Conceição.

Espanhóis e portugueses marchavam separadamente, como é natural, a meia légua de distância, ou seja aproximadamente uns três quilômetros. O movimento era lento, pois não existiam estradas nem obras de arte e cada exército arrastava em sua esteira um pesado comboio. As tropas só marchavam de 15 a 20 quilômetros por dia e nas primeiras horas da manhã, devido ao calor.

A tropa missioneira colocou-se atrás de um arroio e cobriu-se com rudimentar linha de trincheira, utilizada mais como obstáculo do que como elemento de luta. O seu chefe concordaria, conforme declarou, em deixar livre o caminho, caso o comando aliado obtivesse dos padres a permissão para prosseguirem sua marcha. A proposta foi considerada um ardil do comando indígena para ganhar tempo e receber reforços. Nessa convicção passaram os aliados ao ataque.

O comando aliado empenha suas tropas num ataque frontal, que faz poucos progressos, mas que naturalmente contribui para fixar o inimigo e facilitar a manobra contra suas alas. Um destacamento de

tropas portuguêses, comandado pelo Coronel Tomaz Luís Osório e composto de uma companhia de granadeiros, duas peças de artilharia de pequeno calibre e três esquadrões de dragões, é lançado em seguida contra a ala direita das tropas inimigas, ao passo que parte da cavalaria espanhola ataca a ala esquerda do adversário, desbordando-a. O destacamento português esmaga as tropas indígenas que encontra pela sua frente e cai sobre a retaguarda dos defensores da posição, ao tempo que a cavalaria espanhola, facilitado o seu empreendimento por este sucesso de seus aliados, desbarata as formações inimigas que lhe são opostas e toma de revés parte da linha de defesa dos soldados missionários. As tropas de Nicolau Languiru, tomadas de pânico, põem-se em desordenada fuga e são perseguidas tenazmente.

Foi uma espécie de Caças: os atacantes, informa um cronista, não tinham que lutar, mas apenas que matar inimigos em fuga, como feras acuadas. Ficaram mortos no campo mais de 1.200 índios, inclusive o seu valente chefe, o que causou espanto entre os seus parentes, que, mais tarde, em prantos, vinham reconhecer os cadáveres. Acrescente-se todo o material de guerra que lhes foi tomado: lanças, flexas, três peças de artilharia de calibre um, algumas espingardas, etc.

As perdas dos ibéricos foram insignificantes. Os espanhóis tiveram dois mortos e dois feridos; os portuguêses, dois mortos e dezoito feridos, incluído nesse número o valente chefe do destacamento, Coronel Tomaz Luís Osório, que conduziu a fundo a manobra envolvente.

Após um pequeno descanso, pôde o exército prosseguir na sua marcha contra o território das chamadas missões orientais do Uruguai, sem encontrar, a comêço, qualquer obstáculo.

No entanto, a grande vitória de Caibaté não abrira ainda aos invasores as portas do território inimigo. O estudo de documentos relativos a êsses acontecimentos e da carta topográfica da região permitem concluir que o exército aliado depois de ter alcançado a região ao norte de São Gabriel (Batovi), a leste do atual entroncamento de Cacequi, mudou a sua direção de marcha para nordeste a fim de despontar pelas cabeceiras dos formadores do Rio Vacacai, sem as incômodas travessias de diversos cursos d'água.

No dia 22 de março o exército aliado aproxima-se de uma colina matosa, no cimo da qual uns sessenta índios a cavalo embargavam o passo. O chefe português recorre à manobra para tirá-los dali e envia sobre a direita da força adversa uma companhia de granadeiros que, segundo a tática de então, reforçou com uma peça de artilharia de pequeno calibre e combinou essa arremetida com o envio de tropas de cavalaria lançadas à esquerda da posição ocupada pelos missionários.

A tropa indígena que ocupava o que poderíamos denominar de uma posição avançada, refluíu aos primeiros tiros da artilharia adversária, certamente por se sentirem tomados de flanco pelo destacamento português e com a retaguarda ameaçada pela cavalaria. Retraendo para

o interior da mata, seguiram-lhe os ibéricos no encalço topando com obras de fortificação que estavam guarnecidias por numerosas tropas, em verdade muito mal armadas e carentes de artilharia e de outras armas de fogo em número suficiente.

Reconhecida a posição, o comando português montou um ataque em regra, concentrando sobre ela os fogos de tôda a artilharia e tentando apanhar o adversário entre as pontas de uma tenaz, formada por destacamentos que enviou sobre os dois flancos das tropas missioneiras. A manobra mais uma vez produz bons resultados: o inimigo é facilmente desalojado e posto em fuga, perdendo todos os seus equipamentos e as armas de que dispunha na posição. O recuo porém se faz em tempo de evitar um desastre da ordem do que ocorreu em Caibatá.

Depois disso, tratou o comandante aliado de subir da planície para a serra através da localidade de Bôca do Monte no que foi gasto quase um mês de penosíssimo trabalho, carregando a braços tôda a bagagem e os canhões, visto que o frio intenso do inverno matara quase todos os animais de trabalho.

No dia 21 de abril o exército aliado terminara a subida da serra, depois de empregar 300 sapadores em abrir e melhorar o caminho.

Depois que os chefes missioneiros viram os soldados inimigos vencer as enormes dificuldades do terreno e penetrar no território das suas cidades principais, resolveram disputar-lhes o passo em cada ponto de difícil acesso ou de travessia.

Novamente em marcha, o exército se orienta para a povoação de São Miguel, uma das mais importantes das Missões Orientais, movendo-se com pouca rapidez porque os comboios não numerosos e há grande falta de animais de tração. A 3 de maio um corpo de cavalaria missioneira, de uns 3.000 combatentes, defronta-se com o exército aliado em marcha. Ao pressenti-los, passam espanhóis e portuguêses a um dispositivo capaz de atender a quaisquer necessidades táticas, sem que se detenham.

Os índios esboçam movimentos envolventes contra a vanguarda aliada e mesmo contra o grosso da coluna em marcha. Depois dessa finta às tropas guaranis lançam-se em impetuosa carga contra a retaguarda dos aliados, aos quais adequada articulação da coluna de marcha, haveria de permitir sempre melhores condições de luta: os atacantes são repelidos pela força que cobriam a marcha e suas reservas. Rechaçados, os índios desfilam em retirada pela frente da artilharia aliada, que lhes causa muitas baixas.

No dia 1 de maio os aliados têm sua marcha mais uma vez detida pelo inimigo que defendia a passagem do rio a que chamaram Churiebe (arroio Chuni) que ficaria a umas duas jornadas de São Miguel.

O terreno fôra cuidadosamente fortificado, mas as instalações apenas de alguns ângulos ficavam escondidas nos matos. Sômente um Forte

coroava a colina, batendo com seus fogos e flexas o ponto de passagem. Os soldados deviam atravessar o arroio com água pelo joelho e debaixo dos projetis dos defensores da posição.

O Comando aliado apreendendo rapidamente a situação, monta a seguinte manobra: puxa para frente a massa de sua artilharia com a qual bate rijamente o Forte que domina a estrada, ao mesmo tempo que a infantaria avança através de difícil passo do pequeno curso d'água. O inimigo abandona o Forte com grandes perdas, enquanto que os aliados sofrem apenas 3 baixas. Esse resultado foi obtido graças ao rudimentar armamento dos soldados indígenas e à neutralização levada a efeito pela artilharia que permitiu aos atacantes, uma vez transposto o arroio, retornar às formações de ataque sob a vista do inimigo mas sem que este pudesse fazer uso conveniente de suas armas ou contra-atacar.

Logo depois desses acontecimentos, os aliados prosseguem a marcha. No dia 14 de maio uma patrulha de aventureiros paulistas choca-se com patrulha inimiga, sabendo-se então que o povo de São Luís já fôra evacuado sob a direção dos padres, que deixaram na povoação apenas alguns indivíduos encarregados de lançar fogo às casas e a tudo o mais.

A 16 entraram os aliados em São Miguel, que encontraram em chamas, abandonada pelos moradores; na manhã seguinte, o povo de São Lourenço é surpreendido pelos portuguêses e depõe as armas. Os dois exércitos marcham agora reunidos e a 11 entram na redução de São João Batista, onde estaciona o exército espanhol, indo o português para o povo de Santo Ângelo.

Estava finda a guerra mas ainda antes de terminar o ano os moradores de São Nicolau preparam um golpe contra a cavalhada do exército espanhol, emprêsa que resultou mal sucedida sendo os missionários desbaratados por um corpo de cavalaria. Os remanescentes dessa tropa, junto a outros elementos da região, somavam cerca de 14.000 homens que se abrigaram nos matos, de onde saíam para sortidas sempre facilmente reprimidas.

As tropas portuguêses permaneceram 10 meses no território conquistado, retirando-se posteriormente para Rio Pardo.

III — DOMINAÇÃO ESPANHOLA NO RIO GRANDE

A — O DISTRATO DE EL PARDO E SUAS CONSEQUÊNCIAS — PEDRO CEVALLOS

Fundado o Presídio, ficou o Continente sob a jurisdição dos Governadores de Santa Catarina até 1747 quando elevado à condição de Capitania, dependente do Rio de Janeiro, recebeu como primeiro governador o Coronel Inácio Eloy de Madureira.

Este, após três anos de boa administração, entrou a disputar com o seu principal auxiliar, o Provedor da Fazenda, Dom Manuel da Costa de Morais Barbarica, sendo que tais desentendimentos viriam a ter para o Rio Grande consequências desastrosas.

Em 1758 Dom Pedro Cevallos, que trouxera da Europa um forte contingente de homens bem armados e equipados, assumiu a governança de Buenos Aires e o comando das forças espanholas, em substituição ao General Andonaegui.

Inimigo acérrimo da expansão portuguêsa, uniu-se Cevallos aos jesuítas aos quais sobravam razões para odiar os lusos, e passou desde logo a manifestar hostilidade a Gomes Freire que, entretanto, não mostrou dar grande importância aos atos do General espanhol o qual, a partir de 1760 reclamava em longas cartas a entrega das terras do Rio Grande que alegava pertencerem à Espanha em virtude da anulação do Tratado de 1750 e consequente restauração das disposições de Tordesilhas.

Durante o ano de 1761 foram assinados na Europa dois documentos destinados a repercutir largamente no Rio Grande:

— O Tratado de "El Pardo", assinado a 12 de fevereiro e que, anulando o Tratado de 1750, fazia recuar para o critério abstrato de Tordesilhas todo o agudo problema divisório existente nas colônias sul-americanas;

— E o "pacto de família", convênio firmado a 15 Agô 1761 pelos soberanos de França, Espanha e Nápoles, aparentados e pertencentes à Casa de Bourbon, e cuja aliança visava contrabalançar o crescente poderio político-militar da Inglaterra que saía da Guerra dos Sete Anos como soberana dos mares.

Não podendo atingir diretamente a Inglaterra, procuravam as potências coligadas fazê-lo atacando os países aliados. Portugal, não tendo aderido ao pacto em virtude de sua tradicional aliança britânica, teve já no ano seguinte o seu território metropolitano invadido pelos espanhóis e, como sempre ocorria, a guerra alastrou-se pelas colônias americanas às quais o governador de Buenos Aires ia encarregar-se de estender o conflito, no evidente propósito de restaurar, pelas armas, a vigência do Tratado de Tordesilhas.

Por volta de 1762, enquanto discutiam as duas principais autoridades do Sul, Gomes Freire de Andrade, Governador Geral, no Rio de Janeiro, procurava acautelar a segurança do país face às consequências que ameaçavam as colônias ibéricas americanas.

Era de se esperar que além da Colônia do Sacramento, destinada a sofrer o principal embate, as operações se prolongassem às terras do Continente visto como Cevallos, desde 1760, vinha protestando contra a ocupação portuguêsa do Rio Grande.

E era fraca, em tão difícil contingência, a situação militar do Continente cuja guarnição compunha-se do Regimento de Dragões dividido nas fronteiras do Rio Grande e Rio Pardo, de duas companhias de Milicianos e de um pequeno número de artilheiros nos Fortes, não montando tudo a 1.000 homens.

Ativo e previdente, Gomes Freire procurava organizar novas fôrças, ao mesmo tempo que solicitava reforços ao Governador de São Paulo o qual organizou e fêz baixar quatro Companhias de aventureiros num total de 200 homens.

Seguro sobre a Vila do Rio Grande pela confiança nas qualidades de administrador do Coronel Eloy de Madureira e pelas providências de defesa determinadas, julgava Gomes Freire e o fazia como conhecedor da região, que a grande necessidade militar era fechar Angustura de Castilho pelo Chuí e forte de São Miguel.

Para execução dêsse intento oficial lhe parecia em melhores condições do que o Coronel de Dragões Thomaz Luís Osório, seu antigo conhecido da Campanha das Demarcações, oficial de carreira e que servira no pôsto de Capitão de Dragões do Rio Grande de São Pedro desde 3 de maio de 1737 até 24 de dezembro de 1749, sendo promovido a Sargento-Mor do mesmo regimento por patente de 13 de setembro de 1750.

Quando se tornou iminente a invasão castelhana, o Coronel Osório recebeu instruções para fortificar Angustura de modo a cobrir a poção do Rio Grande, impedindo a marcha dos invasores em direção ao norte.

Pelas instruções da Junta Gubernativa, "deviam as fôrças de Santa Tereza opor-se à passagem do inimigo, desde que fosse possível manter sua linha de comunicações e abastecimentos; caso o inimigo ameaçasse contornar a posição, as tropas abandonariam as fortificações de Santa Tereza e São Miguel, continuariam sua retirada até a Vila do Rio Grande, onde passariam para o lado norte para defendê-la".

Na execução das ordens recebidas, reuniu o Coronel Thomaz Luís os diversos destacamentos de Dragões espalhados por aquela fronteira de Rio Pardo e com uma fôrça de 400 homens, Dragões e Milicianos, com oito peças de bronze e duas de amiudar, petrechos e munições, deixando 100 Dragões de guarnição no Presídio Jesus Maria José, no alto da fortaleza, dominando o Jacuí, partiu a seu destino e, com 12 dias de marcha, acampou a 10 de setembro na margem norte do Chuí, a 50 léguas da Vila do Rio Grande em posição que lhe pareceu conveniente, e onde já se achava o Sargento-Mor Pedro Pereira Chaves, encarregado por Gomés Freire de comprar cavalos, e esperar o desenrolar dos acontecimentos.

Assim, em outubro de 1762, surgiram as trincheiras de Santa Tereza, meses depois transformadas numa ampla fortaleza de forma pentagonal,

que barra agora, em conjugação com o Forte de São Miguel, o Caminho do litoral para a Vila do Rio Grande.

As operações militares que se seguiram, desenvolveram-se em 3 campanhas principais levadas a efeito em 1762/63, 1773 e 1777, intercaladas por ofensivas parciais dos luso-brasileiros, empenhados na restauração do nosso domínio territorial.

B — CAMPANHA DE 1762/1763

Esta campanha que visava a conquista do Continente de São Pedro — plano maduramente estabelecido por Cevallos e para cuja execução o General espanhol havia se preparado cuidadosamente — comportou duas ações distintas: a conquista da Colônia do Sacramento e a invasão do território continental.

1 — CONQUISTA DA COLÔNIA DO SACRAMENTO

Dispondo de enorme superioridade de fôrças, lançou-se Cevallos de início sobre a Colônia abordando a praça, no dia 1 de outubro, à frente de um exército de 4.000 homens dos quais 1.200 guaranis. O fogo teve início no dia 5 e só cessou a 29 quando a guarnição capitulou, após heróica resistência.

Conquistada a cidadela, cuja guarnição não chegava a 900 homens, inclusive os habitantes que podiam pegar em armas, Cevallos dirigiu-se para Maldonado onde estabeleceu uma base de operações.

Após um curto período de organização e instrução da tropa, Cevallos à frente de 6.000 homens, retomou um movimento para o Norte no dia 8 de abril, marchando em duas colunas ao longo da faixa litorânea. Sua vanguarda era constituída por 150 dragões e a artilharia, que seguia no centro do dispositivo, constava de 20 peças de campanha e 4 morteiros pesados.

2 — INVASÃO DO CONTINENTE DE SÃO PEDRO

Uma semana após haver deixado a sua base de operações, Cevallos alcançou Castilhos Grandes e, dirigindo um contingente de 3.000 homens e 24 canhões, tomou contato com o Forte de Santa Tereza defendido por 1.140 homens comandados pelo Coronel Tomaz Luís Osório.

Conquistado o Forte, o General espanhol passou a atacar o de São Miguel que logo depois também capitulava, mercê da confusão e terror pânico que lavravam nas guarnições portuguêssas. Praticamente sem luta, em dois dias (18 e 19 de abril), conseguiu o General espanhol franquear o acesso à Vila do Rio Grande, dominando as fortificações que a protegeu.

De Santa Tereza, Cevallos destacou o Capitão Molina com um contingente de 760 espanhóis e 500 índios sobre a Vila do Rio Grande, chegando no dia 24 de abril à povoação fundada pelo Brigadeiro Silva Paes a qual, também sem resistência, caía em poder das forças invasoras.

Um contingente das tropas de Cevallos já havia transposto o Canal do Rio Grande, quando foi recebida a notícia do armistício assinado na Europa entre as duas nações ibéricas.

A facilidade com que Dom Pedro de Cevallos se apoderou dos Fortes de Santa Tereza e São Miguel e da povoação do Rio Grande, é menos uma consequência do desaparelhamento daquelas praças ou da covardia de seus defensores, do que o resultado da animosidade e inveja que perturbavam as relações entre o Governador da Província, Coronel Eloy de Madureira e o Coronel fronteiro Thomaz Luís Osório.

"As incompatibilidades que já no tempo de paz separavam os chefes militares entre si", escreveu o General Paula Cidade, "não podiam deixar de agravar-se durante a guerra".

3 — SITUAÇÃO DAS FÔRÇAS LUSO-ESPAÑOLAS NA REGIÃO DO CANAL

Ocupada a margem norte do Canal, as vanguardas espanholas, depois do dia 13 de maio, fortificaram-se na posição de São José do Norte, onde construíram um Forte armado de 6 peças.

Tudo indica que Cevallos ao entrar na Vila do Rio Grande, em princípios de maio, já soubesse da assinatura da paz na Europa que ocorreu a 11 de fevereiro mas que fingira ignorar para conseguir melhores resultados estratégicos.

Opondo-se aos espanhóis reuniram-se os portuguêses, chefiados pelo Capitão Francisco Pinto Bandeira e ocuparam posição defensiva na estância das Tratadas, a 4 léguas do Canal, estendendo sua linha até a capororoca à beira da lagoa. Esta posição fazia frente aos espanhóis cuja linha avançada passava na estância do Tesoureiro.

Estabelecida pelos representantes das tropas em contato a linha de estabilização das fôrças espanholas e portuguêses, ficou a guarda lusitana estacionada na estância da Tratada, sob o comando do Capitão Francisco Pinto Bandeira, e com um posto avançado na capororoca.

Terminado este primeiro embate, procedeu-se por ordem do Vice-Rei a uma devassa (inquérito) que responsabilizou pela nossa derrota os Coronéis Eloy de Madureira e Thomaz Luís Osório. Este, pela vergonhosa entrega ao inimigo dos Fortes de Santa Tereza e São Miguel — portas de acesso à Vila do Rio Grande — foi executado; aquél, por incapacidade foi condenado à prisão.

Segundo os termos do Tratado da Paz de 1763, que mandava restabelecer o "statu quo" anterior ao conflito, Cevallos deveria ter devolvido os territórios conquistados durante a campanha. Abusando

porém da força que detinha no momento, o General espanhol sofismou e resistiu apenas a Colônia do Sacramento, evidentemente um esclave face de ser retomado pelos espanhóis, e manteve a posse do Rio Grande.

Cevallos retornou à Espanha em 1767, passando o governo a Bu-carelli que foi, por sua vez, substituído em 4 Set 1770 por Dom João José Vertiz y Salzedo.

Com o afastamento do Coronel Eloy de Madureira, assumiu o governo do Rio Grande de São Pedro o Coronel José Custódio de Sá e Faria que pôs em execução uma série de medidas tendentes a expulsar os espanhóis da capitania, e que culminaram com um ataque malogrado à Vila do Rio Grande. Não obstante este insucesso, um primeiro resultado foi obtido: a expulsão das forças castelhanas para o sul do Canal (junho de 1767).

C — CAMPANHA DE 1773

Instalados lusos e espanhóis numa e na outra margem do Canal, não faltariam motivos para disputas cada vez mais graves e animosas. À discussão sobre o direito de posse das do estreito, o Coronel espanhol Dom José de Molina, comandante militar da Vila de Rio Grande, veio acrescentar nova e original polêmica insurgindo-se contra o fato de o novo governador português, José Marcelino de Figueiredo, assinar-se Governador da Capitania do Rio Grande de São Pedro enquanto que o seu antecessor, José Custódio, só se dizia Governador de Viamão.

A natural animosidade entre espanhóis e portuguêses foi-se agravando cada vez mais até que Salzedo, espírito belicoso e apaixonado que acreditava mais na força das armas do que no poder dos tratados, pretendeu, segundo o General Tasso Fragoso, "conquistar Rio Pardo, expulsar os portuguêses para a margem norte do Jacuí e transformar esse rio e a Lagoa dos Patos em limites das terras disputadas pelas duas monarquias".

1 — OPERAÇÕES MILITARES

Com esse objetivo desde setembro de 1773, começou o governador de Buenos Aires a enviar para Montevidéu os contingentes destinados a constituir o exército invasor o qual, em novembro, perfazia um total de 5.000 homens, dos quais 1.014 de tropas regulares já se encontravam em condições de iniciar o deslocamento.

No dia 9 desse mês Salzedo iniciou a marcha para o norte através do dorso da Coxilha Grande, itinerário anteriormente percorrido pela Comissão Demarcadora de Limites e que conduzia diretamente sobre o Rio Pardo onde o General espanhol contava surgir de surpresa, tendo em vista a originalidade do plano que adotara.

Aconteceu, porém, que o governador José Marcelino, que se encontrava na barranca do norte, ao ter conhecimento da marcha de Vertiz y Salzedo contra a fronteira do Rio Pardo, deslocou-se rapidamente para Pôrto Alegre. Desenvolvendo incansável atividade e revelando-se o chefe para difícil emergência, determinou o Coronel Marcelino ao fronteiro do Rio Pardo — Coronel Pereira Pinto — que reunisse todos os milicianos do distrito. Ao Tenente Cipriano Cardoso, notável guerreiro, ordenou que convocasse todos os homens que pudesse e marchasse para o sul do Jacuí a fim de reunir-se às forças do famoso Rafael Pinto Bandeira, a quem atribuiu a missão de ir ao encontro da coluna invasora e assinalar-lhe o movimento.

Nos primeiros dias de dezembro, Vertiz y Salzedo alcançou as cabeceiras do Rio Negro e, pouco além dos cerros de Bagé, numa altura dominante, levantou um Forte a que deu o nome de Santa Tecla, o qual respondia a um duplo objetivo: constituía um ponto de apoio para as futuras operações e firmava o direito de posse da Espanha aquelas terras também disputadas por Portugal.

Construído de taipa e torrão, com profundo fôssos circundante, o Forte era um pentágono de lados desiguais tendo 4 baluartes inteiros e um meio baluarte arrematando a estaca que o fechava pelo lado do norte. O recinto fortificado encerrava as acomodações para o comando, oficiais, praças, pátios e capela, bem como às cacimbas para aprovisionamento d'água.

Iniciado o Forte, Vertiz deixou uma guarnição a terminá-lo e, com este ponto de apoio estabelecido na campanha, continuou sua marcha rumo ao passo do Piquiri, despontando às cabeceiras do Camaquã e do Irapuá.

O passo do Piquiri foi atravessado pela coluna invasora a 5 de janeiro de 1774, sem encontrar resistência. A 13, Vertiz acampou a 2 léguas do Rio Pardo.

Enquanto isto o governador José Marcelino alcançava Rio Pardo, onde passou a dirigir pessoalmente as obras de defesa, precedendo a chegada das forças espanholas.

Ao chegar face a Rio Pardo, o chefe espanhol procurou intimidar o governador Marcelino que não só não se deixou abater como conseguiu iludir os espanhóis quanto ao efetivo da defesa.

Vertiz, desencorajado quanto às suas possibilidades e desanimado com o revés infligido a uma coluna de Francisco Zabala, no passo do Tabatingaí, por Rafael Pinto Bandeira, resolveu desistir do planejado ataque ao Rio Pardo. (Ver: O combate do Tabatingaí). No dia 16 de janeiro levantou acampamento e empreendeu a marcha de regresso para a Vila do Rio Grande, por São Gonçalo.

Encerrava-se dessa forma a Campanha de 1773 que, iniciada sob a forma de uma invasão ameaçadora, transformou-se em uma marcha "de inspeção militar", como a classificou o próprio general castelhano.

Deve-se o sucesso luso-brasileiro à serena energia com que o governador José Marcelino soube enfrentar a difícil contingência.

2 — O COMBATE DE TABATINGAI

Arrogante com o sucesso de Piquiri, marchou Vertiz em duas colunas, uma sob seu mando, constituída das forças regulares que trazia, com quatro peças de campanha, 574 homens, marchando pelas pontas do arroio Dom Marcos, foi acampar sem a menor oposição no dia 5 de janeiro na estância do Capitão Fernando Pereira a duas léguas do Rio Pardo, de onde enviou nova carta a José Marcelino.

A segunda coluna constituída com os Milicianos de Corrientes e Santa Fé, ao todo 440 homens, ao mando de Dom Francisco Bruno de Zabala, mandou para o passo do Tabatingai, onde constava a Vertiz a existência de outra pequena guarda portuguêsa.

De pequeno curso é o Tabatingai, porém os grandes banhados em suas margens constituíam poderosa defesa à guarda que em pequena coxilha à sua margem direita, escolhida pelo Capitão Francisco Pinto Bandeira quando pela primeira vez a sitiou em 1768, fronteira ao passo, e a cavaleiro da estrada para o Rio Pardo, vigiava a aproximação da povoação a mais afastada para o oeste das posições rio-grandenses.

Defendia o passo o valoroso Rafael Pinto Bandeira, mal refeito ainda da arrancada de Santa Bárbara, reforçado pelo Capitão José Carneiro da Fontoura, comandante da Guarda interior de Jacuí.

Segundo Alcides Cruz, os espanhóis transpuseram a Ribeira quase sem insulto, embora tivesse sido muito o empenho da resumida guarda portuguêsa em defender a passagem, afinal cedida.

Mas ao desenvolverem os espanhóis a marcha em direção ao quartel (que era um reduto) sobre a coxilha, surpreendeu-os uma guerrilha dos nossos, que engajando fogo cerrado fez com que a coluna contrária se preparasse para uma ação geral. Alguns esquadrões espanhóis, numerando a mais de 400 homens, foram destacados do grosso das forças e carregando sobre os nossos, romperam as linhas d'estes, e aproveitando a confusão conseguiram arrebatar os cavalos que os defensores riograndenses conservavam de sobressalente nas imediações da guarda.

Pinto Bandeira, entretanto, aproveitando o desvario do inimigo que já se supunha vencedor, reúne a sua tropa e, em ligações com seus capitães Cipriano e Carneiro, consegue bater os castelhanos, atraindo-os, por hábil manobra, para um terreno pantanoso onde foram encurrallados.

D — TENTATIVA DE RESTAURAÇÃO TERRITORIAL

Malograda a audaciosa tentativa de Vertiz y Salzedo, que veio justificar e estimular o espírito ofensivo dos luso-brasileiros, trataram ambas as metrópoles de reforçar militarmente as suas colônias, na expectativa de novos acontecimentos.

1 — MOVIMENTAÇÃO DE TROPAS

Portugal reforçou o Brasil com parte de seu exército metropolitano, cujos efetivos deveriam ser completados com elementos dos Açores. Nomeou comandante geral das fôrças no Rio Grande o Tenente-General João Enrique Böhm e Engenheiro-Mor e chefe da artilharia o Brigadeiro Jacques Funck.

Da parte do nosso Vice-Rei, então o Marques de Lavradio, foi enviada para o Sul toda a tropa do Rio de Janeiro inclusive a sua escolta, constituída pela Companhia de Dragões.

Os enpanhóis pretextando substituições de tropas, por sua vez, também trataram de reforçar os elementos que ocupavam o território sul-rio-grandense. Tais providências de portuguêses e espanhóis fizeram com que ao sul se concentrasse os grossos das tropas disponíveis por cada um dos contendores, para a época apreciáveis efetivos cuja localização, em 1775, era a seguinte:

Tropas luso-brasileiras

— No Rio de Janeiro — um Regimento de Infantaria, um de Artilharia, a 1^a Companhia de Dragões e elementos vindos da Bahia;

— Em Santa Catarina estacionava parte das fôrças enviadas de Portugal e do Rio de Janeiro, bem como um Regimento de Pernambuco;

— No Rio Grande do Sul, as fôrças estavam assim distribuídas:

— Legião de Voluntários de São Paulo, ocupando Rio Pardo; Regimento de Santos, em Pôrto Alegre, cujo grosso, sob o comando de Roncali destinava-se às operações; do lado de São José do Norte estabeleceram 5 postos reforçados com artilharia; a frota que defendia o Rio Grande era constituída por uma corveta, à qual se juntou pouco depois um reforço comandado pelo Capitão de Nau de Guerra Jorge Hardcastle.

— Tropas espanholas

Dispunham os espanhóis de cerca de 3.500 homens, sendo uns 1.700 do lado do Rio Grande e duzentos rebatidos pelos Fortes de Santa Tecla, São Martinho, Santa Tereza e São Miguel. Na Vila do Rio Grande estabeleceram 4 postos artilhados, face aos nossos, dispondo aí de uma frota com seis navios.

Na Colônia do Sacramento continuava o bloqueio que se iniciara com a chegada de Vertiz. Os espanhóis sentindo a inferioridade em que estavam, tentaram uma solução mas, ao que se presume, Portugal não se fêz de entendido.

Rompia-se finalmente depois de muitos anos, o equilíbrio em favor de Portugal que, tomando a iniciativa das operações, levaria a efeito a partir de 1775 uma série de operações locais, destinadas a expulsar do Rio Grande os invasores que aí permaneciam desde 1763.

Na época eram três os pontos chaves mantidos pelos espanhóis na Capitania: a Vila do Rio Grande, que dominava o litoral; o Forte de Santa Tecla dominava a campanha e o entrincheiramento de São Martinho, barrava o acesso ao planalto. Dêstes, o último, era, apesar de mais fraco, o mais ameaçador porque reforçado em tempo, poderia servir de base para um ataque sobre Rio Pardo, desfechado através dos passos do Jacuí.

Apoiados nesses três pontos fortes, os espanhóis dominavam, praticamente, todo o Rio Grande de então, porque: pelo Sul, estendiam o seu controle até Santa Tecla no município de Bagé, o que lhes assegurava o domínio de toda a campanha; para Leste, alongavam-se até as proximidades do arroio Piquiri, no município de Rio Pardo, ponto onde se achava a guarda avançada portuguesa. Daí para o Norte, remontando o Jacuí, era o território considerado parte integrante dos Sete Povos, cuja jurisdição estendia-se pela margem direita do rio até alcançar o Mato Castelhano, já no planalto de Passo Fundo. Fronteiro ficava o Mato Português e, entre ambos, corria o velho caminho das bandeiras e tropeiros que buscavam as Vacarias da Serra.

Se atentarmos em que o planalto de nordeste era praticamente despovoado e que o litoral, até Rio Grande, estava na mão dos invasores veremos que permaneciam com os portugueses apenas o litoral norte, até São José, a região do Viamão, Lagoa dos Patos, Guaíba e a calha do baixo Jacuí.

No dia 31 de outubro o bravo Rafael Pinto Bandeira tomou de assalto os entrincheiramentos de São Martinho; a 21 de fevereiro, Mac Dowell, com sua esquadra tentou silenciar ou destruir os Fortes espanhóis que defendiam o Canal e a Vila do Rio Grande, mas sofreu sério revés; aos 25 de março, ainda Rafael Pinto Bandeira cercou, submeteu e arrasou o Forte de Santa Tecla; e, finalmente, a 1 Abr 1776 o Tenente-General Böhm renovou o ataque à Vila do Rio Grande e conseguiu repelir os espanhóis para além do arroio Chuí (ver: Reconquista do Presídio do Rio Grande e a conquista do Forte de Santa Tecla).

Foi justamente nesse interim que chegaram as ordens do governo de Lisboa, por intermédio do Vice-Rei do Rio de Janeiro, determinando a cessação das hostilidades com os espanhóis. Grande parte do território disputado estava já no entretanto, em poder dos portugueses.

2 — RECONQUISTA DA VILA DO RIO GRANDE

Após a fracassada tentativa de fevereiro, em que a esquadra de Mac Dowell tentou forçar a barra a fim de permitir que Böhm inva-

disse a Vila do Rio Grande, recrudesceram as disputas das duas guarnições inimigas que, situadas de um e outro lado do Canal, mútuamente se hostilizavam, assim como bombardeavam os navios da bandeira adversa que entravam em barra.

Ativamente os espanhóis reforçavam suas posições em Santa Tereza e apressavam a expedição de Cevallos, de 20.000 homens, no propósito de assenhorearem-se da ilha de Santa Catarina e de ambas as margens do Canal do Rio Grande.

Por sua vez os português, ao tempo em que acumulavam reforços na margem norte do Canal, procuravam cobrir as direções perigosas: as das Missões, reforçando as guarnições dos passos do Jacuí, Botucari, Viúva, Fandango, Romão e Pederneiras; e a campanha reforçados os passos do sul do Jacuí (Guaiába, Piquiri, Icuí e Tabatinga).

O mês de março foi ocupado em ultimar preparativos do ataque, sigilosamente, como convinha, e tudo pronto e determinado o plano, veio o aniversário da rainha D. Mariana Vitória permitir que sob a capa de sua festa se ultimassem o golpe já demorado.

Amanheceu o dia 31 de março, domingo, e as salvas festejadoras do aniversário da rainha, no arraial e na esquadra, embandeiramento geral, levaram os espanhóis ao descanso pela convicção de ocuparem-se os português mais com festejos do que com ataques a sua vila e pela noite, aparatoso baile mais os convenceu de que podiam dormir tranqüilos.

E, no entanto, no aquartelamento do General-em-Chefe Hard-Castle, José Raymundo Chichorro da Gama Lobo, Sebastião da Veiga Cabral da Câmara, Manoel Soares Coimbra, José Manoel Carneiro de Figueiredo e o Tenente Manoel Marques de Souza, o primeiro da trindade gloriosa dos Marques de Souza, também presente devido a seus conhecimentos da zona, resolviam o modo de agir pela alva de 1 de abril, para supreender o inimigo.

Dois destacamentos passariam o Canal: um sob o mando do Major Manoel Soares Coimbra, composto de duas companhias de granadeiros, uma do Regimento de Estremoz e outra do 1º Regimento de Infantaria do Rio de Janeiro, o Regimento Velho, como diziam; o segundo destacamento sob o mando do Major José Manoel Carneiro, também composto de duas companhias de granadeiros, uma do Regimento de Moura, e a outra do de Bragança, regulando 200 homens cada destacamento.

A essas fôrças, destinadas ao ataque por surpresa dos fortes do Mosquito ou de Santa Barbara, e o da Trindade, o mais vizinho da Mangueira, seguir-se-iam os Brigadeiro Chichorro e o Coronel Veiga Cabral com o resto dos regimentos, a sustentar a ação das primeiras colunas.

Da guarda do norte iria o Sargento-Mor Roberto Rodrigues da Costa com 150 homens atacar a ponta da Macega.

A esquadra de Hard-Castle aguardaria o sinal convencionado, três foguetes para a tomada dos fortés, para levantar ferros e atacar a esquadra de Dom Francisco Morales.

Embarcaria a primeira coluna no pontal São Jorge, nas lanchas das sumacas mercantes que se achavam ancoradas no lagamar, e em jangadas, para desembocar nas praias do sul do Forte de Santa Bárbara, ao qual devia atacar.

A segunda coluna embarcaria no Forte do Patrão-Mor, nas lanchas das embarcações de guerra e em jangadas, devendo seu pessoal desembarcar entre o Forte da Trindade e o da Mangueira, aos quais devia atacar, indo como prático desta coluna o Tenente Marques de Souza.

A esquadra de prontidão, a espera do sinal, velejaria ao recebê-lo, na seguinte ordem de marcha.

- 1º — fragata Graça;
- 2º — fragata Glória;
- 3º — corveta Vitória;
- 4º — corveta Invencível;
- 5º — corveta Belona;
- 6º — corveta Penha; e
- 7º — sumaca Sacramento,

ficando os mais navios fundeados a espera de novas ordens; e para evitar equívocos não deviam os navios romper fogo sobre os Fortes sem ser por êles atacados, agindo neste caso, conforme os sinais de comando.

E tudo determinado e executado com sigilo e presteza, zarparam pelas 3 horas da madrugada de 1 de abril as duas colunas a executar os seus objetivos.

Fêz sua travessia a primeira coluna sem ser pressentida, desembarcando na praia de seu destino, e já em marcha para o Forte de Santa Bárbara, desbaratou uma patrulha que encontrou, atacando de escalada o Forte com o melhor êxito, de forma que, às 04h15m, estava na sua posse fazendo os sinais luminosos combinados.

Retiraram-se apavorados os que escaparam da guarnição, deixando 3 soldados mortos e feridos: o Capitão José Aldivez, Tenente Joaquim Vila-França, Cadete Francisco Reyna e sete soldados e 16 prisioneiros, tendo os portuguêses um só soldado ferido.

Menor era a distância a percorrer pela segunda coluna, mas quis a má sorte que algumas lanchas encalhassem no baixio em frente a enseada da Mangueira, e o ruído consequente fê-los pressentido pelo bergantim espanhol Santa Matilde que logo rompeu fogo, mas a êsse

tempo, já abicavam a praia de seu destino as demais lanchas, saltando os soldados com água pela cinta, a espada nos dentes e a cartucheira na cabeça, a fim de não molhar a pólvora.

Os tiros dados pelo bergantim espanhol Santa Matilde causaram mais confusão aos da própria guarnição do Forte de Mangueira que mal as embarcações portuguêses, pois ignoravam contra quem eram feitos, pois não esperavam ataque àquela noite, enquanto a tropa portuguêsa seguia para o Forte de Trindade, que atacado pelo flanco e retaguarda, ataque nunca esperado por êsses lados, teve de se render, apesar de fortes resistências e novos sinais indicarem a posse desse Forte.

Custou aos portuguêses a tomada do Forte da Trindade, dois granadeiros e um artilheiro, morto, e um Cadete e dois granadeiros feridos, perdendo os espanhóis o Capitão Félix Iriarte gravemente ferido, e 11 soldados também feridos.

A confusão causada no Forte da Mangueira pelos tiros da embarcação espanhola, a Santa Matilde, aumentou com a chegada dos fugitivos do Forte da Trindade, que aos gritos narravam o violento ataque português, exagerando-o, a justificar o abandono da posição que guardavam; o mesmo se passando com a guarnição do Forte de Santa Bárbara ou do Mosquito, que procurou abrigo na pequena bateria do Triunfo, recém-criada, e assim denominada para comemorar o fracasso de Mac Dowell, e no forte da Barra, onde levaram o terror da invasão violenta e inesperada de Böhm, a gritar que os portuguêses "levavam todos a fio de espada, sem compaixão".

E ao tempo que o terror se espalhava nas guarnições espanholas dos Fortes do Canal, voltavam as lanchas portuguêses à margem norte, umas a buscar o resto da força do Coronel Sebastião Xavier, e levá-lo para o Forte da Trindade e reforçar as forças do Sargento-Mor José Manoel, lá empossadas; e outras a buscar as restantes companhias do Regimento do Chichorro, a reforçar o contingente do Sargento-Mor Coimbra, no Forte do Mosquito.

Ao tempo que viajavam os contingentes de refôrço às tropas assaltantes, conteiravam os portuguêses aos canhões do Forte da Trindade sobre o da Mangueira, fazendo, pelos seus impactos, os espanhóis abandonarem, retirando-se em lanchas para a Vila de São Pedro, não sem primeiro encravarem os canhões e lançar fogo aos quartéis, armazéns e às embarcações de Pastoriza e Nossa Senhora do Carmo, apresadas aos portuguêses e ancoradas na enseada da Mangueira.

E ao clarear o dia 1 de abril, se bem que enevoado, não obstou que os fortes espanhóis em poder dos portuguêses, entrassem a atirar sobre os navios espanhóis, que ao receberem tiros de perto, desconhecendo a situação em terra, e vendo a esquadra portuguêsa de Hard Castle a largar pano para os acometer, picaram amarras e velejaram

rumo à barra, onde poderiam encontrar vento mais à feição, pois no Canal, mais os lavava a corrente de vasante que a brisa matinal.

Zarpava a esquadilha de Dom Francisco Morales, rumo a barra e surgiram as naves portuguêses de Hard Castle, enfrentando o Forte de Ladino, que valentemente ainda defendia as côres espanholas, e que bastante hostilizou as naves portuguêses, pois também para elas faltava o vento e demoravam sob a pontaria dos canhões do Forte.

O canhoneio do Ladino era acompanhado pelo da esquadilha espanhola ao enfrentar o forte português de São Pedro da Barra, contra esse Forte e contra as sumacas mercantes, que no lagamar, não esperavam o amanhecer; e para escapar aos fogos certeiros do Forte de São Pedro, guinaram tão desastradamente os navios espanhóis que foram encalhar, pelas 8 horas da manhã, no baixio sul, escapando só três, dos seis que eram.

Ficaram no baixio: a corveta Dolores de 18 peças e 80 homens de guarnição do comando de Dom José Emperama; a sézia São Francisco, de 20 peças e 60 homens de guarnição a mando de Dom Francisco Idiaquez e o bergantim Santa Matilde, de 4 peças e 50 homens de guarnição, do mando de Dom Manuel Pando, embarcação bem conhecida dos portuguêses pelas perseguições que fazia às suas lanchas de pesca.

Não conseguindo Dom Francisco Morales safar seus navios encalhados, no que levou grande parte do dia sem ser hostilizado, por determinação de Böhm, ao entardecer, recolheu as tripulações e rumou oceano afora com o bergantim São Thiago, de 18 peças e 80 homens de guarnição que era a capitania; a Sézia Misericórdia, de 20 peças e 60 homens, ao mando de Dom Felipe Lopes; e a sumaca Columba, que servia de transporte. Combatiam as naves portuguêses com o Forte do Ladino e chegando-se a fragata Graça ao alcance de tiro do Forte do Triunfo, com êle iniciou o duelo de artilharia, valentemente combatendo os do Forte, ao passo que a guarnição do Ladino, que sendo mais uma posição defensiva de emergência, não podendo sustentar a posição, queimou armazéns e paióis, retirando-se para a Vila de São Pedro.

Resistiu o forte do Triunfo até às 17 horas, forçando os navios portuguêses a abrirem-se do alcance de suas balas, mas vendo-se cercado, por terra, pelas fôrças portuguêses, sem possibilidade de socorro, arriou a bandeira que tão briosamente defendera; e foram êste Forte e o da Barra, ainda não atacado, que prolongaram a ação militar do ataque à margem sul, pois os acontecimentos que narramos acima se passaram até 8 horas da manhã do dia 1.

Pela tarde de 1 de abril os últimos raios de sol iluminaram o pavilhão das quinas tremulando nos Fortes que durante mais de um decénio ostentaram em terras rio-grandenses a bandeira de Castela; e só ao longe o Forte da Barra, na margem sul do Canal, grande for-

taleza da guarnição — com dragões, infantes, belendengues e artilheiros — arvorava ainda o estandarte espanhol.

Vendo, porém, seu comandante, o risco da posição, sem esperar socorro e na iminência de cair prisioneiro com toda a guarnição pois já as fôrças luso-brasileiras de Böhm se preparavam para cercá-lo — resolveu a retirada pelas 21 horas, seguindo pelo litoral no rumo de Santa Tereza.

Böhm não perdeu tempo nas providências para tomar e ultimar a posse da margem sul do Canal; ocupado o Forte do Triunfo, intimou a Dom Miguel Tejeda, comandante da Vila de São Pedro, a entregar a posição, dando o prazo de três horas para a evacuação. Respondeu Tejeda com tergiversações que levaram Böhm a preparar o ataque à Vila, que não foi levado a término porque, a 2, chegou-lhe a comunicação de que a Vila estava abandonada.

Ao mesmo tempo em que Böhm já na margem norte, tomava providências sobre a Vila do Rio Grande e preparava sua fôrça que, no momento montava a 800 homens, para atacar o Forte da Barra, foi divornado do Quartel-General luso-brasileiro, situado no Forte de Santa Bárbara, na madrugada de 2 de abril, forte clarão de incêndio no rumo do Forte da Barra e logo o som de grande explosão veio-lhe trazer a notícia de que naquele Forte, incendiado pela própria guarnição, explodira o paiol de pólvora.

Nos dias consecutivos, já tendo recebido carta do governador José Marcelino, de 5, narrando-lhe a tomada e queima do Forte de Santa Tecla — curiosa carta que dá informações sobre a conduta dos oficiais da expedição — passou Böhm sua gente para o lado sul, acomodando a tropa na Vila, ficando do lado norte apenas as fôrças necessárias para guarnecer os Fortes e em São José do Norte, 4 companhias do Regimento do Rio de Janeiro.

Reorganizados os fortés e aproveitando a artilharia dos navios naufragados, mandou proceder pelos oficiais da Fazenda Real arrolamento do deixado pelos espanhóis, e finalizou seus trabalhos de ocupação, mandando cantar a 7 de abril Te Deum, ao qual compareceu toda a fôrça, para agradecer a Deus a restituição do território sul do Brasil a 13 anos em mãos espanholas.

Procurou Böhm restabelecer o domínio português até o Chuí, e suas guardas avançadas foram se estendendo para o Sul, encontrando abandonado o Forte do Arroio, ocupando o Capitão Tonelet com seu esquadrão o Albardão, seguindo guardas de Dragões a postarem-se no arroio do Baeta e no Mangulho, indo ordens para o Sargento-Mor Patrício Corrêa da Câmara, já em marcha para o São Gonçalo, o qual passou a 22 tomando quartéis no Povo Nôvo a Torotama com 202 Dragões, 80 Auxiliares e 7 Artilheiros para os seus dois falconetes para vir ocupar o Tahim.

Avançava Böhm suas guardas a ocupar o território, que desde 1737, da ocupação de Cristóvão Pereira, firmada por Silva Paes e Ribeiro Coutinho com a fortificação de São Miguel, era considerado português e que a violência de Cevallos, não executando o tratado de 1736, tinha feito perdurar no domínio espanhol, quando recebeu ordens terminantes de Lavradio, suspendendo tódas as hostilidades.

3 — CONQUISTA DO FORTE DE SANTA TECLA

Firmada a decisão de atacar Santa Tecla, há pouco reforçada por ordem de Vertiz, o governador José Marcelino decidiu atribuir a missão às fôrças de Rafael Pinto Bandeira reforçadas com o contingente comandado pelo Sargento-Mor Patrício José Corrêa da Câmara.

A 17 de fevereiro marchou Patrício de Rio Pardo, levando 200 Dragões, 100 Auxiliares, os falconetes e sua guarnição de artilheiros, recebendo no Arroio das Palmas aviso de Rafael para se lhe incorporar no Passo de Piquiri, o que sucedeu a 19, pelas 14 horas.

Tinha Rafael partido do seu pôsto, na Encruzilhada do Duro, nesse dia pela manhã e encontrando-se com as fôrças de Patrício foram todos acampar no Piquiri às 16 horas, levando Rafael em carta de 20, ao conhecimento de Böhm, sua marcha e seu encontro.

A 21 marcharam todos pelas pontas do Irapuá, passando a 25 o Camaquá, acampando a 26 na Carajá, de onde enviaram novamente bombeiros a sondar o inimigo, participando Rafael a Böhm em 24 a razão de sua marcha lenta, que era para não estragar os cavalos.

A 27, ao meio-dia, marcharam do Carajá, onde deixaram com respectiva guarda as bagagens, artilharia e animais cansados, e caminhando tôda a noite foram chegar ao seu destino ao amanhecer de 28 de fevereiro, a fim de fazer o ataque de surpresa, característico dos ataques de Pinto Bandeira.

O efetivo alcançava 619 homens, 3.000 cavalos, 150 bois mansos nas carrétas; 2 falconetes e gado para consumo.

Comandava Santa Tecla o Capitão Luiz Ramires, oficial de infantaria com serviços de guerra, ativo e experimentado; existiam mais no forte um tenente-coronel engenheiro, dois alferes de infantaria, um tenente de Milícias, um capitão, um tenente e dois alferes e dezesseis soldados Dragões, duas companhias de infantaria de 900 homens, um alferes de índios com 60 homens.

Seu armamento consistia em 2 peças de 6,4 de bronze de amiudar e dois pedreiros, dispunha de abundante munição de guerra e charque de 200 reses, fazendo no exterior sua segurança o Capitão Ayala, Tenente de Dragões Escudero e Tenente Gaspar de Lapraça, estando Ayala, ausente, pois tinha ido ao Piratiny acomodar índios Minuanos, bem como o Tenente Gaspar que tinha seguido para Montevidéu com as carrétas e 20 índios.

Falhou a surpresa, pois estavam atentos os espanhóis, e o tiro de canhão de alarma, dado pelo Forte, fez ver aos portuguêses a inutilidade de sua marcha forçada, o que os fêz contramarchar por um dos flancos do Forte e se recolherem em uma canhada, ao abrigo de suas vistos.

Falhada a surpresa, resolveu Rafael, de acordo com as Instruções, cortar os recursos aos espanhóis, e para isso enviou fortes patrulhas de aventureiros a arrebanhar todos os animais das cercanias, voltando essas partidas conduzindo cerca de 1.500 animais cavaleiros e 5.000 cabeças de gado vacum, vindo também aprisionados alguns índios e soldados Dragões e Correntinos.

Nesse dia 28, acampou a tropa a um quarto de légua do Forte, fazendo em volta o seu acampamento e dando início ao bloqueio, situando as forças em grupos, os Dragões, Aventureiros e Granadeiros, formando todos as suas guardas avançadas e piquetes, de forma a isolar o Forte, indo pelo dia 29 arrecadar os animais cavaleiros da guarnição, que pastavam nas encostas do Forte, não sem que dêle rompesse vivo fogo de artilharia e mosquetaria a procurar amedrontar e impedir essa tomada; e nesse dia seguiu carta de Rafael para José Marcelino narrando os acontecimentos e o início do cerco.

Bloqueado, rendendo-se o Forte a 25 de março de 1776, e sua demolição teve início dois dias depois.

Tomados São Martinho e Santa Tecla, restava expulsar os invasores de 1763, do último ponto que ainda ocupavam no Rio Grande de São Pedro: a margem sul do Canal e território até o Chuí.

E — CAMPANHA DE 1777

A recuperação pelos luso-brasileiros do território sulino causou na Espanha uma péssima impressão. O Primeiro-Ministro espanhol, Grimaldi, proferiu tais ameaças a respeito que o Marquês de Pombal receou que os espanhóis levassem a efeito ataques a outros pontos do Brasil que sabiam mal guarnecidos, sobretudo, à Ilha de Santa Catarina e à barra do Rio Grande.

Mesmo assim, enquanto a Espanha aprestava uma grande expedição, Pombal preparava-se para a guerra na Europa e ordenava ao Marquês de Lavradio que consolidasse a nossa situação no Chuí.

1 — MOVIMENTAÇÃO DAS FORÇAS

Fôrças espanholas começaram a ser reunidas em Cádiz e em Maldonado, reforçando as fortificações de Santa Teresa, conforme avisou a 24 de agosto o Coronel Rocha, da Colônia do Sacramento. Idêntico alerta enviou o fronteiro Rafael Pinto Bandeira a 9 de novembro, comunicando a chegada de 600 homens ao Forte de Santa Teresa, sendo duas com-

panhias de Granadeiros; Furtado de Mendonça, em carta de novembro, avisava da próxima chegada de Cevallos com um grande exército, destinando-se a tomar de início a Ilha de Santa Catarina e depois o Rio Grande.

Em novembro, recebendo Böhm cartas de Lavradio que o alertavam sobre a grande expedição que se preparava na Espanha contra as costas sul do Brasil, previu que os espanhóis pretendiam reconquistar o Rio Grande resolvendo, então, reforçar a defesa. Organizou, para isso, com 600 homens, a Legião de Voluntários de Rafael à base de 3/4 de cavalaria e 1/4 de infantaria anexando-lhe a Companhia dos Voluntários Paulistas e a Companhia de Infantaria de Índios da Aldeia dos Anjos. Todas essas fôrças foram concentradas em Torotama. Ao Brigadeiro José Marcelino, em carta de 25 de novembro, Böhm autorizou o emprêgo das três companhias restantes de voluntários paulistas, nas guardas dos passos até então guarnecidados pelas fôrças de Pinto Bandeira, no Camacuã; encareceu que fossem guarnecidados os passos de Guaíba, Piquiri, Iruí e Tabatingaí, todos ao sul do Jacuí; bem como os do Butuvarai, Viúva, Fandango, Romão e Pederneira contra possíveis ataques vindos das Missões.

As consequências da derrota sofrida pelos espanhóis em Santa Tecla tiveram ação reflexa sobre os índios Tapes, até então subordinados aos espanhóis e cujo cacique — Miguel Rei — apresentou-se aos português em Piratini pedindo permissão para aí localizar a sua gente. Roncalli compreendendo a vantagem de trazer os ameríndios para o lado dos português, tratou-os bem, atendendo no possível os seus pedidos.

Entrementes, na metrópole, face às reclamações de Vertiz y Salzedo, Carlos III de Espanha criou a 1 de agosto de 1776 o Vice-Reinado do Rio da Prata, nomeando a Dom Pedro de Cevallos para o cargo de Vice-Rei o qual, à frente de um exército de 10.000 homens e com uma esquadra de 116 navios, chegou à ilha de Santa Catarina no dia 20 de fevereiro de 1777.

Era esta a mais imponente Armada que a Espanha já enviara à América e se compunha de 8 navios de 70 canhões, seis fragatas, duas bombardas, oito palhabotes e 97 navios que conduziam 10.324 infantes, 600 dragões e 600 artilheiros, ao todo 11.524 homens de desembarque.

2 — OCUPAÇÃO DE SANTA CATARINA

A Ilha de Santa Catarina estava defendida com alguns Fortes bem artilhados e dispunha de bons contingentes. Não obstante, quando a expedição de Cevallos ali aportou, as guarnições mal dirigidas devido às divergências existentes entre o governador, Antônio da Gama Farjão e o Comandante das Fôrças, General Antônio Carlos Furtado de Mendonça, abandonaram os Fortes e os demais pontos entrincheirados passando para o continente onde deveria ser oferecida resistência à

invasão. Mas isso não se deu, em parte, porque faltava o auxílio da esquadra que permanecia no Rio de Janeiro e a dificuldade de transporte por terra motivou a resolução do Conselho autorizando a rendição (28 de fevereiro de 1777), assinada pelo Coronel José Custódio de Sá e Faria.

Pelos artigos da capitulação foram as tropas, em quase sua totalidade, despachadas para o Rio de Janeiro em navios espanhóis. Os Chefes foram responsabilizados e presos. Do Regimento da Ilha de Santa Catarina muitas das Praças se espalharam pelo interior e laguna, sendo os oficiais conduzidos para o Rio de Janeiro, e, em sua maioria, reformados como culpados por não terem oferecido resistência aos invasores.

Dominada a ilha e a parte fronteira do continente, Cevalos deixou como governador o Coronel Dom Juan Roca, além de um forte contingente militar (Regimento Hibernia, os Batalhões de Princesa e de Múrcia, três Batalhões de Catalães e 200 artilheiros) sob o comando do Brigadeiro Dom Guilherme Walguam.

Partindo de Santa Catarina a 22 de março destinava-se Cevallos a Castilhos Grandes onde pretendia desembarcar para seguir daí para o Forte de Santa Teresa, onde pensava reunir-se aos elementos de Vertiz. O ataque às forças do General Böhm, que ocupavam diversos pontos fortificados no continente, seria desfechado após a reunião das forças espanholas.

3 — OCUPAÇÃO DA COLÔNIA DO SACRAMENTO

Uma forte tempestade, porém, ocorrida durante a viagem, obrigou a expedição de Cevallos a abrigar-se no Pôrto de Maldonado, frustrando o planejamento anterior. Dêsse pôrto Cevallos enviou um reforço a Vertiz e preferiu dirigir-se para a Colônia do Sacramento onde sabia que escasseava os efetivos e suprimentos. Marchando para Montevidéu, que deixou a 20 de maio, foi concentrar suas forças no arroio de Los Molinos, distância 1 quilômetro da Colônia com a qual entrou em contato a 30 do mesmo mês.

Vendo o governador Francisco José da Rocha que não poderia resistir por muito tempo, enviou um parlamentar com a decisão tomada em Conselho de Guerra, obter uma capitulação honrosa. Cevallos não só desatendeu a parlamentação como prendeu o enviado e atacou a Colônia que rendeu-se a 6 de julho.

No seu ódio aos portuguêses, o General espanhol mandou arrasar a cidadela, receoso, quiçá, de que ela retornasse ao domínio português.

4 — NOVA AMEAÇA SÓBRE O RIO GRANDE

Deixando um forte contingente guarnecedo a Colônia, Cevallos seguiu com o grosso de suas forças para Maldonado (agosto) onde deveria estacionar no seguinte dispositivo:

- 1^a — Brigada — no arroio Rocha;
- 2^a — Brigada — no arroio Garçon;
- 3^a — Brigada — no arroio José Inácio.

No Rio Grande, porém, onde os acontecimentos estavam sendo acompanhados febrilmente desde o início, articulava-se a defesa movimentando tropas e reforçando os pontos sensíveis. Assim, recebida a notícia da queda de Santa Catarina, José Marcelino prevendo um ataque pelo litoral do Rio Grande fez seguir para Tramandaí a Companhia de Granadeiros de São Paulo completa, levando 2 canhões de ferro, munições e ferramenta de sapa para fortificar a angustura de Itapeba (tôrres). Por sua vez, Böhm, fez seguir o General Fuck para delinear a fortificação e o Tenente-Coronel João Alves para executá-la.

O General Böhm, ao ter conhecimento de que Cevallos deixara a Ilha de Santa Catarina com destino ao Sul, e prevendo que o ataque ao Rio Grande seria levado a efeito através da Barra do Chuí, resolveu estabelecer a sua defesa no arroio, além da Vila de São Pedro, onde começou a concentrar fôrças cobertas por guardas avançadas.

Conhecida a queda da Colônia do Sacramento, Böhm fez seguir para a Barranca do Norte, a 15 de julho, 4 Companhias do Regimentos de Santos, bem como a Companhia de Granadeiros com os Estados-Maiores, sob o comando do Coronel Mejia. Em Pôrto Alegre permanecia o Tenente-Coronel João Alves, para comandar os Destacamentos ali existentes.

Não computando as fôrças de Rafael Pinto Bandeira nem as guarnições das frotas de Mac Dowell (1.084 homens) e Hard Castle os efetivos militares do Rio Grande para enfrentar as fôrças de Cevallos alcançavam 5.692 homens assim distribuídos:

Companhia de Guardas do Vice-Rei	60
Regimento de Moura	679
Regimento de Estremoz	627
Regimento de Bragança	661
1º Regimento do Rio de Janeiro	791
Companhia de Infantaria da Ilha de Santa Catarina	57
Companhia de Infantaria do Rio Grande	305
Regimento de Dragões do Rio Pardo	380
Tropa Ligeira do Rio Grande	192
Destacamento de Artilharia do Rio de Janeiro	115
Regimento de Infantaria de Santos	813
Legião de Voluntários Reais de São Paulo	1.012
 Total.....	 5.692

O Coronel Manoel Soares Coimbra, dispondo de 400 granadeiros e de um parque de artilharia completo com canhões de 9 e 12, ocupava posição no local chamado Rancho Velho, situação que os banhados circundantes tornava inexpugnável. Os Fortes do sul da Barra haviam sido reforçados com 200 homens de Infantaria e um Destacamento de

Artilharia, sendo a reserva constituída por 200 homens do Regimento do Rio de Janeiro (Regimento Velho) comandados pelo Tenente-Coronel José Vitorino Coimbra.

O choque previsto, porém, não chegou a verificar-se porque Cevallos, que atingira Montevidéu no dia 10 de agosto, recebeu, a 27, comunicação de que haviam cessado as hostilidades entre as duas coroas terminando, dessa forma, a luta na América.

IV — O TRATADO DE SANTO ILDEFONSO E SUAS CONSEQUÊNCIAS PARA O BRASIL

A campanha de 1777, embora rápida, foi de desastrosas consequências para Portugal, cuja política, em virtude da morte de Dom José I, ocorrida a 24 de fevereiro desse ano, sofreu profunda alteração. Com o afastamento de Pombal, demitido pela Regente do Trono, lucrou a Espanha que conseguiu juntar uma vitória diplomática ao triunfo que alcançara pelas armas na América.

O triunfo diplomático espanhol decorreu da assinatura do Tratado de Santo Ildefonso, convênio assinado a 1 de outubro de 1777 e que foi impôsto a Portugal que, receoso de novas agressões por parte das forças de Cevallos, aceitou os termos altamente desvantajosos do ajuste que lhe tomava não só a Colônia do Sacramento e as Missões Orientais como toda a bacia da Lagoa Mirim, em troca da Ilha de Santa Catarina.

A comparação, quanto aos limites meridionais, dos termos dos Tratados de 1750 e 1777 evidencia o esbulho a que foi submetido o reino lusitano. Segundo o Tratado de Madri, "Art. 4º: Os confins dos domínios das duas monarquias, principiarão na Barra que forma na costa do Mar do Regato que sai ao pé do Monte de Castilhos Grandes, cujas vertentes descem por uma parte para a costa que corre do dito Regato do sul para o Rio da Prata; de sorte que os cumes dos montes sirvam de raia para os domínios das duas coroas; e assim continuará a fronteira até encontrar a origem principal e cabeceiras do Rio Negro e por cima delas continuará até a origem principal do Rio Ibicuí, etc. . . ."

Neste trabalho nenhuma zona neutra foi estabelecida.

Vejamos agora os limites, nessa zona, determinados pelo Tratado de Santo Ildefonso:

Dizia seu art. 3º:

"... linha divisória que se formará principiando pela parte do mar no Arroi do Chui e Forte de São Miguel, inclusive e seguindo as margens da Lagoa Mirim a tomar as outras dos rios que vão desembocar nos referidos da Prata e Uruguai, até a entrada neste último Uruguai do dito Peri-Guaçu..."

E no art. 4º:

"... fiquem privativamente para Portugal, estendendo seu domínio pela margem meridional até o arroio Taim, seguindo pela margem da Lagoa Mangueira em linha reta até ao mar e pela parte do Continente irá a linha desde as margens da dita Lagoa Mirim, tomando a direção do primeiro arroio meridional que entrar no sangradouro ou desaguadouro dela, e que corre pelo mais imediato ao Forte Português de São Gonçalo desde o qual, sem exceder o limite do dito arroio, continuará o domínio de Portugal pelas cabeceiras dos rios que correm até ao mencionado Rio Grande e Jacuí..."

Do estudo comparativo dêstes dois arts. (3º e 4º) vê-se o estabelecimento de uma zona neutra, consignada no art. 5º, que ficou compreendida só dentro dos limites de Portugal, estabelecidos pelo art. 3º zona que de fato jogava êsses limites não mais para o Chuí, mas sim para o Taim visto como a zona neutra era interdita a ambas as nações.

Grande devia ser o susto para tal apressamento na feitura dêsse tratado, impôsto pela Espanha que estabeleceu, sem o querer os germes para novas lutas, que vinte anos depois se desencadearam, motivadas sempre pelas questões de novos limites confirmado assim o fato que tratados impostos pelos mais fortes, não solucionavam dúvidas entre partes em questão.

E tão patentes foram as vantagens obtidas por Espanha, com êle, que Flórida-Blanca vangloria-se em sua exposição ao Rei Carlos III, expondo tudo que lucrou a Espanha, só restituindo a Ilha de Santa Catarina, que evidentemente não podiam conservar por ficar isolada entre as terras portuguêsas e a Vila do Rio Grande e seu território, que pelo Tratado de Paris já não lhes pertencia; ganhando em troca a Colônia do Sacramento e posses na zona do Rio Grande de São Pedro, que podiam ser contestadas e que eram as Missões.

Já para os lados de Rio Pardo, os Tapes das Missões, mais influenciados pelos jesuítas espanhóis, não perdiam oportunidade em atacar os colonos portuguêses, que se afoitavam a sair da zona de defesa dos Dragões.

VOCÊ QUE JÁ É ASSINANTE, faça mais
 um assinante para **A DEFESA NACIONAL**, e
 estará assim contribuindo para o engrande-
 cimento de sua Revista, QUE PRECISA DE
 VOCÊ.

PUBLICAÇÕES

Recebemos e agradecemos as seguintes publicações:

Estrangeiras :

- “Ejercito” — Espanha (N. 297, outubro, N. 298, novembro de 1964).
- “Guion” — Espanha (N. 269, outubro, N. 270, novembro de 1964).
- “Military Review” — Edição Brasileira (março e abril de 1964).
- “TAM” (Terre — Air — Mer) — França (N. 55 e 56, de novembro, e 57, de dezembro de 1964).
- “Revue Militaire D’Information” — França (N. 364, outubro de 1964).
- “Revue de Défense Nationale” — França (dezembro de 1964).
- “Revista Militare” — Itália (N. 10, outubro, N. 11, novembro de 1964).
- “Berlin Report” (N. 13 de 1964).
- “Memorial del Ejército de Chile” (maio — junho — julho — agosto de 1964).
- “Revista del Suboficial” — Chile (março/abril, maio/junho, e julho/agosto de 1964).

Nacionais :

- “Revista Agulhas Negras” — 1963 — AMAN.
- “Carta Mensal” (Ns. 115, outubro, e 116, novembro de 1964) — “CNC” — SESE.
- “Exposição Geral da Situação Econômica do Brasil em 1963” — Conselho Nacional de Economia/1964.
- “Touring” (Ns. 368 a 369).

PEDE-SE PERMUTA

PIEDESE CANJE

WE ASK FOR EXCHANGE

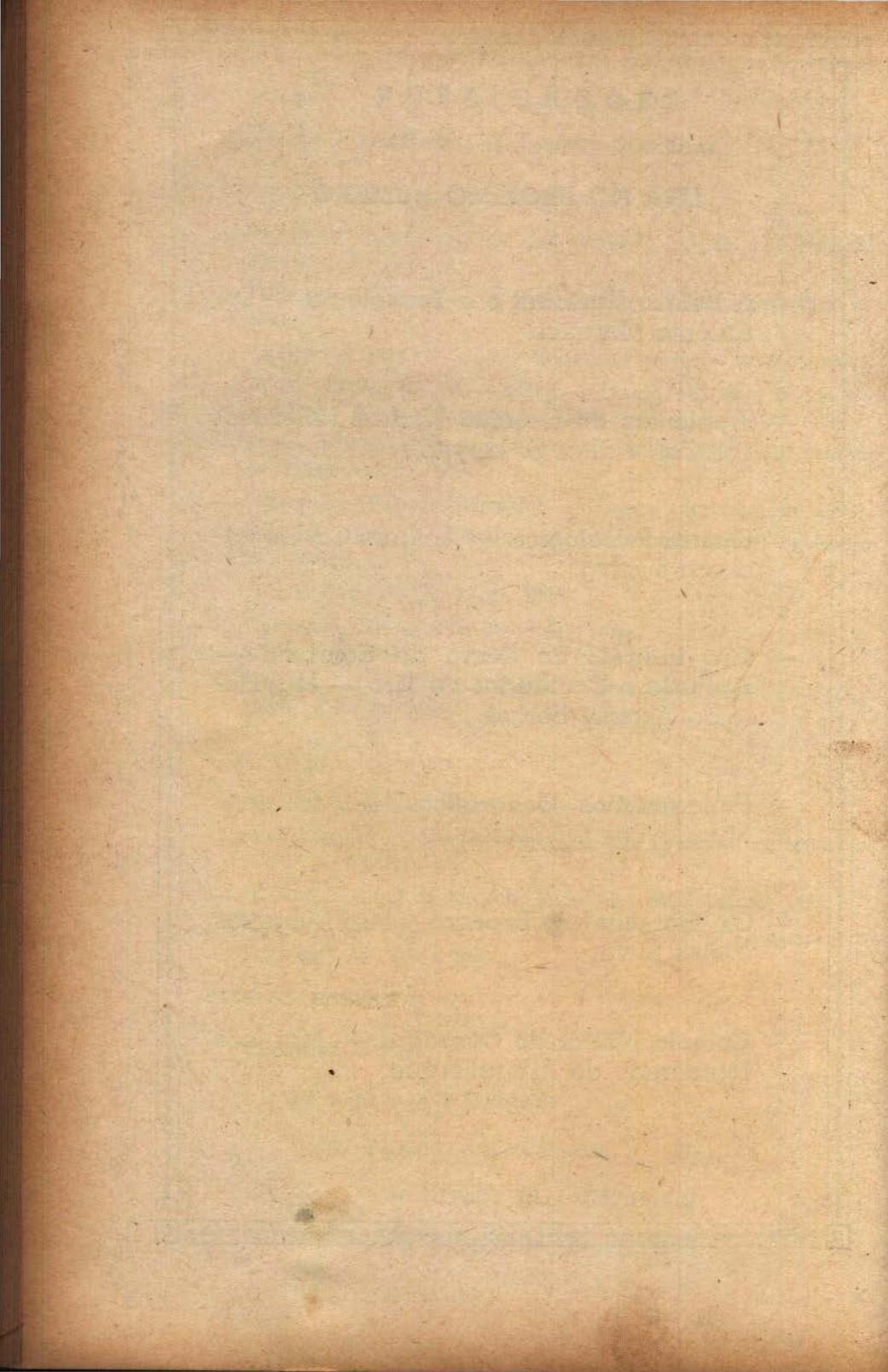
ON DEMANDE L'ÉCHANGE

MAN BITTET UM AUSTAUSCH

SI RICHIENDE LO SCAMBIO

LEIA NO PRÓXIMO NÚMERO

- **A Defesa Nacional e a Tecnologia** — Dr. Antônio Marques.
- **Problemas do Exército** (Outras reflexões) Ten-Cel Walter S. Meyer.
- **Guerra Psicológica** — Antonio Carlos Pacheco e Silva.
- **Tiro Indireto do Carro de Combate — Pontaria e Comandos de Tiro** — Maj Haroldo Accioly Borges.
- **Fundamentos Geográficos** — Maj José Murillo Beurem Ramalho.
- **Os "Homens" do Espaço** — Maj Diógenes Vieira Silva.
- **Colônia Militar do Oiapoque** — Maj José Figueiredo de Albuquerque.



COOPERATIVA MILITAR EDITORA E DE CULTURA INTELECTUAL "A DEFESA NACIONAL"

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

(Eleito para o exercício de 1964/1967)

DIRETORIA EXECUTIVA

Diretor-Presidente — Gen Altair Franco Ferreira

Diretor-Secretário — Maj Rubens Mário Caggiano Jobim

Diretor-Gerente — Ten-Cel João Capistrano Martins Ribeiro

CONSELHEIROS

Coronel Adailton Sampaio Pirassununga

Tenente-Coronel Walter dos Santos Meyer

CONSELHO FISCAL

(Eleito para o exercício de 1964)

MEMBROS EFETIVOS

Tenente-Coronel Confucio Pamplona

Tenente-Coronel Germano Seidl Vidal

Capitão Luiz Paulo Macedo Carvalho

SUPLENTES

Tenente-Coronel Gustavo Moraes Rêgo Reis

Major José Murillo Beurem Ramalho

Major Diógenes Vieira da Silva

COLABORAÇÕES

1 — Datilografadas em um só lado do papel, espaço duplo, não devendo, em princípio, ultrapassar 20 folhas. Gráficos, croquis e outros desenhos, em tinta nanquim.

2 — Traduções devem indicar fonte e autorização.

3 — Originais de colaborações não são restituídos, mesmo que não aproveitados.

4 — Colaborações originais publicadas são remuneradas (mínimo de Cr\$ 1.000) de acordo com julgamento da Redação.

GRAMATICA DO CHINHO
(ESTUDO DE LINGUA CHINESA)



Preço dêste exemplar

Cr\$ 150,00

S M G
IMPRENSA DO EXÉRCITO
RIO DE JANEIRO — 1965

A Defesa Nacional



este número:

- **Integração das Fôrças Armadas** — Marechal Humberto de Alencar Castello Branco
- **A Defesa Nacional e a Tecnologia** — Dr. Antônio Marques
- **Problemas do Exército (Outras reflexões)** — Ten-Cel Walter S. Meyer
- **Espírito de Arma** — Maj Jonas Correia Neto
- **Guerra Psicológica** — Antônio Carlos Pacheco e Silva
- **Tiro Indireto de Carro de Combate. Pontaria e Comandos de Tiro** — Maj Haroldo Accioly Borges

COOPERATIVA MILITAR EDITORA E DE CULTURA INTELECTUAL "A DEFESA NACIONAL"

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

(Eleito para o exercício de 1964/1967)

DIRETORIA EXECUTIVA

Diretor-Presidente — Gen Altair Franco Ferreira

Diretor-Secretário — Maj Rubens Mário Caggiano Jobim

Diretor-Gerente — Ten-Cel João Capistrano Martins Ribeiro

CONSELHEIROS

Coronel Adailton Sampaio Pirassununga

Tenente-Coronel Walter dos Santos Meyer

CONSELHO FISCAL

(Eleito para o exercício de 1964)

MEMBROS EFETIVOS

Tenente-Coronel Confucio Pamplona

Tenente-Coronel Germano Seidl Vidal

Capitão Luiz Paulo Macedo Carvalho

SUPLENTES

Tenente-Coronel Gustavo Moraes Rêgo Reis

Major José Murillo Beurem Ramalho

Major Diógenes Vieira da Silva

COLABORAÇÕES

- 1 — Datilografadas em um só lado do papel, espaço duplo, não devendo, em princípio, ultrapassar 20 fôlhas. Gráficos, croquis e outros desenhos, em tinta nanquim.
- 2 — Traduções devem indicar fonte e autorização.
- 3 — Originais de colaborações não são restituídos, mesmo que não aproveitados.
- 4 — Colaborações originais publicadas são remuneradas (mínimo de Cr\$ 1.000) de acordo com julgamento da Redação.